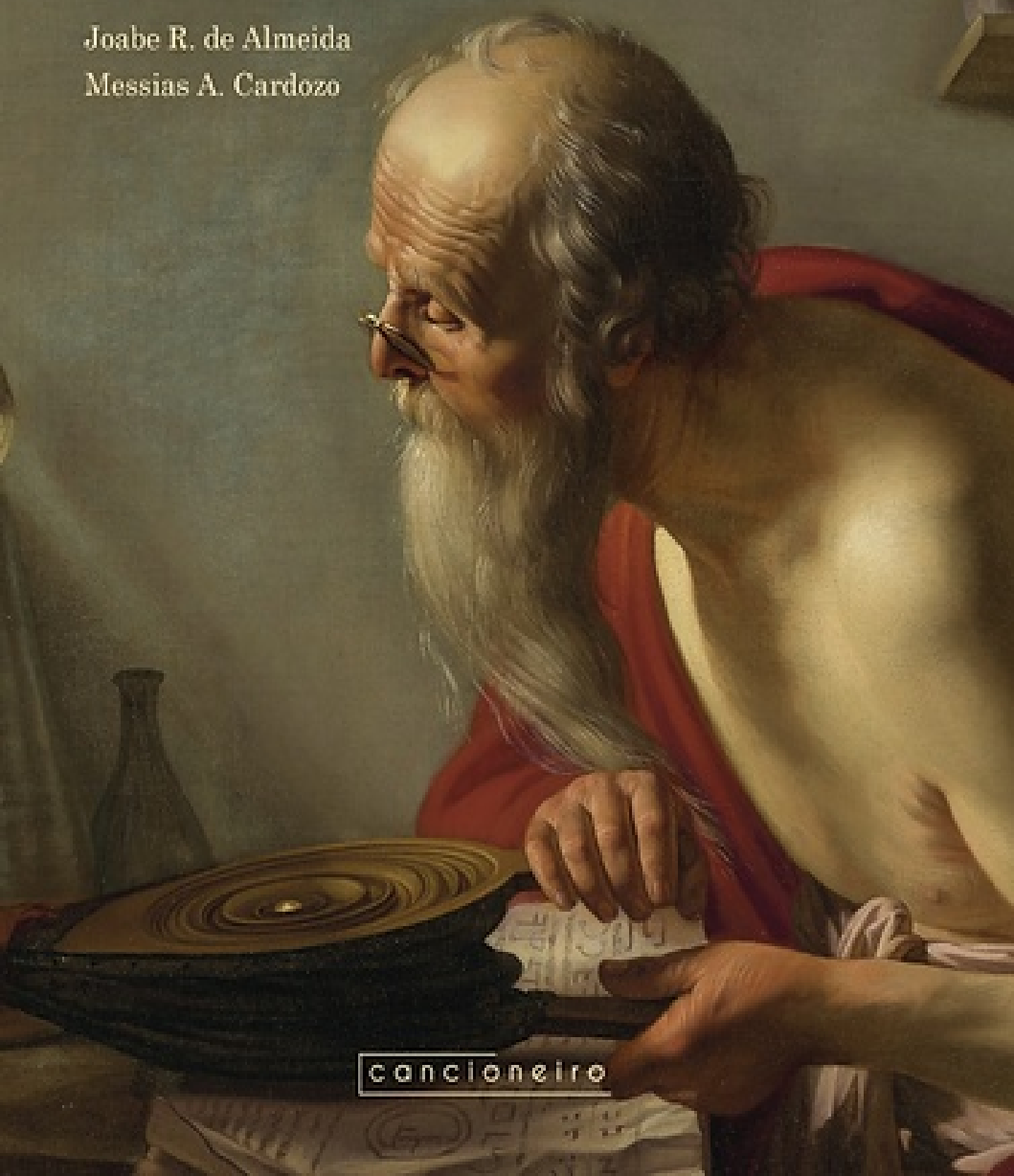


Desbravando a história & outros caminhos:

Ensaaios de teorias de história,
imprensa e relações de poder

Joabe R. de Almeida

Messias A. Cardozo



cancioneiro

DESBRAVANDO A HISTÓRIA
& OUTROS CAMINHOS

JOABE R. DE ALMEIDA
MESSIAS A. CARDOZO

**Desbravando a história & outros caminhos:
ensaios de teorias de história, imprensa e
relações de poder**

cancioneiro

Copyright © 2024 by Joabe R. de Almeida, Messias A. Cardozo

Todos os direitos reservados.

Projeto gráfico e diagramação

Ronyere Ferreira

Capa

Mário Sergio Olivindo

CANCIONEIRO

Editora-chefe

Eva P. Bueno (St. Mary's University, Texas - EUA)

Conselho editorial

Diego Buffa (Universidad Nacional de La Plata, Argentina)

Henrique Buarque de Gusmão (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Johny Santana de Araújo (Universidade Federal do Piauí, Brasil)

Josenildo de Jesus Pereira (Universidade Federal do Maranhão, Brasil)

Kátia Rodrigues Paranhos (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)

Marcio Douglas de Carvalho e Silva (Universidade Federal do Piauí, Brasil)

Nancy Yohana Correa Serna (Universidad Nacional de Colombia, Colômbia)

Silvia Glocer (Universidade de Buenos Aires, Argentina)

Talyta Marjorie Lira Sousa (Universidade Federal do Piauí, Brasil)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Joabe R. de Almeida, Messias A. Cardozo.

Desbravando a história & outros caminhos: ensaios de teorias de história, imprensa e relações de poder / Joabe R. de Almeida, Messias A. Cardozo. – 1. ed. – Teresina: Cancioneiro, 2024.

196 p.: il.

ISBN: 978-65-5380-216-2 (físico) / 978-65-5380-217-9 (digital)

1. Brasil – História 2. Imprensa – História 3. Historiografia 4. Historiadores
I. Título

CDD - B869.4

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Larissa Andrade, CRB – 3/1179

EDITORA CANCIONEIRO

Teresina - Piauí

www.editoracancioneiro.com.br

contato@editoracancioneiro.com.br

Sumário

PREFÁCIO.....	7
<i>José D'assunção Barros</i>	

Apresentação.....	11
-------------------	----

PARTE I - TEORIA & HISTÓRIA

Por uma história do devir: as propostas de Friedrich Nietzsche e Michel Foucault para a historiografia.....	21
---	----

O jornal como fonte privilegiada no campo da História: teoria, caminhos metodológicos e manuseios.....	39
--	----

A escrita histórica: entre possibilidades metodológicas e epistemológicas para se conhecer o passado.....	73
---	----

Historiografia, Verdade & Política.....	87
---	----

PARTE II - HISTÓRIA, IMPRENSA & PODER

História militar na historiografia brasileira: processos e desdobramentos.....	103
--	-----

Caio Prado Júnior: crítica à Teoria Revolucionária do PCB e ressentimento do golpe.....	109
Aos “Ilustres chefes militares”: posições & oposições político-ideológicas no Jornal Pequeno (1964-1979)....	131
Corpo e história: <i>O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX</i> , de Gilberto Freyre.....	149
A guerra nas páginas do <i>Diário de Pernambuco</i> : o ataque alemão a Polônia (1939).....	161
Narrativa, história e política em Walter Benjamin: notas sobre um aspecto do neofascismo contemporâneo.....	177

Prefácio

Nesta interessante coletânea de ensaios, Joabe Rocha de Almeida e Messias Araújo Cardozo – historiadores e professores atuantes na Universidade Estadual do Maranhão e Universidade Federal do Maranhão, respectivamente –, uniram-se para oferecer ao público ensaios que se alternam em três eixos principais, que em alguns momentos se imbricam em combinações a dois ou a três: a Historiografia, a História da Imprensa, a Política. A obra é oportuna. No âmbito da historiografia, os autores trazem estudos sobre importantes questões historiográficas – evocando concomitantemente historiadores importantes dos dois últimos séculos até a atualidade, como os positivistas, historicistas, os historiadores dos Annales e alguns brasileiros, como Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, entre tantos outros – assim como alguns dos mais importantes filósofos que refletiram sobre a História, como Nietzsche, Foucault e Walter Benjamin, merecedores de ensaios específicos no livro. No âmbito da História da Imprensa, a obra tem o mérito de trazer estudos de jornais mais específicos – muitos deles ainda pouco estudados pelos historiadores brasileiros –, contribuindo para este cada vez mais importante universo de estudos sobre os jornais como objetos, fontes e agentes capazes de interferir na própria história. Por fim, a Política – ou o

estudo historiográfico do Poder – aparece como um âmbito importante que ilumina alguns dos ensaios desta obra.

Os estudos sobre historiografia, teoria da história e metodologia historiográfica são relativamente antigos no Brasil, remontando – se desconsiderarmos a excepcionalidade de alguns estudos já do século XIX – aos primeiros anos de implementação do ensino superior de História no Brasil, ainda nos anos 1930. No entanto, essa área de interesse historiográfico teria de esperar pelas últimas décadas para assistir a uma ampliação consistente do número de historiadores mais diretamente preocupados e mesmo altamente especializados em refletir sobre as dimensões teóricas e metodológicas da História. Nos dias de hoje, um número relevante de pesquisadores tem escolhido como tema para suas dissertações e teses a Historiografia ou a Teoria da História.

Desta maneira, o investimento dos dois autores que compartilham esta coletânea na área de Teoria e Metodologia da História (Parte 1, Capítulos 1, 3 e 4; Parte 2, Capítulos 2 e 6) acompanha uma demanda importante da historiografia brasileira de hoje e um amadurecimento expressivo da área da Teoria da História entre nossos historiadores. É preciso que se reflita cada vez mais, e de maneira sempre mais profunda, sobre os aspectos relacionados à teoria e à metodologia da História, pois seguem fazendo parte da formação necessária das futuras gerações de historiadores questões como a da natureza científica da História, a possível qualidade artística e literária dos textos historiográficos, as ambíguas relações entre verdade e história (Parte 1, Capítulo 4), a relação entre objetividade e subjetividade na produção do conhecimento histórico (Parte 1, Capítulo 3), a crescente riqueza na possibilidade de examinar diferentes tipos de fontes históricas como campos discursivos (Parte 1, Capítulo 2), bem como as variadas relações interdisciplinares da História, inclusive com a filosofia (Parte 1, Capí-

tulo 1; Parte 2, Capítulo 6). O primeiro eixo de preocupações desta coletânea – a Historiografia e a Teoria e Metodologia da História – mostra-se por isso sempre oportuno, assim como também o segundo eixo: o uso historiográfico dos jornais e a História da Imprensa.

Os jornais têm sido estudados pelos historiadores há um tempo igualmente relevante, no Brasil e no mundo. No entanto, sabe-se que até certa época os historiadores haviam abordado os jornais mais como objetos de estudo do que como fontes históricas – o que se desfaz principalmente a partir dos anos 1980, quando os historiadores passam a perceber com maior nível de consciência que os jornais são igualmente importantes como fontes históricas, uma vez que se passa a entender que os discursos presentes nos jornais, por vezes tão carregados de interesses políticos, econômicos e ideológicos, são precisamente por isso caminhos importantes para entender as sociedades, os setores sociais e os interesses que os produzem. É com este espírito de trabalhar os jornais como fontes que precisam ser abordadas a partir de métodos que reconheçam a sua complexidade – ou como objetos de estudo que requerem problematizações adequadas – que os autores desenvolvem seus estudos sobre os jornais em geral (Parte 1, Capítulo 2) ou sobre jornais relacionados a contextos bem específicos (Parte 2, Capítulos 3, 4 e 5).

A Política, por fim – uma das dimensões mais antigas sobre as quais têm se debruçado os historiadores –, já desde os primórdios da historiografia encontra o seu lugar nesta interessante coletânea, neste caso, configurando ensaios de História Política já no sentido moderno. Como bem demonstra a História da Historiografia, a partir do século XX o conceito de *poder* expande-se na palheta historiográfica, adquirindo novas nuances e abrangências. Já não era mais apenas o poder estatal, ou o poder que se estabelece entre estados sob a forma de

guerras e diplomacias, o que atrairia necessariamente o interesse dos historiadores. Sim, é possível ainda hoje estudar os poderes estatais diante de suas configurações de contrapoderes, como faz um dos autores desta coletânea ao traçar um panorama da história militar no Brasil (Parte 2, Capítulo 1), ou ainda o ensaio sobre as representações da guerra em um jornal (Parte 2, Capítulo 5), ou, por fim, o ensaio que se desenvolve no imbricamento das dimensões da História Política e da Historiografia ao examinar a crítica do historiador Caio Prado Jr. à teoria revolucionária do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no contexto que precede o golpe ditatorial de 1964 (Parte 2, Capítulo 2). Mas é também possível estudar outras formas de poder, como fazem outros dos ensaios desta obra: o poder que circula por meio dos jornais (Parte 2, Capítulo 3), o poder que se imprime no corpo por meio de marcas de sujeição e opressão (Parte 2, Capítulo 4), o poder que atravessa a própria historiografia (Parte 1, Capítulo 4; Parte 2, Capítulo 6).

A obra que aqui se apresenta, enfim, oferece-se como contribuição para os estudos de Historiografia, História Política e História da Imprensa – e para a exploração das suas combinações possíveis – de modo que saudamos mais esta realização historiográfica nestes tempos conturbados que tanto necessitam de boas obras historiográficas que permitam compreender nosso próprio tempo e as épocas que nos antecederam.

José D'Assunção Barros¹

21 de outubro de 2023.

1. Professor Associado em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Professor-Permanente do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ.

Apresentação

Este livro – *Desbravando a História & Outros Caminhos*: ensaios de teorias de história, imprensa e relações de poder – teve seu pontapé inicial nos idos de 2021, ainda sob os efeitos da Pandemia de Covid-19, no intuito de reunir textos produzidos pelos autores em questão. Quando o projeto nasceu, o objetivo era apresentar um livro estritamente seguindo as normas e o modelo de artigo, contudo, com as novas produções que foram sendo pensadas, a natureza do material foi se adequando para uma proposta que transita entre artigo e ensaio.

Aqui são apresentados estudos baseados em fragmentos de nossas pesquisas para a dissertação de mestrado, provenientes de eventos nacionais nos campos das Ciências Humanas, especialmente na área da História, e produções independentes que ainda não foram divulgadas em outro contexto. Daí a importância de ressaltar que alguns textos apresentados aos leitores ainda necessitam de maiores aprofundamentos, uma vez que se apresentam mais como notas de problematizações relevantes para o que está sendo proposto, em vez de oferecerem necessariamente uma “solução” para a temática em questão.

Para facilitar a leitura dos textos e as pretensões ensejadas neste livro, dividimos em duas partes:

A primeira parte, *Teoria & História*, traz como escopo quatro trabalhos de cunho teórico, nos quais entendemos que os conceitos suscitados no livro continuam sendo motivações de debates entre os pares acadêmicos. Temos o primeiro texto

“Por uma história do *devenir*: as propostas de Friedrich Nietzsche e Michel Foucault para a historiografia”. O ensaio sobre Nietzsche e Foucault buscou analisar como estes dois autores, a partir de lugares de produção distintos, realizaram críticas ao modelo de historiografia que a disciplinarização do saber histórico no século XIX buscou instituir. Insistindo numa abordagem genealógica, Nietzsche criticou a noção de sentido histórico. Foucault, um filósofo em grande medida influenciado por Nietzsche, realizou críticas às formas de pensar e praticar a história. Seu método arqueológico não cessou de denunciar as relações entre o saber e o poder, a transformação da noção de documento (longe de repositório da verdade, muito mais um discurso a ser interpretado) e a questão da origem (o mito das origens), indicando os começos das práticas sociais sob o signo da invenção e da dispersão.

Segue o livro com o segundo texto, “O jornal como fonte privilegiada no campo da História: teoria, caminhos metodológicos e manuseios”. O trabalho teve como pretensão trazer aos leitores a importância do jornal para compreender o passado, seja como objeto de estudo ou fonte de apoio à pesquisa histórica. A discussão foi pensada, no primeiro momento, em discutir a textura teórica que cerca os jornais e os artifícios dos discursos políticos e ideológicos, ou seja, a estrutura que compõe este tipo de documento, neste caso, narrativa e discurso. Estes dois elementos poderão ser interpretados quando passamos a enxergar o lugar social e político-ideológico dos redatores e donos dos jornais. No segundo momento, o objetivo foi destacar os possíveis caminhos metodológicos que o historiador pode adotar para alcançar as respostas às suas problematizações, bem como discutir as formas de lidar com os materiais impressos, os quais, em algumas ocasiões, recebem pouca atenção.

O terceiro texto, “A escrita histórica: entre possibilidades

metodológicas e epistemológicas para se conhecer o passado”, como objetivo contribuir para o campo de teoria da História e formação da historiografia ao suscitar um debate conceitual antigo e que fez parte de todas as tendências/paradigmas históricos, desde o XIX ao tempo presente, e que, embora os elementos em destaque neste texto já tenham alcançado um certo amadurecimento, observamos que os historiadores ainda continuam a fomentar indagações e possibilidades cruciais: a compreensão de objetividade e imparcialidade na produção do conhecimento histórico, isto é, as formas do cientista das Ciências Humanas diante do seu objeto de pesquisa; o caminho epistemológico para se conhecer o passado entre distintas nuances, que não deixa de estar relacionado com as implicações da hermenêutica documental, fomentada, assim, no diálogo entre escrita histórica e verdade como fim desejado. Todos esses elementos propostos seguem para a mesma problemática: como se fazer História.

Já o quarto texto da primeira parte, “Historiografia, Verdade & Política”, teve como premissa caminhar na seguinte inquietação: haveria alguma relação entre a verdade da historiografia e a política? As respostas para uma pergunta desse tipo só podem produzir mais discussões em torno da relação entre o saber historiográfico e as demandas do poder. O ensaio sobre historiografia, verdade e política realiza uma análise que explora de maneira teórica essa possível relação, muitas vezes inconfessada, entre certa vontade de verdade, pretensão de verdade da historiografia e a questão da política, dos vínculos com uma dada concepção política de determinados grupos. Explorando autores caros ao pensamento social brasileiro, Gilberto Freyre (1900-1987) e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), de maneira a exemplificar as relações entre saber historiográfico e poder político, o ensaio afirma o caráter político da historiografia, evidenciando como dadas interpreta-

ções dos processos históricos são gestos políticos de afirmação de uma dada visão de mundo – visão ideologicamente vinculada a interesses que ultrapassam questões pertinentes apenas ao campo epistemológico do ofício do historiador.

A segunda parte do livro, *História, Imprensa & Poder*, teve como pretensão agrupar textos em diálogo com jornais impressos, como objeto do estudo, ao mesmo tempo que buscou mostrar aos leitores temas cruciais da nossa historiografia brasileira, enfatizando abordagens próximas, como relações de poder e do corpo, história militar, narrativas e posicionamentos político-ideológicos. Para isso, elencamos seis trabalhos que consideramos relevantes: o primeiro texto, “História militar na historiografia brasileira: processos e desdobramentos”, traz à baila uma discussão cara às pesquisas históricas: quando se iniciou a história militar no Brasil? Em outras palavras, quando se dá o surgimento das primeiras obras que buscaram explicar a formação da instituição e sua utilização no território? Para entrarmos nesse debate – ainda que o ensaio em questão mereça maior profundidade para responder aos questionamentos –, buscamos mostrar que os estudos da história militar brasileira passaram por diversas transformações na maneira de conduzi-los e compreendê-los. Essas mudanças incluíram, inclusive, alterações e desdobramentos nas abordagens dentro do próprio gênero de estudo. Quer dizer que, para cada temporalidade, se projetou dentro do viés de quem se propôs a escrever sobre a formação da instituição militar e suas ações em momentos históricos, sem deixar de lado aqueles que tentaram desenvolver análises sobre o que seriam obras de cunho de história militar e como a escrita foi se modificando de acordo com as influências das tendências historiográficas.

No que se refere ao segundo texto, “Caio Prado Júnior: crítica à Teoria Revolucionária do PCB e ressentimento do

golpe”, mais do que discorrer sua biografia, é antes de tudo uma investida sobre as razões que levaram a este intelectual se contrapor à *Teoria Revolucionária* do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (partido este em que ele foi militante quase toda a sua vida profissional e acadêmica). O estudo se apoiou no clássico *A Revolução Brasileira*, publicada em 1966 e com adendo em 1977. Trata-se de um livro simbólico e marcante, que mostra uma preocupação entre os intelectuais em entender o momento pré-1964, os resultados do golpe e reinterpretá-lo criticamente, sem fugir das autocríticas de suas convicções partidárias. No fundo, não deixa de ser também uma escrita motivada por um ressentimento de tristeza ao ver a esquerda perder a “guerra política” para os militares e os liberal-conservadores. Na obra pradiana, não somente o passado é questionado, mas as mudanças políticas são postas em dúvida.

No terceiro, “Aos ‘Ilustres chefes militares’: posições & oposições político-ideológicas no *Jornal Pequeno* (1964-1979)”, a pesquisa tem como objetivo analisar as ações políticas e dos militares, no Maranhão, na década de 1960 e 1970. Para tanto, foi tomado como objeto de estudo o *Jornal Pequeno*, entendendo como um dos importantes periódicos impressos que circulou em São Luís durante o regime civil-militar. Tomamos como entendimento de que as narrativas da imprensa ludovicense, incluindo aqui o *Jornal Pequeno*, foram produzidas dentro de uma contrariedade de posicionamentos. Explicando melhor, os periódicos se revelavam controversos em seus discursos, deixando uma ambiguidade em suas posições reais. Em muitos momentos, mostraram-se combativos à interferência militar na política, enquanto em outras situações elogiavam o andamento da política nacional e regional alinhados às Forças Armadas, enaltecendo o discurso de que estava ocorrendo um processo revolucionário no país.

O terceiro texto se apresenta da seguinte forma: “Corpo e

história em Gilberto Freyre”. A produção de Gilberto Freyre (1900-1987) é vasta, percorrendo temas muito importantes do pensamento social brasileiro, tais como a formação histórica da sociedade brasileira, a escravidão, as relações étnico-raciais, a miscigenação, etc. Nesse cenário, um tema ainda pouco explorado pelos chamados “estudos gilbertianos” é a questão do corpo na história a partir da obra freyrana. Publicando um livro intitulado *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, no início dos anos 1960, Freyre explorou de maneira mais direta essa relação entre corpo e história – no caso, o corpo escravizado e a história brasileira oitocentista a partir da imprensa. O ensaio buscou estudar como corpo e história são tematizados nessa obra, apostando na ideia de que Freyre foi o precursor do que posteriormente seria nomeado de “antropologia do corpo”, de modo que sua forma particular de compreensão da escravidão negra no Brasil, a ideia de uma “escravidão benigna”, foi em certa medida contraposta pelo próprio Freyre, que, no livro em questão, investigou as marcas dos castigos físicos nos corpos dos escravizados conforme os jornais do Oitocentos narravam, demonstrando paradoxalmente as suas posições sobre a escravidão e como a violência era parte integrante e fundamental daquele sistema de exploração.

Quanto ao quarto texto, “A guerra nas páginas do *Diário de Pernambuco*: a invasão alemã a Polônia” (1939), tivemos como norte de questionamento: como as guerras foram tratadas pela imprensa? Essa pergunta só pode ter uma resposta complexa. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi um tema muito presente na imprensa do período. Os eventos do conflito, as declarações de guerra, a movimentação das tropas, as batalhas, as cidades que caíam e foram retomadas, foram narrados de maneiras distintas pelos jornalistas e intelectuais que comentaram a guerra em periódicos de tendências políti-

cas as mais diversas. O ensaio versou exclusivamente sobre o tema da invasão nazista ao território polonês nas páginas do jornal *Diário de Pernambuco*. O referido periódico é o mais antigo da América Latina ainda em circulação, datando sua fundação em 1825. Passando por tendências políticas diversas ao longo de sua história, no ano de 1939, no contexto da ditadura estado-novista do Brasil, o jornal articulou uma narrativa sobre a invasão alemã, tomando-a como uma injusta agressão, num discurso que nas entrelinhas pode ser lido também como uma crítica ao momento político do Brasil do final dos 1930. Apesar disso, a análise centrou-se nos discursos sobre a *Blitzkrieg* (“guerra-relâmpago”) sobre a Polônia, buscando estudar por meio da imprensa os começos dos horrores da Segunda Guerra Mundial.

Por fim, o último texto da segunda parte, “Narrativa, história e política: em torno da filosofia da história de Walter Benjamin”, é um ensaio que se refere aos temas: narrativa, história e política a partir das reflexões de Walter Benjamin (1892-1940). O objetivo é, a partir da análise de textos selecionados do autor, indicar as formas como podem ser articulados os referidos temas numa perspectiva de pensar os aspectos filosóficos e políticos dessas reflexões. História, narrativa e política em Benjamin se encontram articuladas em sua crítica à modernidade, ao traço teológico marcante do seu pensamento, ao caráter messiânico e ao projeto de transformação revolucionária do materialismo histórico.

Dos autores.

Tempos quentes e de “politiqueiros, politicalha, politiquice e politicagem” de setembro de 2024.

Teoria & História

Por uma história do *devir*: as propostas de Friedrich Nietzsche e Michel Foucault para a historiografia

*Moro na minha própria casa, nunca imitei ninguém, rio-me de todos os mestres que nunca se riram de si.*¹

Neste texto, busco enfatizar as contribuições teóricas dos filósofos Friedrich Nietzsche e Michel Foucault, sobretudo as suas considerações acerca da concepção de “sentido histórico” e de suas inovações em termos teóricos para o campo da História Circunscrevendo o estudo sobre textos selecionados e não ambicionado falar sobre as obras deles como um todo, a ideia é analisar como os filósofos contribuem para se pensar a História longe da ideia de uma continuidade evolucionista e como um campo fechado. Numa interface com a filosofia, busca-se visualizar a História como uma forma de conhecimento aberta ao devir, ao *vir-a-ser* e a historiografia como uma multiplicidade.

O século XIX é o século da ciência, da produção de saberes que se alçam à cientificidade objetiva. A historiografia se consolida como um campo de investigação científico com a

1. NIETZSCHE, Friedrich. *A Gaia Ciência*. 1. reimp. São Paulo: Martin Claret, 2010.

emergência dos paradigmas positivista e historicista, saindo do âmbito da filosofia e da literatura para ingressar na ordem dos saberes científicos, tendo por base os postulados das ciências naturais, sobretudo a crença na imparcialidade e na objetividade.²

O passado seria o “objeto” da investigação, além de perfeitamente recuperável pela análise dos documentos escritos e oficiais – local onde ele poderia ser apreendido. Dentro deste contexto emergiram figuras como Leopold Von Ranke, Fustel de Coulanges e outros historiadores profissionais. Nesse contexto, as escolas metódicas alemã e francesa foram os centros de irradiação de produções historiográficas com estas premissas positivistas, crentes no progresso e na evolução do homem.³

Mesmo com a emergência do paradigma do materialismo histórico, ainda no século XIX, e com as contribuições da Escola dos Annales e da Escola de Frankfurt no século XX, alguns pontos do positivismo ainda continuariam, como a crença na cientificidade da história,⁴ seu uso ou utilidade prática e a ideia de uma linearidade nos processos sociais, tomados como dotados de um sentido ou direção.

A propósito desta efeméride, o estudo apresenta as contribuições originais e inovadoras de dois filósofos – Nietzsche

2. Sobre isto, conforme REIS, José Carlos. *A História entre a Filosofia e a Ciência*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 31: “A narração histórica separa-se do vivido e se refere a ele ‘objetivamente’, narrando-o e descrevendo-o do exterior”.

3. Ibidem.

4. Com relação à escola ou movimento (como prefere chamar o historiador inglês Peter Burke) dos Annales a uma clara distinção sobre a questão da cientificidade da história. Para os fundadores Marc Bloch e Lucien Febvre a história seria respectivamente uma ciência “dos homens no tempo” ou um conhecimento “cientificamente conduzido”. Sobre esta questão ver: BURKE, Peter. *A revolução francesa na historiografia: A Escola dos Annales 1929-1989*. 2. ed. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista. 1991.

e Foucault – como pontos de ruptura e linhas de fuga a estas concepções positivistas que estão na base da história científica, da historiografia acadêmica. Com clara influência do Iluminismo, a história positivista se pensa no cume ou último estágio numa escala evolutiva (criada por si mesma). Os autores em questão se insurgem contra esta ideia que, de certa forma, fecha a história a esquemas conceituais e a amarra a ideias que não são uma condição objetiva da História, mas apenas uma expressão de certa “vontade de poder”.⁵

Existe uma clara influência de Nietzsche nos textos de Foucault – o próprio termo “genealogia” do último é creditado ao primeiro. A conjuração da “quimera das origens” e seus mitos subjacentes unem os dois autores no mesmo propósito: a desconstrução da ideia de pensar os objetos históricos como unos e coesos, como incriados, e postular na origem o “lugar da verdade”.⁶

A genealogia: Nietzsche contra as certezas de seu tempo

Fugindo e indo de encontro ao “espírito do tempo”, principalmente o cientificismo oitocentista, Friedrich Nietzsche (1844-1900), filólogo de formação e filósofo alemão considerado hoje clássico, inicia sua entrada na história do pensamento com o livro *A origem da Tragédia* (1872), em que se nota a clara influência da filosofia de Arthur Schopenhauer (1788-1860) e da música de Richard Wagner (1813-1883).

Nietzsche trata da história de forma mais pormenorizada, desferindo, no caso, uma crítica ferrenha às modalidades de história de sua época nas chamadas *Considerações Extemporâ-*

5. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 214.

6. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 18.

neas (1874)⁷ particularmente a segunda, na qual a ideia central “[...] não será tanto a proposta de determinado tipo de historiografia a ser preconizada em detrimento de outros, mas sim o encaminhamento da crítica de todos os fazeres historiográficos que poderiam se tornar nocivos à vida.”⁸ Nela, o filósofo se concentra na análise sobre a História enquanto conhecimento. Sobre estes textos e sobre a segunda extemporânea em particular, o próprio Nietzsche nos afirma, em *Ecce Homo* (1888), que: “Nesse ensaio o ‘sentido histórico’, pelo qual esse século se orgulha, foi reconhecido pela primeira vez como uma doença, como um sinal típico do ocaso”.⁹

No pensamento de Nietzsche, algumas linhas mestras podem ser percebidas. Como o seu profundo desdém em relação à verdade,¹⁰ seja na vertente cristã, científica ou mesmo filosófica (por isto suas duras ênfases críticas em relação à obra de Sócrates). O idealismo, seja o platônico ou o hegeliano, também era visto como um sinal da decadência da cultura europeia oitocentista.

Para o filósofo, estes pensamentos eram nocivos à vida, contrários aos espíritos “livres”, como foi o de Heráclito (540-

7. Referindo-se às extemporâneas nietzscheanas, José D’Assunção Barros afirma que: “O filósofo irá desfechar, aqui, uma mordaz crítica contra as diversas versões de historiografia e gêneros historiográficos de sua época.” BARROS, José D’Assunção. *Teoria da História III: os paradigmas revolucionários*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 171.

8. Ibidem, p. 170.

9. NIETZSCHE, Friedrich. *Ecce Homo*. Porto Alegre: L&PM, 2013a, p. 79.

10. Esta seria apenas uma metáfora, não passaria de palavras gastas (NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre a verdade e a mentira no sentido extramoral*. Os pensadores, XXXII. São Paulo: Abril Cultural, 1974). Apenas mais um mito sistematizado pelo pensamento ocidental ainda refém das influências de Sócrates e do Cristianismo. Embora o pensamento do autor seja de difícil classificação, como ele mesmo ressalva: “Todo pensador profundo teme mais ser compreendido do que ser mal compreendido”. NIETZSCHE, Friedrich. *Além do Bem e do Mal*. São Paulo: Escala, 2011, p. 208.

480 A.C).¹¹ Para Nietzsche, o homem europeu do século XIX estaria doente, iludido com a falsa ideia de uma linearidade que o colocava no último patamar da evolução da humanidade. E a historiografia ajudaria nesta concepção errônea, principalmente com a ideia de um “sentido histórico”.

Em a *Gaia Ciência* (1882), ele afirma:

Considerando a nossa era com o mesmo olhar que utilizaria para uma época distante, não encontro nada mais singular no homem atual do que esta virtude, esta doença particular a que se dá o nome de “sentido histórico”. [...] o sentimento histórico é ainda uma coisa tão pobre e tão fria que percorre muitas pessoas como um calafrio gelado e que as torna ainda mais pobres e mais frias.¹²

Para Nietzsche, outro erro fundamental, que se conecta à questão de um sentido histórico criticado anteriormente, seria a ideia de *linearidade*, de que a história da humanidade seria um todo coeso que estaria “rumando a algum lugar”, quase como que uma estrada real para o *télos*, o “fim da história”. Neste sentido, o autor toma como um mito o “progresso” e o sentido evolucionista do positivismo.

Conforme o historiador José D’Assunção Barros:

Nietzsche propõe uma historiografia que rompa com a falsa continuidade histórica produzida pela tradicional noção de um tempo linear e contínuo impulsionado pelo progresso, e através do qual as épocas históricas se encadeiam umas às outras por meio dos grandes acontecimentos perseguidos pelos positivistas e historicistas tradicionais.¹³

11. Filósofo grego pré-socrático. Segundo Marcelo Backes: “Nietzsche elogia Heráclito por ser o filósofo do vir a ser, do devir (em oposição a Parmênides, filósofo do ser)”. NIETZSCHE, *op. cit.*, 2013a, p. 156.

12. NIETZSCHE, Friedrich. *op. cit.*, 2010, p. 174-175.

13. BARROS. *op. cit.*, 2011, p. 166.

O autor citado afirma que tais ideias seriam posteriormente retomadas em parte por outro filósofo alemão, Walter Benjamim (1892-1940), que, apesar de marxista, não se isenta de criticar certa concepção teleológica da história que estaria ainda presente no materialismo de Marx e que o marxismo não teria escapado a ela.¹⁴ Porém, as críticas de Nietzsche se dirigiam às formas pelas quais a produção historiográfica de seu tempo, que ele divide em três tipos – antiquária, monumental e tradicional –, presente na segunda consideração extemporânea, se organizava enquanto campo do conhecimento.

Na *Genealogia da Moral* (1877), o filósofo mostra como seu método de pesquisa desconstrói a ideia de origem¹⁵ “pura”, essencial e a-histórica dos conceitos de “bom” e “mau” e “bem” e “mal” num sentido de uma evolução coesa, una e devedora da providência. “Os dois valores opostos ‘bom e mau’, ‘bem e mal’, mantiveram durante milhares de anos um combate largo e terrível, e ainda que há muito tempo que o segundo valor logrou vantagem, não faltam ainda hoje terrenos onde a luta continua indecisa”.¹⁶

Quando estudamos os textos da obra de Nietzsche, percebemos que ele se mostra um perseguidor implacável de tudo que é “em si” (no sentido kantiano, hegeliano, platônico e, sobretudo, cristão), de toda concepção essencialista das coisas. Para a história, isso é um duro golpe na crença positivista da reconstituição do passado humano “tal qual ele

14. CHÂTELET, François. *História das ideias políticas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, p. 28.

15. Neste ponto, no texto *O viajante e sua sombra*, Nietzsche afirma que: “Exaltar as origens é o impulso extra metafísico que se esclarece na concepção de história e leva a pensar de modo absoluto que *no início* de todas as coisas se encontra o que há de mais precioso e de mais essencial” (NIETZSCHE, Friedrich. *A genealogia da moral*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013b, p. 120). Foucault retoma esta ideia dizendo que sobre a origem “se canta uma teogonia”. FOUCAULT. *op. cit.*, 1979.

16. NIETZSCHE. *op. cit.*, 2013b, p. 53.

foi” a partir da análise documental dita oficial. Da ideia de narratividade isenta imparcial, da vontade de escrever a verdade histórica completa.

Não se trata de tomar a história como uma ficção literária,¹⁷ retirando-lhe todos os seus méritos de conhecimento, mas de não hierarquizar os conhecimentos no sentido de primazia do científico sobre o literário, em que o primeiro seria “superior” e o outro infame, subjetivista e “inferior”. A linearidade escatológica e teleológica do cristianismo é, para Nietzsche, um símbolo da prisão conceitual do seu tempo, seus ecos se encontrariam na coisa “em si” e não por vir dialético.

Para Nietzsche a história se conecta ao poder, saber e poder estão articulados sendo a verdade histórica apenas uma fabricação, “invenção e jogo de forças”.¹⁸ A contribuição do filósofo é precursora da assertiva do pós-estruturalismo que relativiza as verdades e enfatiza as construções dos objetos históricos pelas formações discursivas.¹⁹

O “espírito do tempo” na época do autor tinha como base a euforia do progresso, do “sentido” histórico e do evolucionismo (leia-se positivismo e darwinismo). O criticismismo de Kant e o idealismo especulativo de Hegel, autores considerados os “grandes” pensadores da Alemanha na época, eram signos de como pensamento e vida teriam se separado. Para

17. Como defendem autores como Hayden White. Para ele história e literatura não seriam narrativas tão distintas, apenas teriam como base respectivamente um fato que realmente ocorreu e um imaginado, criado. Porém a forma de narração e encadeamento seria idêntica. Sobre isto ver: PESAVENTO, Sandra Jathary. *História & História Cultural*. 3. ed. São Paulo: Autêntica, 2004, p. 55.

18. ALBUQUERQUE JÚNIOR, *op. cit.*, 2011; RAGO, Margareth, VEIGA-NETO, Alfredo. Org. *Figuras de Foucault*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 98.

19. Como aponta o historiador Keith Jenkins: “A história é um discurso camuflado e problemático, tendo como pretexto um aspecto do mundo, o passado [...] que correspondem a uma gama de bases de poder que existem [...]”. JENKINS, Keith. *A história repensada*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009, p. 52.

Nietzsche, estes seriam os símbolos máximos da decadência: o “imperativo moral categórico” e o “idealismo dialético” eram tomados pelo filósofo como brincadeiras de mau gosto, como assertivas limitadoras do devir, do tornar-se das coisas e, por conseguinte, da história.

A história “científica” da época ainda tinha ecos claros destas influências deletérias que o autor desconsiderava. O finalismo teleológico das correntes historiográficas era um disparate. Neste sentido: “O coroamento do excesso de história com finalismo eurocêntrico-moderno era o que mais lhe repugnava nos modos de fazer a história que buscou criticar tão casuisticamente”.²⁰ Ironicamente o filósofo Nietzsche considerou Leopold Von Ranke como o “mais sábio de todos os realistas”.²¹

Considerando-se um pensador extemporâneo, nascido “póstumo”, com uma filosofia que seria enviada e somente entendida no futuro, as considerações de Nietzsche sobre a história e, por conseguinte, a historiografia, caíram quase que num vazio. Nesse sentido, atribui a alguns pensadores do século XX, como Walter Benjamin, previamente mencionado, Gilles Deleuze e, principalmente, Michel Foucault, o mérito pela introdução das ideias do filósofo que se absteve de conferir à concepção “científica” da historiografia de sua época o crédito que ela arrogava a si mesma: o título de conhecimento verdadeiro, linear e dotado de “sentido”.

Para Nietzsche nada é infenso à história, nem à própria historiografia. A ideia de verdade é rejeitada, e a certeza do método científico²² positivista (e em geral) ironizada, quando

20. BARROS. *op. cit.*, 2011, p. 220.

21. NIETZSCHE. *op. cit.*, 2013b, p. 20.

22. “Isto trazia suas implicações para a concepção e a proposta de Nietzsche para a História. Esta deveria abandonar as ambições científicistas em favor de um novo ideal, o do historiador-artista”. BARROS, *op. cit.*, 2011, p. 222.

não negada de todo. Isso não quer dizer que Nietzsche defende que a história seria arte no sentido de invenção ficcional. No entanto, ele argumenta que a concepção de história de seu tempo retirou dela todo o encanto, a beleza e a forma estética.²³

Se o bem é, para alguns historiadores tradicionais agarrados às certezas teóricas (como o marxismo e o estruturalismo), identificado com a cientificidade, e o mau com a “arte” ou a literatura, a contribuição de Nietzsche nos impele a ir (parafraseando uma de suas obras) *além do bem e do mal*, das velhas ideias de “sentido” e “linha evolutiva”, ou de crença na documentação (seja esta de qual natureza) ser o repositório da história, que seria perfeitamente recuperável, traduzível e narrável desde que seguidos os cânones metodológicos da ciência histórica.

Seguindo as pegadas de Nietzsche, Foucault escreveu muitas de suas obras, porém sem um sentimento elogioso ou de submissão. Afinal, para com um pensamento como o de Nietzsche, só é reconhecimento quando se sinaliza a sua utilização no sentido de “[...] deformá-lo, fazê-lo ranger, gritar”.²⁴ Nesse sentido, é consenso que Nietzsche não queria seguidores, uma vez que o “instinto de rebanho” era para ele execrável.

Dos influenciados por Nietzsche (que sem dúvida são incontáveis), o filósofo francês se destaca por ser o portador de ideias similares sobre a noção de “sentido” e de “linearidade” da história, além de parte da obra do alemão ter empreendido uma série de contribuições originais e de grande relevância na produção de linhas de fuga contra o positivismo e congêneres.

23. E como nos ressaltou uma vez o historiador francês Marc Bloch “a história entretém”. Sobre isto ver: BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 43.

24. FOUCAULT. *op. cit.*, 1979, p. 143.

Arqueogenealogia: Foucault e uma história rebelde

Paul Michel Foucault (1926-1984) é um filósofo francês se insurge contra o pensamento de sua época (com clara influência nietzschiana) com sua tese de doutorado, publicada em 1961, intitulada *Loucura e desrazão – História da Loucura na Idade Clássica*. Na obra, ele questiona os saberes da psiquiatria, dando-lhe um novo olhar nada elogioso, colocando-a com uma forma de saber que legitima a internação de indivíduos que não se enquadravam na racionalidade (com base em René Descartes) burguesa moderna.²⁵

Para Foucault, a história teria comprado a ideia de linearidade, sentido e objetividade própria da sociedade europeia ocidental oitocentista.²⁶ Sua contribuição foi a constituição de um método que ele chamou de *arqueologia*, por meio do qual ele buscou investigar a condição da produção dos saberes sobre o homem (as Ciências Humanas) no século XIX, para afirmar que estes saberes, ao constituir o homem como objeto do conhecimento, seriam *analíticas da finitude*, e certo finalismo tanto do homem como da história (leia-se aí uma crítica ao marxismo) perpassaria o conjunto destas Ciências Humanas.

A história científica oitocentista praticada no século XX pelos historiadores tradicionais concebia o homem e o mundo como coisas fixas, lógicas e coerentes.²⁷ As linearidades dos

25. Para o filósofo Roberto Machado, com a *História da Loucura*: “[...] foi possível mostrar como a psiquiatria, em vez de ser quem descobriu a essência da loucura e a libertou, é a radicalização de um processo de dominação do louco que começou muito antes dela e tem condições de possibilidade tanto teóricas quanto práticas”. *Ibid.*, p. VIII.

26. Foucault afirma que: “E assim como o demagogo deve invocar a verdade, a lei das essências e a necessidade eterna, o historiador deve invocar a objetividade, a exatidão dos fatos, o passado inamovível”. *Ibid.*, p. 31.

27. Sobre isto o filósofo ironiza: “[...] como se as palavras tivessem guardado seu sentido, os desejos sua direção, as ideias sua lógica; como se esse mundo de coisas ditas e queridas não tivesse conhecido invasões, lutas, rapinas, disfarces, astúcias”. *Ibid.*, p. 15.

discursos eram para Foucault um golpe de força, uma ideia a se desconstruir, assim como a origem, que seria o lugar “antes da queda”, sendo que o “começo histórico é baixo”.²⁸

Consideramos Foucault um rebelde não por ter se rebelado contra o marxismo, o estruturalismo e a fenomenologia imperantes na intelectualidade francesa dos anos 1950-1960 (em que Sartre era o expoente máximo), mas por ter inovado quanto aos temas e às formas de abordagem. Ao estudar a loucura, não toma a psiquiatria como uma evolução em relação ao tema, mas sim como um saber que divide, hierarquiza e exclui os indivíduos por parâmetros de racionalidade intrínsecos a si mesmos, longe de considerá-la numa linha evolutiva.²⁹

Ao estudar o sistema prisional, não compreende a prisão da época clássica, seu panoptismo e encarceramento como uma evolução nas formas jurídicas (e a tese da prisão como “reabilitação”), mas como uma instituição de repressão e controle dos corpos, como a mutação da outrora flagelação ou suplício do corpo para a alma, além de ser o arquétipo da sociedade disciplinar.³⁰

No primeiro volume de sua *História da Sexualidade* (1979), Foucault nega a hipótese repressiva³¹ sobre a sexualidade, que seria característica das sociedades capitalistas após o século XIX num contínuo repressivo por causas intrínsecas ao regime do capital (manutenção da massa proletária), e fala de um dispositivo da sexualidade que seria o símbolo de que se fala mais sobre a sexualidade, porém os discursos seriam mais

28. *Ibid.*, p. 18.

29. Ver: FOUCAULT, Michel. *História da loucura: na Idade clássica*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

30. Ver: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

31. Ver: FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

para controlar e normalizar do que para libertá-la das quimeras próprias da concepção ocidental.

A história positivista creditava aos documentos escritos uma importância cabal, tendo-os como fonte do passado, e sua sistematização e organização em gêneses lineares seriam o material de qualquer história que se quisesse científica, “verdadeira”. Foucault inova ao conceber o documento como um dado que se deve suspeitar. “O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram [...]”.³²

Esta história positivista seria ingênua ao não ver (ou não querer) a multiplicidade, o jogo de forças do mundo, pois, conforme Foucault, “[...] o mundo, tal qual nós o conhecemos não é essa figura simples onde todos os acontecimentos se apagariam para que se mostrem, pouco a pouco, as características essenciais, o sentido final, [...]”.³³ Ele sintetiza: “Podem se resumir esses problemas em uma palavra: a crítica ao *documento*”.³⁴

A importância de Foucault para as Ciências Humanas e as suas contribuições/propostas para a história são inegáveis, apesar de seus detratores (sobretudo, os marxistas ortodoxos), pois “[e]le oferece novos modos de pensar nossa relação com o passado e nos dá métodos complexos e poderosos para escrever a história”.³⁵

Entre as concepções nietzscheanas, a ideia de um sentido histórico, criticada e rejeitada por Nietzsche ecoa em Foucault. Para o último, o sentido não é um referente infenso

32. FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

33. FOUCAULT. *op. cit.*, 1979, p. 28-29

34. FOUCAULT. *op. cit.*, 2008, p. 7.

35. WILLIAMS, James. *Pós-estruturalismo*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. (Série Pensamento Moderno), p. 154.

de historicidade, uma coordenada imaginária advinda do passado que dotaria de seu sentido nosso presente. O mundo seria ao contrário, uma miríade de entrelaçamentos, uma dispersão e não uma coesão que estaria tanto na “origem” (não mais cantada como uma teogonia) como no presente. Não haveria “sentido”³⁶ próprio na história.

Conforme Foucault:

Cremos que nosso presente se apóia [sic] em intenções profundas, necessidades estáveis; exigimos dos historiadores que nos convençam disto. Mas o verdadeiro sentido histórico reconhece que nós vivemos sem referências ou sem coordenadas originárias, em miríades de acontecimentos perdidos.³⁷

A história seria o local do devir, um tornar-se constante onde as certezas não são estáveis; e acreditar em essências é comprar o projeto eurocêntrico positivista da “objetividade”. O documento positivista, sua suposta base empírica onde o passado poderá ser recuperado e visitado, é ironizado por Foucault.³⁸

Como lembra historiadora Margareth Rago, em um artigo sobre o *efeito-Foucault* na historiografia brasileira:

É bom lembrar que Foucault não se pretendeu historiador, embora poucos tenham demonstrado um sentido histórico tão forte quanto ele. Afinal, muito antes do sucesso da “história cultural”, o filósofo insistia na idéia [sic] nietzscheana de que “tudo é histó-

36. “A história não tem ‘sentido’, o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente”. FOUCAULT. *op. cit.*, 1979, p. 5.

37. *Ibid.*, p. 29.

38. De acordo com o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior: “[...] aquilo que chama de análise arqueogenealógica está presidida por uma atitude irônica diante os relatos que chamamos documentos”. ALBUQUERQUE JÚNIOR, apud RAGO, Margareth, VEIGA-NETO, Alfredo. (Org.). *Figuras de Foucault*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 98.

rico”, e, portanto, de que nada do que é humano deve escapar ao campo de visão e de expressão do historiador.³⁹

Outra observação importante é que: “Para Foucault não há documento privilegiado, autor maldito ou proibido por causa de posições ideológicas [...]”,⁴⁰ o que abre o leque historiográfico para além de temas, abordagens e concepções hermeticamente fechadas e enquadradas pelo discurso científico. Como Nietzsche, Foucault abre a história ao devir, ao eterno tornar-se.

A teoria foucaultiana não é uma nova forma de cânone. Teorias são como caixas de ferramentas,⁴¹ uma abertura contra um modelo que visualiza a história e a historiografia como um conhecimento fechado. Leia-se, neste ponto, uma crítica tanto do positivismo, do historicismo como – e com ênfase – do marxismo e sua tese de uma linearidade quase escatológica rumo a uma sociedade sem classes pós-revolucionária.

O modelo ou teoria de Foucault, se é que podemos falar neste termo, melhor seria dizer conjunto de preposições – temporárias e provisórias⁴² – que ele chamou de *genealogia* (termo de Nietzsche⁴³), é definido por ele mesmo como um empreendimento do devir, de abertura, com efeito:

A genealogia seria, portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência,

39. RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo social*, v. 7, p. 67-82, 1995, p. 70.

40. ALBUQUERQUE JÚNIOR, apud RAGO, VEIGA-NETO. *op. cit.*, 2008, p. 101.

41. Como aponta Gilles Deleuze: “Uma teoria é como uma caixa de ferramentas. Nada tem a ver com o significante. É preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma”. FOUCAULT. *op. cit.*, 1979, p. 71.

42. “É que, para ele, toda teoria é provisória, acidental [...]”. *Ibid.*, p. XI.

43. “O trabalho de Foucault é, portanto, nietzscheano, em seu interesse pela genealogia e pelo poder, [...]”. WILLIAMS. *op. cit.*, 2013, p. 160.

um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torna-os capazes de oposição e luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico.⁴⁴

Por uma história do devir. Contra as redes de poder⁴⁵ que sujeitam os corpos e os domesticam, tornando-os os dóceis. Foucault contribui para a construção de um campo histórico-gráfico rebelde, que desconstrói a trama dos discursos (imersos em redes de poder) homogeneizantes que unificam os objetos, enterra a história as certezas, sob o império do “desde sempre”, cantando a origem “essencial” dos objetos e processos históricos sob a rubrica de uma linearidade evolutiva, sem fissuras, rapinas e dispersões.

Podemos citar trabalhos nesta linha proposta pelo filósofo, como *A invenção do nordeste e outras artes* (1999), de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, que analisa os discursos que instituíram uma nova espacialidade – o Nordeste – como um todo coeso, dotado de uma “essencialidade” ligada a temas como a seca, a pobreza e outras moléstias, seja pelo discurso naturalista, da sociologia freyreana, da literatura regionalista ou dos discursos das esquerdas, o que se produz é uma homogeneização de uma dispersão, se suspende a multiplicidade pela unificação coesa, dotada de um sentido “originário”.

Outro trabalho nesta mesma esteira é do historiador piauiense Edwar de Alencar Castelo Branco, *Todos os dias de paupéria*: Torquato Neto e a invenção da tropicália (2005),

44. FOUCAULT. *op. cit.*, 1979, p. 172.

45. “Para Foucault, a pesquisa arqueo-genealógica coloca a pesquisa histórica no centro das estratégias que permitem visualizar práticas e discursos constituídos por redes de poder. Para Foucault, a genealogia, ao lidar com os efeitos de poder próprios de um discurso considerado científico, ao combater esses efeitos, coloca em questão, sobretudo, a mecânica do poder.” (BIROLI, Flávia, apud RAGO, Margareth, VEIGA-NETO, Alfredo. (Org.). *Figuras de Foucault*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 123,124.

originalmente concebido como tese de doutorado⁴⁶ em História, em que o autor põe em suspeição os discursos que instituíram o movimento tropicalista, “[...] mostrando o ‘movimento tropicalista’ como um conceito criado historicamente para unificar uma dispersão e favorecer a captura das vanguardas sessentistas pelas formas dominantes de pensamento”.⁴⁷

Considerações finais

O propósito deste capítulo foi demonstrar como as discussões e pensamentos dos filósofos Friedrich Nietzsche e Michel Foucault possibilitam pensar a história como campo do conhecimento e a historiografia como um devir, um tornar-se constante e permanente, com objetos e conceitos livres de interpretações sacralizantes, atemporais, fugindo do entrenchamento teórico (leia-se aqui certa historiografia tradicional positivista e algumas versões do marxismo) e da concepção “objetiva”, “imparcial” e com crença na cientificidade “pura” da história positivista e historicista do século XIX.

Ao criticar a ideia de “sentido histórico”, propondo a genealogia, Nietzsche irrompe contra o espírito de seu tempo uma dura crítica à “essencialidade originária” das práticas historiográficas. Ironiza as gêneses lineares e propõe uma investigação desprovida da ideia de “evolução”, continuidade não conflitiva e fechada da preposição cientificista do positivismo; igualmente enganosa seria a ideia de “progresso” ou de superação constante do idealismo hegeliano.

A genealogia nietzscheana passou quase despercebida em sua época, o que se articula ao pensamento do autor, que

46. Ver: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. *Todos os dias de paupérria: Torquato Neto e uma contra-história da tropicália*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

47. *Ibid.*, p. 28.

se proclamava um filósofo do por vir, “nascido póstumo”. Apesar de Walter Benjamin, na primeira metade do século XX, ter criticado a noção de sentido, progresso e linearidade teleológica em suas *Teses sobre o conceito de história* (1940), foi Michel Foucault, na segunda metade do século XX, que para nós melhor sintetiza, aprimora e busca ressignificar as propostas historiográficas da genealogia nietzscheana.

Ao estudar vários temas não convencionais como o louco, a prisão e a sexualidade, dando pontual atenção ao corpo que seria o local de inscrição e “superfície dos acontecimentos da história”,⁴⁸ mostrou como o poder (que é o objeto da genealogia foucaultiana) o adestra, o torna “dócil”, o fabrica. Para Foucault, o poder é entendido também em seu sentido positivo e como relação, e não algo que pode ser privado ou localizável.

A descontinuidade que adquire “importância nas disciplinas históricas”⁴⁹ é o cerne do método genealógico, abrindo a historiografia dos limites conceituais e empíricos da cientificidade absoluta que lhe garantiram e instituíram como prática científica. As descontinuidades não são um dado apenas restrito às Ciências Humanas.⁵⁰ No campo da História, elas são um dado claro. As ideias de sentido, de origem pura, de linearidade devem ser revistas como ilusões próprias do contexto do lugar de produção⁵¹ da Europa oitocentista.

A influência dos autores é clara em historiadores como Margareth Rago, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Edwar de Alencar Castelo e tantos outros, demonstrando a força e a

48. FOUCAULT. *op. cit.*, 1979, p. 22.

49. FOUCAULT. *op. cit.*, 2008, p. 9.

50. KUNH, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2006, p. 176.

51. Ver: “A operação historiográfica”, In: CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

vitalidade das teses nietzscheanas e foucaultianas para o campo da História. A essencialidade, a coesão unificadora, a negação das realidades fragmentadas, da dúvida do documento como repositório da verdade histórica, seja sobre o Nordeste ou a Tropicália, são apenas dois exemplos do uso da genealogia e arqueologia dos filósofos em estudo para o campo historiográfico, de como eles proporcionam uma abertura, propõem uma história aberta ao devir, ao vir-a-ser.

O objetivo de desacreditar, sobretudo as descontinuidades em favor do rigor metodológico, das “formações homogêneas”, no intuito de canonizar uma posição e um lugar da História no rol das ciências, do lado da “verdade”, a História como viga-mestra da revolução, voz dos excluídos, não é uma condição objetiva da história, é parte de uma vontade de poder pautada numa visão dogmática da verdade histórica. Nesse sentido, Nietzsche e Foucault, pensadores da suspeição, são importantes para se pensar uma história aberta ao devir, uma historiografia pronta a admitir seu caráter parcial, suas escolhas, suas invenções e criatividade próprias do sujeito que escreve. Nietzsche e Foucault, transeuntes de uma nau da incerteza e da dúvida, proclamam a abertura da história, a suspeição dos discursos e das verdades. São por uma história do devir.⁵²

52. “Com efeito, ela talvez não tenha lugar entre as ciências humanas nem ao lado delas: é provável que entretenha com elas uma relação estranha, indefinida, indelével e mais fundamental do que o seria uma relação de vizinhança num espaço comum”. FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 507.

O jornal como fonte privilegiada no campo da História: teoria, caminhos metodológicos e manuseios¹

*A história se faz com documentos. [...]
Nada supre os documentos. Onde não há documentos, não há história.*²

O pensamento do historicista alemão, Leopold Ranke, que defendia aquele historiador que recuperava os eventos e fazia interconexões por meio dos documentos oficiais e, a partir destes, construía toda uma narrativa histórica, não se encaixava mais nos *modus operandi* dos Annales, pois, segundo esta Escola, os documentos trabalhados pelos historiadores rankeanos estavam limitados ao político, à Igreja e ao Estado. Com certeza, foi nesse embate que, por muito tempo, a imprensa como um todo foi vista como uma fonte suspeita no campo

1. O texto foi construído a partir de partes teórico-metodológicas da dissertação: ALMEIDA, Joabe Rocha de. *A Revolução Que Se Quer: Debates inflamados e contraditórios na imprensa de São Luís em tempos de Regime Civil-Militar*. 284f. Dissertação (Mestrado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021. Bolsista CAPES (2018-2020).

2. LANGLOIS, Charles; SAIGNOBOS, Charles. *Introdução aos Estudos Históricos*. tradução de L. de Almeida Moraes. São Paulo: Editora Renascença, 1946, p. 184.

de pesquisa dos historiadores, fazendo com que até mesmo a própria História negasse, por um longo período, a imprensa, seja enquanto fonte ou objeto para a construção da historiografia, pois ela era vista com uma forte carga de subjetividade, levando o “construtor” do saber histórico a narrar os acontecimentos não mais na neutralidade e afastado de seu objeto, mas sim tomado de posições e verdades fechadas em si mesmas.

Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. [...] Nesse contexto os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. [...].³

Não demoraria muito para que a própria École des Annales reconhecesse que a imprensa deveria ser encarada não mais com receios ou negativização da fonte. Embora a primeira geração dos Annales, com Marc Bloch e Lucien Febvre,⁴

3. LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2008, p. 112.

4. Marc Bloch e Lucien Febvre ainda estavam presos à história medieval e renascentista, mesmo que já com uma *novuelle mentalité* no ofício da História. Vejamos que as obras publicadas por estes autores ainda eram na forma de trabalhar concepções de uma história das mentalidades políticas e econômicas, como *Les Rois Thaumaturges: Étude sur le caractère surnaturel attribué à la puissance royale particulièrement en France et en Angleterre* (1924), *Les caractères originaux de l'histoire rurale française* (1931) e *La société féodale* (1939), ambas de Bloch. A própria tese de Febvre, em 1911, *Philippe II et la Franche-Comté: étude d'histoire politique, religieuse et sociale*, bem como suas obras, tais como Martin Luther,

não tenha concretizado totalmente a imprensa para o ofício da *Histoire*, foi ainda na década de 1930, nos idos da *Revue*, que as fontes históricas começaram, mesmo que de forma ainda temerosa, a serem ampliadas – houve-se, então, abertura para novos objetos, enfoques e métodos de análise – e foi nesse caminho que os documentos hemerográficos⁵ passaram a ser questionados quanto ao seu uso metodológico,⁶ bem como também sua importância ao campo disciplinar da História, uma vez que o jornal fazia agora parte de “um processo temporal de construção, portanto, histórico”.⁷

A partir da terceira geração dos *Annales*, na dirigência perfeita de Jacques Le Goff, Pierre Nora, Philippe Ariès, Michel Vovelle, dentre outros, foi que houve um maior elástico de novas fontes e objetos como importantes para a construção do saber histórico. Foi aquele momento o mais próximo

un destin (1928) e *Le Problème De L'incroyance Au Xvie Siècle* (1942). A História Social ganharia realmente impulso nas gerações seguintes.

5. Entende-se por documentos hemerográficos ou fontes hemerográficas o conjunto de documentos impressos em forma de periódicos que podem ser jornais, revistas, folhetos, documentos oficiais, dentre outros. Vale ressaltar que já há um grande número de documentos impressos que se encontram digitalizados, pois, além da digitalização preservar os periódicos dos desgastes do tempo, facilita muito a vida dos pesquisadores. (SAMPAIO, 2014).

6. Até esse momento os documentos eram usados pelos historiadores metodológicos para fins de registros políticos e eclesiásticos. Os ditos documentos oficiais eram vistos por estes historiadores metodológicos como os únicos capazes de dar possibilidades para uma investigação científico-histórica, e que defendiam uma objetividade na pesquisa, recusando a ideia de que o historiador interfere e move o discurso com seu olhar e suas escolhas. Já para os *Annales*, o historiador não está submisso ao documento e, ao ampliar as fontes históricas, passou a defender que os documentos não-oficiais também podem fazer parte de toda uma construção temporal histórica.

7. CALONGA, Maurilio Dantielly. O jornal e suas representações: objeto ou fonte da história?. *Revista Comunicação & Mercado*, v. 01, n. 02, Edição Especial, p. 79-87, nov. 2012, p. 81. Disponível em: <https://silo.tips/download/o-jornal-e-suas-representacoes-objeto-ou-fonte-da-historia-1>. Acesso em: 22 nov. 2023.

que a História teve com outros campos – Sociologia, Filosofia, principalmente Antropologia e Linguística. Tanto essas aproximações quanto a atuação dos historiadores abriram novas trilhas e possibilitaram à disciplina uma verdadeira ruptura na epistemologia da historiografia. Le Goff chamou essa quebra e dilatação, na obra *História e Memória*, capítulo “Documento/Monumento”, de “revolução documental”.⁸

Com o avançar das décadas e a chegada da *Quarta Geração*, mantendo a essência da geração anterior, a historicização dos periódicos transformou o papel do historiador. Agora, ele não apenas renova o campo histórico e desencadeia uma revolução documental, mas também promove o ressurgimento de “campos históricos” ou “modalidades de estudo de interesse histórico”, anteriormente negligenciados. Entre eles, destacam-se a *Nova História Política*, a *Nova História Econômica*, e a consolidação da *História Cultural*. Esta última, inclusive, não demoraria muito para receber a denominação de *Nova História Cultural*, proposta pela historiadora norte-americana Lynn Hunt, na década de 1980.

Hoje tal crítica tem dimensões jamais sonhadas pelos historiadores de fins do século XIX; os textos não são tratados apenas em seus conteúdos ou enunciados, mas também mediante métodos linguísticos de análise do discurso, da enunciação, com apoio em alguma teoria das classes e das ideologias sociais. Em outras palavras, procura-se determinar em que condições sócio-históricas a produção do texto pôde ocorrer.⁹

Realmente, Ciro Flamarion Cardoso acertou em sua escrita. Os modos de entender um documento, até o século XIX, e

8. LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Trad. Bernardo Leitão et. al. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 531.

9. CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma introdução à História*. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 54.

ainda com os pensadores nas primeiras décadas do XX – embebecidos pelas correntes positivista e historicista –, eram totalmente diferentes da abordagem que estamos acostumados a adotar para esse tipo de fonte. Se na *História Cultural* o historiador trata as fontes hemerográficas com métodos linguísticos e buscando uma ordem do discurso, nos tempos de Fustel de Coulanges a habilidade dos historiadores era a de fazer leituras sobre os documentos, retirando deles tudo aquilo que continham no plano da visibilidade, não podendo ir além disso, e jamais acrescentavam ideias/discursos que dessem brechas à subjetividade: “[...] Sua habilidade única é extrair documentos de tudo o que eles contêm e adicionar nada do que eles não contêm. O melhor dos historiadores é aquele que está mais próximo dos textos, que os interpreta com a maior exatidão, que escreve e até pensa apenas sobre eles”.¹⁰

Mesmo após o avanço do campo da História, que expandiu suas fontes e objetos de estudo, ainda nas décadas de 1960 e 1970, observa-se que, na historiografia brasileira, o número de trabalhos que faziam uso de jornais ou outras fontes hemerográficas em suas pesquisas era consideravelmente reduzido. Nesse período, as potencialidades da imprensa estavam apenas começando a ser reconhecidas.¹¹ Embora Nelson Werneck

10. A versão original está no *Chapitre Premier, Les documents* (Capítulo Primeiro, Os documentos): “[...] Son unique habileté consiste à tirer des documents tout ce qu’ils contiennent et à n’y rien ajouter de ce qu’ils ne contiennent pas. Le meilleur des historiens est celui qui se tient le plus près des textes, qui les interprète avec le plus de justesse, qui n’écrit et même ne pense que d’après eux”. COULANGES, Fustel de. *La monarchie française, em Histoire des institutions politiques de l’ancienne France*. Hachette, Paris, 1875-89, tomo III, 1888, p. 33.

11. Sobre esse caminhar dos jornais como fonte importante para a construção do passado histórico na historiografia brasileira, reforço o estudo pegando a explicação de duas autoras, Silvia Fonseca e Maria Corrêa, que, segundo elas: “Inscrita no processo de diversificação de fonte já apontado ao menos desde a década de 1970, a leitura dos jornais ganhou novo impulso no âmbito da revitalização da história política e, mais recentemente, devido ao interesse, ainda

Sodré, em 1966, tenha publicado um excelente clássico sobre a construção da imprensa no Brasil, *A História da Imprensa no Brasil*, mostrando que já havia um novo historiador preocupado em resgatar a imprensa, contudo, os “os historiadores brasileiros assumiam duas posturas distintas com relação ao documento-jornal: o desprezo por considerá-lo fonte suspeita, ou o enaltecimento por encará-lo como repositório da verdade”.¹² Sem contar que os poucos trabalhos que iam surgindo tinham intuitos apenas para “escrever a História da imprensa”,¹³ faltando, assim, estudos que tentassem entender o contexto social por meio dos próprios jornais, com intenções de torná-los objeto principal da pesquisa.

Até que alguns trabalhos, depois da obra de Sodré, nasceram com esse prisma de privilegiar os periódicos como importantes fontes na pesquisa histórica, como foram os estudos desenvolvidos por Maria Helena Capelo e Maria Ligia Prado em *O bravo matutino. Imprensa e ideologia: O Estado de São Paulo* (1980), e o de Vavy Pacheco Borges, quando se utiliza dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Correio Paulistano* e *Diário Nacional* para compreender a formação oligárquica paulista e a Era Vargas, com a obra, fruto de uma dissertação, *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista: história de uma esperança e muitos desenganos* (1979). Nesse contexto, porém, ainda era forte o “peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do XX, associada ao ideal de busca da

discreto, demonstrado pelos Programas de Pós-Graduação em História no Brasil pela história dos conceitos. Efetivamente, a imprensa tem se revelado uma fonte preciosa para atestar não apenas a disputa em torno da redefinição de significados dos conceitos políticos, mas, sobretudo, para avaliar os modos de pensar e persuadir em distintos momentos históricos. [...]”. FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito; CORRÊA, Maria Letícia. (orgs.). *200 anos de imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 7.

12. CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 21.

13. LUCA, Tânia Regina de. *op. cit.*, 2008, p. 111.

verdade”,¹⁴ que fazia com que houvesse certa relutância para escrever a história do Brasil por meio dos impressos, deixando as fontes “relegadas a uma espécie de limbo”.¹⁵

O campo da História, a partir da chamada “Nova História”, terceira Escola dos Annales, mais do que em outros momentos anteriores, concentrou seus olhares em direção a novos caminhos e objetos de estudo. Houve um tratamento diferenciado nos métodos e abordagens das fontes, e até mesmo uma quebra de limites no campo da História, buscando suscitar outras perspectivas de análise em relação ao que vinha sendo produzido até aquele momento no seio historiográfico. Afirmo Hartog que “[...] a história é efetivamente sempre o mesmo movimento de descida: o mais profundo é o mais verdadeiro”,¹⁶ nesse sentido, até que ponto os jornais podem nos mostrar o palco das ações humanas que, consciente e inconscientemente, construíram histórias e memórias, as transformações políticas, culturais e socioeconômicas, as quais, em muitas situações, reverberam no momento presente? Existe uma barreira definida no qual o pesquisador tem um limite de enxergar essas ações? Como o historiador se utiliza das fontes hemerográficas como aprofundamento de sua pesquisa? Os jornais são fontes ou objeto de pesquisa? Existem meios metodológicos e manuseios corretos para a utilização dos jornais? Este texto tem como intuito trazer justamente essas discussões, enfatizando a importância das fontes hemerográficas para a construção da historiografia. Tanto no campo teórico quanto metodológico, aqui focaremos especialmente no tratamento dos jornais.

14. *Ibid.*, p. 111.

15. *Ibid.*, p. 112.

16. HARTOG, Francois. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira, com a colaboração de Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 151.

O poder da narrativa: textura teórica nos jornais

A Imprensa
*Locomotiva audaz transpondo o espaço,
Derrubando barreiras na passagem
Assim do negro tempo na voragem
Ela deixa de luz eterno traço!
Quem é que pode lhe impedir o passo?
Quem é que da heroína vendo a imagem
Não vai prestar-lhe um culto, uma homenagem
E flores espalhar em seu regaço?
Triunfadora esplêndida, sublime
Em nome da razão – vencendo o crime,
És Imprensa, o Evangelho da verdade.
És a doutrina, o salmo sempre novo,
Que faz brotar no coração do povo
A semente da paz, da liberdade!*¹⁷

A imprensa é uma locomotiva que transporta notícias, debates, afirmação/negação dos acontecimentos ocorridos no Brasil. Será que realmente a imprensa é “o evangelho da verdade”? Não concordo em chamar a imprensa de evangelho da verdade. Afirmar isto é o mesmo em dizer que os enunciados nunca distorcem os fatos e sempre trazem narrativas fora do plano real. Os veículos de comunicação são, na verdade, um evangelho de discurso-verdades que narram os acontecimentos no espaço da realidade, ajustados mediante interesses político-ideológicos do redator ou do proprietário do jornal.

O jornal “brota no coração do povo a semente da paz, da liberdade”, como diz no poema ou, ao invés disso, faz nascer agitações sociais? Observando exemplos no passado recente, sugiro dizer que por meio das narrativas – que buscam inter-

17. VILANOVA, J. A Imprensa. In: VILANETO, Quincas (org.). *Catálogo Histórico da Imprensa Maranhense: do Prelo ao Prego: 1821-2007*. v. 1. São Luís: UEMA, 2008, p. 17.

pretar o acontecimento ou problematizá-lo – a imprensa, em muitos momentos da história, brotou levantes sociais, embora muitos dos discursos tivessem como objetivo-fim trazer uma liberdade de consciência do indivíduo ou de uma força de Estado.

O jornal impresso é composto intrinsecamente por textos narrativos (ou enunciados) e discursos. Ambos estão interligados. Para entender melhor como se dá esta estrutura, retomo alguns pontos já debatidos na introdução deste estudo, porém fazendo algumas novas observações cruciais: o primeiro ponto refere-se ao fato de que o jornal traz narrativas que envolvem, nos entremeios, discursos partidários, político-ideológicos e culturais. O que, imediatamente, nos leva ao segundo ponto: narrativa é diferente de discurso.

Uma vez que narrativas (orais ou escritas) são formas de registrar o passado, enunciar algo de importante que já aconteceu ou sobre o momento presente – as sociedades e as instituições sobrevivem e se mantêm vivas por meio das narrativas –, os discursos, por sua vez, são as intenções do narrador/locutor que há por trás (nas entrelinhas, na parte do *não dito*) das suas narrativas. Os enunciados carregam consigo intenções de influenciar aquele que ouve ou lê, como diz Luiz Fiorin: “o discurso não é um amontoado de frases, mas é regido por leis de estruturação, para que ganhe sentido”.¹⁸ Os discursos, desta forma, existem porque cada enunciator narra defendendo o seu *lugar social* (*de fala*).

Dominique Maingueneau detalha muito bem como entende o conceito e a postura de discurso: é uma *organização além da frase*. Neste caso, “são submetidos a regras da organização”;¹⁹ é uma *forma de ação* que seria a “ação sobre o

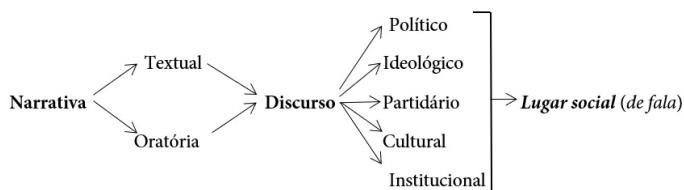
18. FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2007, p. 7.

19. MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 25.

outro, e não apenas representação do mundo”;²⁰ é *contextualizado*. E aqui cabe dizer que os discursos fazem parte de um contexto: “fora de contexto, não se pode atribuir um sentido ao enunciado”;²¹ É *assumido por um sujeito*. Ou seja, existe um EU que se posiciona no discurso e “que se coloca ao mesmo tempo como *fonte de referências pessoais*, temporais, espaciais (EU-AQUI-AGORA)”.²² E se o discurso tem uma organização estrutural ele não deixa de ser também *regido por normas*. Existe, assim, o que o autor chama de *leis do discurso*, “que regem todas as trocas verbais: ser compreensível, não se repetir, dar informações apropriadas à situação etc.”.²³

Abaixo, amplio a fórmula “Discurso = Texto + Contexto” do linguista francês Dominique Maingueneau, mostrando como se dá a estruturação entre narrativa e discurso:

Quadro 1 – Demonstração da formação estrutural da narrativa e do discurso



Fonte: Adaptado de Dominique Maingueneau⁷⁷

20. *Ibid.*, p. 125.

21. *Ibid.*, p. 26.

22. *Ibid.*, p. 27. O linguista Émile Benveniste desenvolveu os *dêiticos* na enunciação: *Ego*, *Hic* e *Nunc* (Eu, Aqui e Agora). Ou seja, a pessoa que fala, o lugar de que está se posicionando e a temporalidade do enunciado. Já para o filósofo francês Michel Pêcheux, criador da Análise de Discurso (AD), a formação discursiva ocupa também três posições de fala: sujeito, língua e história. O discurso obedece à ordem, nesse sentido, de um sujeito individual que se exprime, que se posiciona. Enquanto que a língua os códigos coletivos e sociais, e, por fim, a história, que seria os fatores e as circunstâncias externas ao sujeito – formação ideológica.

23. *Ibid.*, p. 27.

Em resumo, os discursos são o próprio *lugar social de fala*, mas nem sempre autodeclarados pelos que narram. Inclusive, Luiz Fiorin substitui o termo *fala* pelo vocábulo discurso. Essa mudança, para o referido linguista, não representa apenas uma simples troca vocabular; as substituições revelam uma postura do discurso diante da linguagem. Segundo Fiorin, “a noção de discurso pressupõe a de sujeito”,²⁴ evidenciando que o ato discursivo é compreendido nas relações socioculturais, ou seja, nas formações sociais e culturais em que o sujeito está inserido. Isso porque a linguagem constitui-se, de forma característica, na formação do homem em seu habitat social.

O redator de um jornal impresso transforma o acontecimento numa narrativa textual, dando um grau de importância e relevância social. Ele é um intelectual e não apenas redator, pois narra o que aconteceu, discursa seu ponto de análise e busca fornecer suporte esclarecedor da situação partidária no país aos leitores. Não deixa também de direcioná-los a tomarem um caminho político-ideológico a partir de suas explicações em cada coluna.

Trabalhar com os discursos envolvidos nos jornais, bem como entender as obras publicadas durante o recorte temporal do objeto deste estudo (caso do primeiro tópico deste capítulo), é sempre voltarmos para lembrar dessa valiosa frase do grande escritor caxiense Déo Silva: “a palavra, em verdade, é funda em si mesma. Raso, contudo, é o nosso poder de entendê-la”.²⁵ Entender cada enunciado contido nas fontes hemerográficas²⁶ e o pensamento de cada intelectual é sairmos desse

24. FIORIN, José Luiz. *op. cit.*, 2007, p. 6.

25. SILVA, Déo. *Equação do verbo*. São Luís: FUNC/SIOGE, 1980, p. 11.

26. Entende-se por fontes hemerográficas o conjunto de documentos impressos em forma de periódicos que podem ser jornais, revistas, folhetos, dentre outros. Muitos desses documentos hoje se encontram digitalizados, pois, além da digitalização preservar os periódicos dos desgastes do tempo, facilita muito a vida dos pesquisadores. SAMPAIO, Willian do Nascimento. Reflexões sobre

plano esférico da razoabilidade e nos aprofundarmos em cada linha, a ponto de se aproximar o máximo possível das intenções do enunciador.

Afirma Francois Hartog que “[...] a história é efetivamente sempre o mesmo movimento de descida: o mais profundo é o mais verdadeiro”.²⁷ Para entender as intenções dos discursos, é preciso que o historiador tenha em seu ofício a arte de saber se debruçar sobre sua fonte documental. Mesmo que não seja fonte hemerográfica, mas nas obras dos intelectuais que pensaram e traduziram um acontecimento histórico, é necessário se aprofundar. Ir numa descida sem volta. De fato, o certo aprofundamento que me dispus em vários momentos desta pesquisa me proporcionou possibilidades de novas interpretações e evidências dos eventos estudados.

O poder da palavra: a astúcia do discurso político e ideológico nos periódicos

*Se o discurso controla mentes, e mentes controlam ação, é crucial para aqueles que estão no poder controlar o discurso em primeiro lugar.*²⁸

A atenção redobrada do pesquisador ou historiador se faz necessária porque palavra possui poder. Os periódicos são recheados da astúcia do discurso político e ideológico de quem enuncia. O linguista holandês Teun Van Dijk não errou quando sabiamente ressaltou em sua obra *Discurso e Poder*: “Se o discurso controla mentes, e mentes controlam

fontes hemerográficas na produção do saber histórico: sugestões para o trabalho historiográfico. *Revista Bilros*, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 149-165, jan.-jun. 2014. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=960&path%5B%5D=903>. Acesso em: 05 maio 2018.

27. HARTOG, Francois. *op. cit.*, p. 151.

28. DIJK, Teun A. Van. *Discurso e poder*. trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2008, p. 18.

ação, é crucial para aqueles que estão no poder controlar o discurso em primeiro lugar”.²⁹

Os jornais, como ferramenta política e do político, legitimam acontecimentos, seja aprovando ou contestando-os, com o intuito de potencializar ideias e fatos ocorridos nos espaços sociais. Tânia de Luca diz que a imprensa “cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder”.³⁰ Os jornais assumem o papel de propagandistas, difundindo na sociedade ideologias a favor de quem está na regência da política ou em resistência ao sistema de governo, como ocorreu em muitos veículos impressos, como, por exemplo, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) e na Ditadura Militar (1964-1985).

O periódico, como folhas amareladas de viés político-ideológico, tanto é influenciado pela conjuntura que está em decurso no momento de sua veiculação, como também é um agente influenciador. Os leitores recebem em suas mãos discursos e enunciados que foram produzidos e condicionados por uma relação externa (os fatos e os acontecimentos no cotidiano da sociedade) e por uma relação interna (os financiadores das editorações), que não deixam de ser “grupos políticos que querem dar às suas opiniões subjetivas e particularistas o foro de subjetividade”.³¹

Na verdade, se observarmos bem, a construção de um jornal se faz muito mais a partir da força interna do que propriamente externa. Não seria exagero afirmar que os laços de força se dão numa ordem do interior do jornal para o exterior, em que os jornais acabam externando para as massas, como porta-vozes, uma formação ideológica de politização.

29. *Ibid.*, p. 18.

30. LUCA, Tânia Regina de. *op. cit.*, 2008, p. 128.

31. MARCONDES FILHO, Ciro. *O Capital da Notícia: o jornalismo como Produção Social de segunda Natureza*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989, p. 11.

Exemplo disso são os jornais que circularam no século XIX, desde a criação das primeiras tipografias, permissão concedida a partir da chegada de D. João VI e família em terras brasileiras, em 1808,³² até os momentos em que os intelectuais dos cânones literários e aqueles pertencentes a famílias oligárquicas tomaram conta dos impressos, veiculando informações e discursos de interesses individuais, defendendo, obviamente, seus espaços de poder. Por meio desses jornais oitocentistas, de um lado, intelectuais combateram a situação lamentável dos negros; do outro, havia aqueles que estavam ligados às famílias oligárquicas e que buscavam defender a permanência dos negros como objeto submisso ao branco, mostrando, inclusive por meios das letras, os lados negativos, caso fosse concretizada a abolição escravocrata.

32. “[...] O motivo da falta de prensas tipográficas parte da proibição como forma de garantir o controle excessivo sobre a colônia, não permitindo que tais impressos divulgassem ideias de independência e autonomia política. Enquanto muitos países da Europa e suas colônias já possuíam certa circulação da imprensa, mesmo que de forma restrita, no Brasil Colônia, até a chegada da Coroa portuguesa em 1808, ainda não existia um sistema de atividades tipográficas. Todos os discursos escritos vinham da Europa. Para Metrópole, a relação estreita entre colonizador e colonizado seria mantida através da ignorância intelectual. [...] No século XIX, após a vinda da coroa portuguesa ao Brasil, começaram a surgir vários jornais impressos. Inicialmente, surgiu o *Jornal Correio Braziliense*, criado em 1808, escrito por Hipólito José da Costa que morava em Londres, e mandava, clandestinamente, por comerciantes ingleses. No mesmo ano, 10 de setembro de 1808, é criado o *Jornal Gazeta do Rio de Janeiro*, impresso na tipografia da Imprensa Régia, isso porque o *Jornal Correio Braziliense*, apesar de ser brasileiro, vinha de Londres. Só para termos a noção do forte controle da coroa portuguesa sobre a vida intelectual da sociedade, até 1820 só era permitido circular no Brasil o *Jornal Gazeta* e suas revistas impressas na tipografia Imprensa Régia. Em 1821 com o fim da proibição, tem-se a criação do *Jornal Diário do Rio de Janeiro* (1821), *Diário de Pernambuco* (1825), *Jornal do Comercio* (1827), *Gazeta de notícias* (1875), *Jornal do Brasil* (1891), *Correios da Manhã* (1901), dentre muitos outros periódicos brasileiros”. ROCHA, Joabe. “*Escritos em Migalhas*”: o sexo feminino em busca da educação formal e de espaços na literatura no Maranhão oitocentista. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017, p. 81.

Nesse sentido, explica o sociólogo e jornalista Ciro Marcondes Filho:

Os jornais são como pontas de icebergs, que no nível externo representam a democracia formal, na qual todos seriam iguais, e, no fundo, escondem o poder político ou econômico que os sustenta, que é incomparavelmente diferenciado de um jornal para outro em relação ao seu tamanho e importância.³³

Por isso, para Marcondes Filho, o campo do ato de noticiar/anunciar está intrinsecamente ligado ao campo mercadológico. As intenções finais são transformar a informação em mercadoria, estando intrinsecamente ligada a interesses políticos, econômicos ou de grupos de poder. Como a fonte mercadológica precisa atender o público-alvo, é notório que ela se adeque ao ângulo do problema e da discussão vigente – as narrativas, então, são verdadeiros campos de lutas simbólicas, de representações e de poder.

Embora seja de fácil dedução que os discursos nos periódicos são mediados entre a linha editorial – raiz ideológica do impresso – e o *lugar social*, é sempre bom frisarmos com certa cautela alguns pontos interessantes sobre esta simbiose entre o texto (enunciado) e o contexto (conjunto de elementos ou circunstâncias).

A primeira coisa que devemos entender é que todo ato de discursar é nada mais do que reflexo do efeito ideológico que possui no sujeito. Em outras palavras, não há sujeito autônomo no discurso, como foi idealizado por Ferdinand de Saussure, considerado o fundador da Linguística Moderna e da Semiologia, entre os anos de 1907 a 1910, quando ministrou por três vezes o curso de linguística na Universidade de Genebra. Esta não-autonomia entre sujeito e discurso foi defendida pelo filósofo e linguista francês, que “provocou, no final dos anos

33. MARCONDES FILHO, Ciro. *op. cit.*, 1989, p. 13.

1960, uma mudança de paradigma nos estudos linguísticos”:³⁴ Michel Pêcheux.³⁵

A linguista francesa Denise Maldidier, que muito se dedicou a desenvolver a Análise de Discurso (AD), junto com Jacques Guilhaumou, Claudine Normand, dentre outros de seu tempo, ressaltou com belas palavras que “o pensamento de Pêcheux é um pensamento forte, que produziu questionamentos e deslocamentos: o homem de andaimes suspensos”.³⁶

Michel Pêcheux, ao desenvolver a Análise de Discurso (AD), percorrendo por três áreas – Linguística, Materialismo histórico e Teoria do Discurso –, não poupou críticas aos linguistas que, segundo ele, tentavam explicar os discursos apenas por meio das regras da semântica e da sintaxe. Baseando-se em estudos já deixados por seu amigo Louis Althusser³⁷ e Georges Canguilhem, o pensamento pêcheuxtiano trouxe uma nova roupagem à Linguística.

Em *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, de 1975, Michel Pêcheux combate de forma veemente o

34. BORONAS, Roberto Leiser. *Ensaio em análise de discurso: questões analítico-teóricas*. São Carlos: EdUFSCar, 2011, p. 13.

35. Michel Pêcheux (1938-1983) não foi um teórico de corrente linguística, mas sim um filósofo de linha marxista. Considerado o criador da Análise de Discurso (AD), ancorou-se em grandes nomes, dentre eles: no marxista Althusser, na psicanálise de Lacan, até porque Pêcheux trabalhou no Departamento de Psicologia na École Normale Supérieure (ENS). Debruçou-se nas obras de Michel Foucault quando teve que ir beber na fonte de *Arqueologia do Saber* para puxar a ideia de formação discursiva foucaultiana. Michel Pêcheux deu grandes contribuições sobre uma nova forma de se enxergar o discurso.

36. MALDIDIER, Denise. *A Inquietação do Discurso: (Re) Ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003, p. 15.

37. Numa citação deixada por Althusser, percebemos que Pêcheux realmente recebeu orientações de seu amigo e orientador na École Normale Supérieure (ENS), entre os anos de 1959 a 1963: “A linguística com diferentes fins tropeça frequentemente em dificuldades que decorrem do desconhecimento do jogo dos efeitos ideológicos em todos os discursos – inclusive os científicos”. ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1985, p. 94.

entendimento que se construiu em torno da linguagem e do discurso que se formou em sua época. O conceito de linguagem estava preso ao estruturalismo e voltado apenas para um sistema de regras formais – negando o sujeito e a exterioridade. Para Pêcheux, os olhos deveriam estar voltados não mais para as regras semânticas do enunciado, fechado em si mesmo, mas para o discurso. O sujeito, que outrora era negado, passou a ser especificidade da AD; e a formação discursiva passou a ser entendida como tecido formado a partir de uma ordem histórica e social.

A segunda informação relevante é que todo enunciado (verbal e não verbal) possui um sentido. Sem dúvida alguma, o sentido da palavra será compreendido pelos processos históricos, condições socioeconômicas e pelo pensamento político-cultural do qual o sujeito que produziu certo discurso faz parte. Segundo Pêcheux: “[...] diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeito-falante (sujeito em seu discurso) pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes”.³⁸ Aqui, é nada mais do que a exterioridade no discurso.

Esta força exterior, refletindo no discurso, é o campo ideológico que se materializa na linguagem. Se os sujeitos são constantemente interpelados por uma ideologia da qual fazem parte, ou mesmo que não façam parte, mas acabem sendo inseridos (pensamento este de Althusser), tanto os processos semânticos são determinados historicamente quanto o sentido do discurso se manifesta por meio do campo ideológico, ocorrendo, assim, a não-autonomia do discurso.

A terceira informação, por fim, crucial para quem faz dos jornais impressos seu objeto de estudo ou fonte auxiliadora

38. PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora Unicamp, 2009, p. 147.

da pesquisa, é a que há uma distinção entre texto e discurso. Texto (enunciado) é uma escrita verbal e não verbal ou mesmo fala, como explica Dominique Maingueneau: “é constituído de várias frases, e pode-se analisá-lo em termos de “coerência” e de “coesão””.³⁹ É a partir destas coerências e coesões que o texto se articula, se orienta num jogo de linguagem, assumindo posições de quem narra, argumenta, pergunta ou responde: “todo texto implica uma forma de subjetividade que varia segundo os suportes e os modos de circulação: será aquela que a escrita impõe”.⁴⁰

Já o discurso é a intenção da escrita verbal ou não verbal. Em todo enunciado há uma intenção que pode estar explícita ou implícita. A linguista brasileira Eni Orlandi, pioneira da Análise de Discurso no Brasil, nos dá um excelente conceito de discurso: “o discurso é assim palavra em movimento, prática da linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”.⁴¹ Como o discurso é, na prática, o homem falando, expressando-se de alguma forma, ocupando uma tríade pècheuxtiana – língua, sujeito e história –,⁴² temos por entendimento que a formação discursiva é nada mais do que reflexo de uma formação ideológica.

39. MAINGUENEAU, Dominique. *Doze conceitos em análise do discurso*. Org. Sírio Possenti, Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva; trad. Adail Sobral *et al.* São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 10.

40. *Ibid.*, p. 14.

41. ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2007, p. 15.

42. Assim como o linguista Émile Benveniste desenvolveu os *dêiticos* na enunciação: *Ego*, *Hic* e *Nunc* (Eu, Aqui e Agora), ou seja, a pessoa que fala, o lugar de que está se posicionando e o tempo do enunciado, para Pêcheux, a formação discursiva ocupa também três posições de fala: sujeito, língua e história. O discurso obedece a ordem, nesse sentido, de: um sujeito individual que se exprime, que se posiciona, a língua, neste caso, os códigos coletivos e sociais, e a história, que seria os fatores e circunstâncias externas ao sujeito – formação ideológica.

Em outras palavras, o discurso é a materialização concreta de uma ideologia. Dentro do enunciado há toda uma ordem e instância articulada entre quem fala e do lugar que fala: “os discursos são governados por formações ideológicas”.⁴³ Por isso que, dentro de um periódico, entender as posições políticas de quem escreve certa fala é de grande importância, ainda mais porque as formações discursivas dos jornais são, em suma, formações sociais, grupos, pessoas, classes dominantes ou dos dominados, que se utilizam deste instrumento para (re)produzir conceitos, ideias, debater momentos conturbados na sociedade.

Nesse viés, os enunciados nos periódicos se inscrevem dentro de um conjunto histórico-social. A fala, ou o poder da palavra, é uma construção de interferências individuais, mas, sobretudo, da exterioridade – a língua e ideologia: “o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua”.⁴⁴

Os discursos estão sempre concatenados a um campo ideológico, uma vez que os narradores estão filiados a alguma instituição, seguindo regras. Se a linha editorial do jornal, por exemplo, faz parte de alguma tendência político-partidária (esquerda ou direita) ou religiosa (católica, protestante, entre outras), consequentemente os enunciados (expressos em uma formação discursivo-ideológica) serão construídos mediante as normas do *lugar social*.⁴⁵

De toda sorte, escrever é sempre uma aventura. Perigosa, diga-se de passagem.

43. BRANDÃO, Helena Hathsue Naganime. *Introdução à Análise do Discurso*. 3. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012, p. 47.

44. ORLANDI, Eni. *op. cit.*, 2007, p. 32.

45. Na parte inicial do Capítulo III, em minha dissertação, faço uma diferenciação entre narrativa e discurso a partir do *lugar social*, baseado na fórmula “Discurso = Texto + Contexto” do linguista francês Dominique Maingueneau. MAINGUENEAU, Dominique. *op. cit.*, 2015, p. 36.

Podemos até ter a ideia bem arquitetada de como iremos começar, mas no decorrer do artesanato da escrita, esta vai mudando a todo instante. A cada nova leitura, surge um leque de horizontes que, se não estivermos bem firmes no objeto central a ser encontrado, enveredamos por tantos outros caminhos que passaremos a andar em círculo. Por muitas vezes sentiremos isso na pele. Vemos o abismo iminente em nossa frente. Em muitos momentos teremos que puxar as rédeas, pois os objetivos, ora por outra, se desenfreiam.

Para quem vai construir seu objeto de estudo a partir do apoio das fontes hemerográficas, surgem as seguintes indagações: até que ponto os jornais podem revelar o palco das ações humanas que, consciente e inconscientemente, construíram histórias e memórias, as transformações políticas, culturais e socioeconômicas, as normas e regras sociais e culturais e que, em muitas situações, reverberam no momento presente? Existe uma barreira definida na qual o pesquisador tem um limite de enxergar essas ações? Como o historiador se utiliza das fontes hemerográficas como aprofundamento de sua pesquisa? Os jornais são fontes ou objeto de pesquisa? Existem meios metodológicos e manuseios corretos para a utilização dos jornais?

Estas indagações são possivelmente respondidas a partir dos caminhos metodológicos e manuseios corretos que o historiador sabe trilhar. Em relação ao jornal, como fonte para a pesquisa e/ou próprio objeto de estudo, é preciso saber manuseá-lo para se achar as informações procuradas. É o que o autor Juremir Silva alerta: “trata-se de mais um trabalho de “desencobrimento”, de desconstrução narrativa, de revelação da ambiguidade de certos discursos e de desvelamento: fazer vir à tona o que se esconde sob poeira das frases do passado”.⁴⁶

46. SILVA, Juremir Machado da. 1964. *Golpe midiático-civil-militar*. 8. ed. Porto Alegre: Sulina, 2017.

Há várias maneiras de se adentrar nos impressos para descobrir os processos históricos, as ideias políticas, culturais, econômicas. Maneiras que vão desde a utilização correta dos campos teóricos e metodológicos, até o ato de usar luvas, máscara protetora e máquinas digitais sem *flash*, que, dependendo do ano do periódico, podem danificar o documento. O uso, por exemplo, da Análise de Discurso e da Linguística são os mais usados para identificar as matrizes ideológicas, os projetos arquitetônicos político-culturais e os pressupostos de uma formação de consciências.

Costumo dizer que uma coisa muito importante sobre o ato de manusear as fontes é o saber olhar sobre o *primeiro* e *segundo céu* nelas.

O *primeiro céu* e *segundo céu* sobre as fontes é aquilo que Michel Foucault, na obra *A ordem do Discurso* (uma aula inaugural no Collège de France, em 2 de dezembro de 1970) e, posteriormente, Michel de Certeau, na obra *A escrita da história* (1982), irão chamar de *ditos* e *não ditos*.

Para estes consagrados autores, os discursos devem ser analisados com cautela, chamando, dessa forma, a atenção do pesquisador para refletir sobre os direcionamentos dos discursos nas fontes impressas. O *não dito* (*segundo céu*) nos enunciados é o que dá o verdadeiro sentido por trás das palavras, das imagens que o autor (redator) não apresentou de forma explícita. Pois a partir desse plano é que enxergaremos que por trás das *coisas ditas* (*primeiro céu*) há toda uma estrutura de poder política e ideológica bem organizada de um grupo que é dominante ou que está tentando dominar o espaço social, político, econômico, e que, muitas vezes, não pode ser vista nas linhas dos discursos, mas sim nas entrelinhas das enunciações.⁴⁷

47. Para compreender o objetivo da palavra dentro dos periódicos é preciso entender que o discurso começa a existir no plano interior e vai ganhando

Sobre o *dito* e o *não dito* nos discursos, explica Michel Foucault que:

Às *coisas ditas*, não pergunta o que escondem, o que nelas estava dito e o *não-dito* que involuntariamente recobrem, a abundância de pensamentos, imagens ou fantasmas que as habitam; mas, ao contrário, de que modo existem, o que significa para elas o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual. [...] Cada enunciado ocupa aí um lugar que só a ele pertence. A descrição não consiste, pois, a propósito de um enunciado, em reconhecer o *não-dito* cujo lugar ele ocupa; nem como podemos reduzi-lo a um texto silencioso e comum; mas, pelo contrário, que posição singular ocupa, que ramificações no sistema das formações permitem demarcar sua localização, como ele se isola na dispersão geral dos enunciados.⁴⁸

Os jornais, os panfletos, as revistas, cada um especializado numa vertente própria, trazem a possibilidade de o historiador investigar a posição política e ideológica do periódico (*não*

formas de intenções dentro do espaço social na sua exterioridade. E, a partir do plano exterior, ganha materialidade, influencia o meio e, assim, o poder de transformá-lo: “o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc. Sua natureza social [...] está indissolivelmente ligada às condições da comunicação, que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais” BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006., p. 15; p. 126). Helena Brandão entende o discurso como formação ideológica de interações de confrontos e alianças entre pensamentos, em que ressalta: “[...] o conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas dizem respeito direta ou indiretamente as posições de classe social, política e econômica de onde se fala ou escreve e têm a ver com as relações de poder que se estabelecem entre os indivíduos e que são expressas quando interagem entre si”. BRANDÃO, Helena Hathsue Naganime. *op. cit.*, 2012, p. 23.

48. FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 124; p. 135-136.

dito) por meio de alguns elementos que compõem o corpo da fonte impresso: o campo editorial, as notícias políticas, as informações do cotidiano, artigos dos colunistas sobre os acontecimentos econômicos, culturais, políticos, as cartas e crônicas. Todos estes elementos são essenciais porque trazem nas suas entrelinhas tomadas de posições, muitas vezes até partidárias.

É nos *ditos e não ditos* que o pesquisador tem a oportunidade de enxergar os espaços construídos nas fontes impressas e, conseqüentemente, permear num passado histórico. Consegue permear porque “os impressos que por aqui circulam em duzentos anos não só não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país”.⁴⁹ Conclui as historiadoras Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca: “a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se autoexplicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel”.⁵⁰

Por isso que o documento hemerográfico é um documento morto, vestido para o ato inaugural, aqui parafraseando “Duas das festas da morte”, de Joao Cabral de Melo Neto, e que o livro do historiador Durval Muniz também se apoiou neste poema,⁵¹ no sentido simbólico da palavra, uma vez que estar sob as poeiras do tempo, guardado em gavetas com tonalidades esmaecidas pelo bolor, muitos deles até esquecidos, só esperando o momento de uma pessoa retirá-los desse silêncio e esquecimento e vesti-los para o “ato inaugural” – dá vida à fonte e voz para que possa torná-los possíveis de uma investigação contextualizada com as relações sociais e políticas –,

49. MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. Pelos caminhos da imprensa no Brasil. MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 8.

50. *Ibid.*, p. 8.

51. O tópico nas páginas a seguir, “O pesquisador diante dos veículos impressos: documento morto vestido para o ato inaugural”, tem como objetivo apresentar mais profundidade sobre esta questão.

e fazer com que a fonte saia do campo de berlinda e tenha a oportunidade de ser a atenção da pesquisa.

Dar vida aos impressos, levando-os à categorização de objeto de estudo, “[...] justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social [...]”.⁵² Esse modo de pensar de Helena Capelato e Ligia Prado é bem próximo de Jacques Le Goff, em que as autoras passaram a entender os jornais como discursos políticos que produzem estratégias e legitimação, jamais podendo ser tomado “como mero veículo neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere”,⁵³ mas como “um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”.⁵⁴

Trabalhar com jornais é vivenciar uma complexa teia de análises e significações. O historiador, além de dar conta dos significados dos discursos, precisa responder quais os aspectos que motivam os jornais a suscitar credibilidade e publicidade aos acontecimentos. É buscar entender que há uma história dentro dos discursos. Em outro modo de refletir: “[...] a história é sempre texto, ou mais amplamente, *discurso*, seja ele escrito, iconográfico, gestual [...]”.⁵⁵ Tem por obrigação, apoiando-me na fala de Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas:

Relacionar texto e contexto: buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o

52. CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia*: O Estado de São Paulo. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980, p. 19.

53. *Ibid.*, p. 9.

54. LE GOFF, Jacques. *op. cit.*, 2010, p. 536.

55. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. “História e Análise de Textos”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 536-567, p. 540.

conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos. Em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-lo ao social.⁵⁶

Quando nos debruçamos sobre os jornais desgastados, a todo o momento estamos pisando num terreno pantanoso. Como meios metodológicos de desenvolver a problemática, vários questionamentos o historiador deve fazer no ato de pesquisar o jornal que tem em mãos: como os periódicos foram apropriados e instrumentalizados como ferramenta de poder e ideologização? A quem pertenciam ou quem financiava esses jornais? De que forma esses veículos impressos podem ser trabalhados como espaço de representação? Quais intenções políticas e ideológicas estão por trás dos discursos? É possível compreender como estavam as teias de poder em certo período a partir da construção discursiva dos jornais? Houve mudanças de linha editorial durante a editoração?

Essas indagações são nada mais do que a aproximação do olhar atento do pesquisador sobre sua fonte. Quanto mais o historiador se aproximar (aprofundar) do seu objeto (documento-fonte), mais visibilidade terá sobre as fronteiras das enunciações. Isso nos faz lembrar agora uma importante metáfora do historiador alemão Reinhart Koselleck:

Poder-se-ia aclarar esta discussão através da utilização da metáfora do fotógrafo. Para tirar uma fotografia posso ajustar minha máquina de acordo com a distância do objeto a ser fotografado: a perspectiva (se de mais perto ou de mais longe) vai me obrigar a um foco diferente. [...] O objeto se mantém o mesmo, e o que se altera é apenas a perspectiva em relação a ele. Esta seria minha resposta àqueles que argumentam se só seria possível a realização de análises de discursos.⁵⁷

56. *Ibid.*, p. 540.

57. KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: Problemas teóricos e

Todos esses possíveis caminhos metodológicos fazem com que o historiador fique longe de atribuir a função aos impressos apenas como registro do passado⁵⁸. Refletir sobre o jornal em que a “questão central é a de enfrentar a reflexão sobre a historicidade da Imprensa”,⁵⁹ é problematizá-los por meio de suas articulações, conjunturas, sua inserção na sociedade. Quando o artesão da *Clio* avança seu nível de compreensão da fonte, passando de mero documento de acontecimentos para um documento-jornal que precisa ser historicizado, ele deixa de ser apenas uma fonte auxiliar⁶⁰ da pesquisa para ser o próprio objeto de estudo. Ao invés de o pesquisador explorar a fonte para esclarecer ainda mais a problemática que está sendo investigada, ele se utiliza do jornal para tentar entender como

práticos. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146, p. 137-138. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1945/1084>. Acesso em: 11 jun. 2018.

58. Os historiadores Robert Darnton e Daniel Roche criticaram a forma como foi dada a função dos jornais por muitos historiadores que se utilizavam dessa fonte para entender a Revolução Francesa, em que “tratava em geral a palavra impressa como um registro do que aconteceu e não como ingrediente do acontecimento”. DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. (org.). *Revolução Impressa: a imprensa na França 1775- 1800*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 15.

59. CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Revista Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221/1322>. Acesso em: 03 jun. 2018.

60. Sobre o jornal ser um auxiliador na pesquisa (no sentido de ser apenas uma fonte de apoio), Maria Helena Capelato chama atenção ao fato de como os historiadores se utilizam dos impressos para se aprofundar no objeto de que está sendo estudado: “[...] há também os que dela se servem como fonte complementar para o estudo de um determinado tema. Os pesquisadores que se dedicam às análises político-ideológicas privilegiam os editoriais e artigos que constituem, por excelência, a parte opinativa do jornal. [...] Neste tipo de abordagem o pesquisador pode recorrer as colunas sociais, aos “faits divers”, às ilustrações, às caricaturas e às diferentes seções de entretenimento. O noticiário tem grande importância para as investigações históricas”. CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. p. 34.

o veículo impresso atuou no acontecimento histórico, como o periódico modificou as estruturas sociopolíticas e tentou atuar sob a forma de agente influenciador.

Destarte, os jornais, como instrumentos que tem a capacidade de manipular, (re)criar formas de interveniência nos espaços da vida humana e nas instituições, merecem ser trabalhados, seja como fonte auxiliar ou fonte principal do objeto de estudo, com uma severa postura crítica às informações recolhidas. Estabelecer limites de análises dos discursos e enunciados, não fazendo, dessa maneira, certas inferências sem contexto e coerência, é não rotular e muito menos generalizar as produções discursivas e as abordagens enunciativas que cercam os impressos, mas fazendo destas os caminhos possíveis para se chegar ao segundo plano do jornal – aquilo que se passa por trás dos órgãos da imprensa, as reais intenções dos editores, até mesmo enxergar as contradições de discursos que os jornais vão sofrendo ao longo da editoração.

Historicizar um periódico não é apenas dar ao documento um valor histórico, mas também saber problematizar os conflitos e interesses que fluem de dentro dos jornais, movidos por ondas conflitantes que são nada mais do que reflexos das interferências internas (grupos dominantes que produzem e manipulam os impressos) e externas (sociedade em geral, leitores e as agitações sociopolíticas e econômicas).

Quando o construtor da historiografia se lança a estudar de maneira minuciosa certos tipos de fontes e, mais especificadamente, as hemerográficas, a partir de um contexto social considerado importante para o campo histórico, perceberá que os discursos que nesses impressos se encontram funcionam como uma maneira de mostrar momentos particulares do cotidiano da sociedade. Contudo, constitui a realidade da qual faz essa captura de forma bem seletiva, o que ocasiona a exclusão, pois, os jornais, a exemplo, são “[...] um veículo de

reprodução parcial da realidade”,⁶¹ como também servem para confrontar ou ocultar o (des)equilíbrio de poder pertencente à camada social que domina ou está tentando dominar as instituições que têm a capacidade de reger os indivíduos.

O pesquisador diante dos veículos impressos: documento morto vestido para o ato inaugural⁶²

*A imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época.*⁶³

O pesquisador chega numa biblioteca, com seu projeto de pesquisa em mãos, senta-se na cadeira e abre a primeira página do jornal. Ao perceber que está diante de uma imensidão de informações, em que tudo que ele enxerga, com olhar humano, são apenas textos e imagens, recai sobre ele certa angústia, a ponto de ficar inerte na pesquisa. Somente o pesquisador bem perspicaz e já prevenido/precavido saberá usar o telescópio. O que seria, então, esse telescópio no ofício da História? O conceito metafórico de telescópio faz entender que o pesqui-

61. MARCONDES FILHO, Ciro. *op. cit.*, 1989, p. 11.

62. Frase que faz menção ao poema “Duas das festas da morte”, de João Cabral de Melo Neto, sobretudo, enfatizada no livro do historiador Durval Muniz. Para Michel de Certeau, o historiador ao fazer a operação historiográfica, se assemelha a um operário, que ao trabalhar sobre o material (fonte), tem o objetivo de transformá-lo em história viva. Os jornais sob o silêncio e poeiras do tempo estarão sempre de prontidão para o seu ato inaugural. Ver: MELO NETO, João Cabral. *Poesias completas: 1940-1965*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986, p. 8; ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. “O morto vestido para um ato inaugural”: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013; CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

63. CAPELATO, Maria Helena R. *op. cit.*, 1988, p. 21.

sador está de frente a um objeto invisível e inalcançável? Isso me faz lembrar uma indagação feita por Juremir Silva: “Será possível desconstruir – desbastar, retirar, eliminar – as várias camadas narrativas que encobrem um acontecimento para tentar alcançar alguma verdade escondida por trás dos textos que o narraram?”.⁶⁴ Assim como o homem norte-americano chegou ao Universo e pisou pela primeira vez na Lua em 1969, o historiador também tem o poder de conseguir ir neste *segundo céu* de sua fonte impressa. A partir de um olhar aguçado, utilizando sua própria retina, e munido de arcabouços teórico-metodológicos, é que o pesquisador conseguirá entender o que há por trás dos discursos e representações dos jornais.

Esta história ilustrativa que narra a aflição do pesquisador diante de sua fonte impressa nas bibliotecas e arquivos públicos, reflete que, embora o jornal tenha conquistado espaço no campo da História, os usos metodológicos adequados ainda encontram-se em fase de amadurecimento, mesmo havendo avanços significativos decorrentes dos debates nos centros acadêmicos e de pesquisas, como criticado por Heloísa Cruz e Maria Peixoto, que afirmaram que, na utilização dos documentos como fonte, “[...] na maioria das vezes, aparecem como objetos mortos, descolados das tramas históricas nas quais se constituem”.⁶⁵ Além disso, as autoras concluem que, quando se trata de dar um caráter político-ideológico aos discursos dos jornais, “[...] de seu comprometimento com os interesses imediatos de proprietários e anunciantes, temos avançado pouco na discussão e afirmação de um repertório de procedimentos metodológicos para o seu tratamento”.⁶⁶

64. SILVA, Juremir Machado da. *op. cit.*, 2017, p. 7.

65. CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, PUC, n° 35, p. 253-270, 2007, p. 256.

66. *Ibid.*, p. 256.

Se a renúncia por pesquisas em periódicos estava relacionada por motivos de os pesquisadores virem nos periódicos a subordinação dos impressos às classes de poder, os interesses específicos, as ideologias, a formação de consciência que orbitava (e continua ainda a orbitar) em torno dos discursos como um problema para a pesquisa, e se até meados do século XX, os impressos eram questionados por sua falta de objetividade, “[...] atributo que de fato, nenhum vestígio do passado pode ostentar [...]”,⁶⁷ a partir dos anos 1970, as atribuições de “espelho do real” entra em decadência.⁶⁸ Passa, como ressaltou Maria Capelato, de espelho do real para representação da realidade. A partir disso, a historiografia brasileira passaria a entender que “o jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque permeada pela subjetividade”,⁶⁹ mas uma fonte que contém histórias diversas, “meio de expressão de idéias e depósito de cultura”.⁷⁰

Como foi dito nas páginas introdutórias deste capítulo, a renovação de uma *Nova História Política e Cultural*, bem

67. LUCA, Tânia Regina de. *op. cit.*, 2008, p. 116.

68. Outros historiadores consagrados já debatiam sobre essa questão da fonte impressa sendo atribuída como documento que revela a verdade, no qual o historiador tradicional estava preso à fonte, não podendo fazer conjecturas, ir além do primeiro plano, adentrar nos discursos. É o caso, por exemplo, da obra de Jacques Le Goff, *História e Memória* de 1988 (junção de diversos ensaios que ele escreveu entre os anos de 1977 a 1982): “No limite, não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto – do falso, devem superar essa problemática, porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo talvez sobretudo os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos”. (LE GOFF, 2010, p. 548).

69. CAPELATO, Maria Helena R. *op. cit.*, 1988, p. 21.

70. *Ibid.*, p. 21.

como nesse ínterim, as contribuições marxistas na História, deram aos poucos novas abordagens teóricas e metodológicas sobre o documento impresso. Contribuições estas que vinham sendo discutidas desde os tempos de Ranke, finais do século XIX, com o manual escrito por Charles Victor Langlois e Charles Seignoboso em 1901, *Introdução aos Estudos Históricos*, deixando, inclusive, como brado de guerra aos historiadores que desprezavam os documentos, dizendo que “A história se faz com documentos. [...] Nada supre os documentos. Onde não há documentos, não há história”.⁷¹ Com Marc Bloch e Febvre, e, principalmente, a geração de Jacques Le Goff e historiadores subsequentes, aos quais daremos desdobramentos importantes na fonte documental, ampliando até mesmo o entendimento que se tinha sobre a fonte impressa: “há que tomar a palavra ‘documento’ no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira”.⁷²

Ainda sobre o entendimento do que possa ser caracterizado um “documento”, Le Goff nos dar um conceito de tamanha sutileza:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou, segundo as relações de força que aí detinham o poder. Somente a análise do documento, enquanto monumento, permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. [...] O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, das sociedades que o produziram, mas também

71. Na obra original de 1901, existe uma tradução escrita da seguinte forma: “Sem documento não há história”. LANGLOIS, Charles V.; SEIGNOBOS, Charles. *op. cit.*, 1946, p. 184.

72. SAMARAN, Charles. L’histoire et ses méthodes. In: *Encyclopédie de la Pléiade*, vol. XI. Paris: Gallimard, 1961, p. 12, apud LE GOFF, Jacques. *op. cit.*, 2010, p. 540.

das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura [...]. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.⁷³

A imprensa passaria a ser evocada não mais apenas no sentido de uma fonte que enaltece a formação de uma ordem política, como se foi nos tempos dos historicistas, mas agora os impressos são enxergados de outras formas. Ganhou *status* de fonte documental. Passou de agente do Estado para agente histórico, no qual guia o historiador a compreender os processos e os acontecimentos de certo período. Deixou de ser analisada como uma fonte que meramente transmite uma opinião, mas que tem forças de intervir na sociedade com discursos de intenções de direcionamentos, que, notadamente, “produzem estratégias e práticas tendentes a impor autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas”.⁷⁴ Nesse sentido, os corpos dos enunciados estão envolvidos de poder por trás dos discursos: os micros e macropoderes, textos e imagens ideológicas, símbolos e representações políticas, e todas as variadas formas de poder que estão permeadas nos documentos hemerográficos.

Nessa conjuntura, como “os discursos da imprensa e sua linguagem não se restringiam apenas a um conjunto de vocabulários”,⁷⁵ mas passaram a ter a capacidade de “desvelar o nível básico das relações sociais”,⁷⁶ os impressos ganharam

73. LE GOFF, Jacques. *op. cit.*, 2010, p. 545; p. 548.

74. CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de Representações Coletivas segundo Roger Chartier. *Diálogos, DHI/PPH/UEM*, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005, p. 149.

75. CALONGA, Maurilio Dantielly. *op. cit.*, 2012, p. 82.

76. *Ibid.*, p. 82.

tanta relevância que o jornal passou a ter uma característica peculiar na construção historiográfica. Foi tomado como fonte, neste caso, servindo como apoio da problemática da pesquisa, e depois levado como categoria para ser o próprio objeto de estudo da História. E, mais do que isso, podendo ser até os dois ao mesmo tempo numa pesquisa histórica.

Considerações finais

Como os periódicos passaram da posição de berlinda e de limbo para ocuparem *status* privilegiados naquilo que o campo da História determinou de fontes importantes para a historiografia – deixando de serem meras folhas recheadas de informações distintas e obscuras para serem considerados depósitos de memórias e discursos inteligíveis –, o historiador, nesse sentido, passou a utilizar os jornais como uma forma de entender os acontecimentos e fazer com que por meio desse tipo de fonte a sociedade pudesse compreender a História que foi desenhada no passado.

Com certeza, é nessa via de entendimento sobre a fonte hemerográfica como salvaguarda do passado que está a sua verdadeira arte: ser uma espécie de arquivo de memória e uma forma de confirmar as falas dos sujeitos quando descrevem algum acontecimento que eles vivenciaram, dando, dessa forma, o devido reconhecimento às falas daqueles que testemunharam e continuam a testemunhar processos remotos. Nesse viés, o impresso não deixa de ser apenas uma ferramenta que tem o poder de retornar ao tempo transcorrido, recuado do tempo presente.

Folhear as páginas amareladas de um jornal, com o intuito de arrancar os sentidos reais por trás das enunciações e que, a partir dos enunciados, ter o objetivo de trabalhar “sobre um

material para transformar em história”,⁷⁷ no qual muitas vezes o próprio pesquisador não vivenciou o período do documento que tem em mãos, é o ato de tirar do campo da invisibilidade a emaranhada relações políticas, econômicas e culturais que estão presente num tempo-espço do periódico (um esforço para reconstruir do passado).

O historiador, diante de sua fonte impressa, deve levar em consideração de que para entender as palavras e as imagens e todos os enunciados que fazem parte do *segundo céu*, no jornal, terá que usar corretamente o telescópio (caminhos metodológicos) que tem em mãos. Somente tratando os periódicos com certa frieza, de um bom historiador, é que terá uma visão crítica sobre os discursos inclinados às tendências políticas e ao pensamento ideológico dos agentes que estão por trás, regendo cada palavra que sai nos jornais, até mesmo saber a posição político-partidária que o jornal pesquisado se encontra.

Termino por dizer que ser um bom pesquisador de fontes documentais não é “escarafunchar papéis velhos, em busca de novidades, como se fosse uma espécie de “Indiana Jones” dos arquivos”,⁷⁸ mas sim, e, sobretudo, saber que está diante de uma natureza que tem o poder de falar sobre o passado e por isso exige que o historiador saiba manusear – chamada de prática da pesquisa – as fontes documentais, a ponto de tomar decisões em relação à construção do saber histórico.

77. CERTEAU, Michel de. *op. cit.*, 1982, p. 79.

78. BACELLAR, Carlos. *Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 2. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23.

A escrita histórica: entre possibilidades metodológicas e epistemológicas para se conhecer o passado¹

A consciência do passado é, por inúmeras razões, essencial ao nosso bem-estar.²

Este ensaio tem como pretensão discutir alguns conceitos importantes para a formação do campo da História e da historiografia, dentre os quais destaco: a compreensão de objetividade e imparcialidade na produção do conhecimento histórico, ou seja, as formas do cientista das Ciências Humanas diante do seu objeto de pesquisa; o caminho epistemológico para se conhecer o passado entre distintas nuances, que não deixa de estar relacionado com as implicações da hermenêutica documental, fomentada, assim, no diálogo entre escrita histórica e verdade enquanto fim desejado. Todos esses elementos propostos seguem para a mesma problemática: como se fazer História.

A objetividade e a imparcialidade, associadas ao trabalho do historiador, é uma discussão que ao longo do percurso so-

1. Texto apresentado à disciplina Historiografia Brasileira, ministrada na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Campus Caxias, 2023.

2. LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, v. 17, p. 63-201, 1998, p. 64.

freu diversos tipos de análises. Ora, a própria noção do que é ser “objetivo” e “imparcial” foi tema central nos debates como forma de constituição do território da disciplina no século XIX com os positivistas, a Escola Metódica francesa, com os historicistas alemães factuais (conservadores epistemologicamente mais ligados à história política) e os historicistas relativistas, entre a passagem do Oitocentos para o século posterior, bem como não poderia deixar de mencionar os historiadores franceses das gerações dos Annales, incluindo aqui a *Nova História*. Segundo o historiador José D’Assunção Barros, em *Teoria da História: os primeiros paradigmas – positivismo e historicismo*, volume 2, a formação da historiografia seria incendiada pelo entrelaço de duas espadas: “a necessidade científica de trazer uma ‘objetividade’ para a história, e o incontornável reconhecimento da ‘subjetividade’”.³

Antes de entrarmos para a discussão mais aprofundada, cabe primeiro explicar que a objetividade se refere ao fato de o conhecimento histórico ser objetivo e de natureza imutável (agregando verdades gerais e absolutas), mais conhecida como história universal ou universalizante. Este foi um ponto de partida metodológico muito difundido pelos positivistas que defendiam a possibilidade de ler a fonte documental e retirar análises fundamentais sem que houvesse cargas emocionais, sem interpretações e pontos de vistas. No caso da imparcialidade, esta se refere à neutralidade do pesquisador, do distanciamento que deva assumir do seu objeto de pesquisa. Este modo de ver os fatos e os acontecimentos e dar conta das experiências do passado não tardaria para ser duramente criticado pelos paradigmas sucessores, como, por exemplo, o dos historicistas relativistas e dos materialistas históricos – de corrente marxista – que passaram a financiar a ideia de subjetividade.

3. BARROS, José D’Assunção. *Teoria da História II. Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p. 15.

Em outras palavras, sustentava-se cada vez mais o entendimento de que o cientista deveria escrever sobre o passado a partir do seu lugar social e, justamente por isso, romper com o binômio da objetividade e da imparcialidade, entendido naquele momento muito mais como problema do que virtude. O processo da escrita seria, então, uma questão de hermenêutica sobre os documentos, isto é, ter técnicas e práticas apropriadas para se interpretar a fonte, e de uma história particular/particularizante, o que daí fez com que o campo disciplinar da História necessitasse de novos acordos epistemológicos e os historiadores – já considerados profissionais – trouxessem à luz reflexões sobre a consciência histórica. Johann Droysen, por exemplo, rejeitou por completo a ideia de prática objetiva e neutra. Vemos no livro *Manual de Teoria da História*, que ele buscou mostrar a possibilidade de obter resultados por meio de uma sistemática interpretativa nos documentos ou conhecida também como compreensão investigativa, no qual não concordaria com um importante historicista alemão – Leopold Ranke –, afirmando que este produzia uma “objetividade eunuca”. As investidas de Droysen foram tão significantes que influenciaram outros pensadores europeus. É o caso do filósofo alemão Wilhelm Dilthey.

Com a preocupação em estabelecer uma estrutura epistemológica capaz de definir o campo de interesse e os limites no exercício do historiador, a história passou a existir de forma independente deste profissional. Esse movimento não apenas fortaleceu o reconhecimento do cientista social como um agente não neutro, permitindo a incorporação da hermenêutica documental, mas também associou a matriz disciplinar à referência temporal. Essa perspectiva é explicada por João Paulo Garrido Pimenta em *O livro do tempo: uma história social* (2021), em que destaca que o tempo passou a ser não apenas o fundamento da análise histórica, compreendida como a

prática do historiador, mas também o próprio objeto da história. Essa mudança implicou na ampliação das fontes históricas para além do documento escrito, como será discutido mais adiante. Neste terreno fértil, teremos grandes intelectuais que se dedicaram a formular modelos teórico-metodológicos ao campo das Ciências Humanas.

Vale ressaltar que o problema da objetividade e da imparcialidade não se encerra na primeira geração do *Annales* na França, com Marc Bloch e Lucien Febvre, tampouco com a sua terceira geração, no final década de 1960, mesmo com a *Nouvelle Histoire* direcionada inicialmente pelos historiadores medievalistas Jacques Le Goff e Pierre Nora, que desenvolveram estudos problematizando as aproximações e as diferenciações entre história e memória, mas foi dentro desse recorte temporal que, concomitantemente a esta nova corrente historiográfica, outros profissionais da História e filósofos passaram a rever os conceitos de objetividade e subjetividade e refiná-lo ainda mais, bem como as maneiras de conhecer o passado e, assim, chegar à verdade histórica.

Observamos que o esforço de recordar e compreender eventos passados, conforme expresso por Marc Bloch ao referir-se a um “passado recente”,⁴ como descrito em *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*, escrito por volta de 1929 e publicado em 1949, tornou-se um ponto central para a emergente comunidade intelectual do século XX. E aqui não se tratava somente pela preocupação epistemológica da objetividade/subjetividade, mas quais objetivos e caminhos práticos o pesquisador das áreas humanas poderia se apegar para conhecer o passado. Eis que a pergunta sobre como visitar o acontecimento que se tornou pretérito e como escrever

4. BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lília Moritz Schwarcz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 60.

a história já havia sido suscitada muitas décadas antes dos trabalhos do historiador francês, Paul Veyne, e do historiador e geógrafo estadunidense, David Lowenthal, notavelmente abordados no texto “Como conhecemos o passado”, traduzido para o português e publicado no Brasil em 1998:

Como tomamos conhecimentos do passado? Como adquirimos esse background imprescindível? A resposta é simples: lembramo-nos das coisas, lemos ou ouvimos histórias e crônicas, e vivemos entre relíquias de épocas anteriores. O passado nos cerca e nos preenche; cada cenário, cada declaração, cada ação conserva um conteúdo residual de tempos pretéritos. Toda consciência atual se funda em percepções e atitudes do passado; reconhecemos uma pessoa, uma árvore, um café da manhã, uma tarefa, porque já os vimos ou já experimentamos. E o acontecido também parte integral de nossa própria existência.⁵

Na primeira geração dos *Annales*, o historiador medievalista Marc Bloch propõe que a investigação histórica se daria pelos vestígios – fossem eles fontes escritas, arqueológicas ou testemunhais – ainda que para esta última ele tenha chamado a atenção para os cuidados de que se trata de uma fonte que está subjacente às experiências do indivíduo e, neste sentido, se sobressaem as particularidades: a ilusão de verdade absoluta, da falseabilidade da narrativa da testemunha, da memória que poderá não descrever tudo o que aconteceu, seja por omissão intencional ou por esquecimento, como é explicado em seu texto “Reflexões de um historiador sobre as falsas notícias da guerra”, de 1921.

Paul Veyne, na contramão das gerações anteriores e da própria que vivenciava, no final da década de 1960 para 1970, apresentou uma epistemologia histórica bem diferente, a ponto de receber diversas críticas e até contestações, principal-

5. LOWENTHAL, David. *op. cit.*, 1998, p. 64.

mente quando ele deixa de afirmar a História como ciência para enveredar na direção de história narrativa verdadeira e o historiador assumindo o papel de construtor de tramas. Se para Paul Veyne tudo é histórico e, por isso, a história não existe – um dizer muito desconfortável para os especialistas da *Nova História* –, então, conhecer o passado seria por meio de fazer “intrigas com o documento”, assim como descreve no livro *Como se escreve a história* (1970). Veyne vai dizer que é preciso a compreensão que os eventos não têm o sentido histórico, em outras palavras, acontecimentos na ordem natural que deveriam acontecer: “não existem leis da história”.⁶

Na epistemologia histórica veyneana, o historiador está diante do caos e somente a criação – que seria multiplicar as suas intrigas nos estratos dos documentos – e a organização em grupos, mais especificamente em séries, poderão escrever sobre o acontecimento histórico. Abro um parêntese para dizer que por mais que Paul Veyne tenha sido contestado, como ainda hoje é questionado, inclusive pelo historiador alemão Jörn Rüsen, que caminhou no entendimento de uma ciência histórica, como assim publicou as obras *História Compreendida: gênese e fundamento da teoria da história*, *Por uma história renovada: estudos na teoria da ciência histórica* e *Razão Histórica: fundamentos de uma história*, em 1969, 1976 e 1983, respectivamente, essas ideias de narrativa/trama verdadeira (sem abrir mão dos conhecimentos científicos), acabaram sendo precedentes para surgir o modo epistemológico narrativista, como é o caso da meta-história do historiador estadunidense Hayden White, ainda no início de 1970.

Longe da comunidade intelectual francesa, encontraremos outros historiadores e filósofos preocupados em interpretar as técnicas hermenêuticas documentais e as práticas epis-

6. VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Trad. de Antônio José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 103.

temológicas usadas para se chegar ao acontecimento passado e escrevê-lo. Com a moderna ciência do século XX, fruto das disputas políticas e econômicas na Guerra Fria, se encontra dois grandes pensadores que apontaram os problemas existentes no tipo de consciência histórica que estava sendo produzida e ensinada, a saber: Hans-Georg Gadamer e Reinhart Koselleck. Ambos passaram a entender que a história, aliada ao domínio da objetividade e de um passado cientificado, estava fornecendo um conhecimento incapaz de responder às dimensões do presente. Influenciados pelos textos filosóficos e históricos de Martin Heidegger, embora tenham seguido caminhos interpretativos diferentes, se esforçaram naquele momento para responder à indagação do pesquisador diante do documento. Para não ser delongoso neste texto, me atentarei especificamente a Gadamer.

Na década de 1960, o filósofo alemão Hans-Georg Gadamer se destacaria por sua dedicação de elaborar uma hermenêutica filosófica a partir dos livros *Verdade e Método*, de 1960, e *O problema da consciência histórica*, de 1963, repercutindo o capítulo “Problemas epistemológicos das ciências humanas”, ainda que não tivesse exatamente a pretensão de criar um novo modelo de método histórico. Para o autor, seria necessário se afastar dos modelos fixados pela ciência histórica e partir para um projeto que seguissem a tradição, compreensão e formação, isto é, a consciência histórica se daria pela relação-aproximação entre o ato de pertencimento às tradições. O saber histórico seria por meio do distanciamento do método científico historicizante. Para que isso seja possível, Gadamer assume a contraposição à filosofia iluminista, segundo o qual tinha como ideal a escrita neutra e objetiva.

Para Gadamer, a hermenêutica documental não pode ser jamais operacionalizada apenas pelas vias da ciência histórica. Em *Verdade e Método* (1960), ele explica que a história, antes

de considerá-la como disciplina científica, é possível tê-la no processo da relação do sujeito com a tradição. Este entendimento de Gadamer vem dos estudos de Heidegger, apropriando-se da “estruturação de antecipação da compreensão”, em que a interpretação da fonte documental se dá pelo diálogo incessante do indivíduo e suas tradições a que pertence, os valores, preconceitos, etc. O intérprete deverá, assim, estar apto a ter uma postura de estranhamento na leitura sobre o passado, aberto à capacidade de situações que irão surgir nas inquietações. A estrutura hermenêutica gadameriana é capitaneada entre esse estranhamento e a verdade.

E o qual seria o método ideal para se interrogar o documento? Gadamer descarta a possibilidade do método único que mostre as formas de questionar. Em *Verdade e Método* (1960), o autor explica que a inquietação do pesquisador é presumida pelo “saber do não saber” e pela ignorância precisa que conduza a questões precisas. Ler, pois, o texto não configura chegar à conclusão do que o autor queria dizer como fim da pesquisa, mas, sobretudo, interpretar as relações de poder, os interesses políticos, econômicos, ideológicos, que estão sendo tratados na narrativa, como afirmativas ou denúncias. E, para se alcançar essa “consciência da eficiência histórica”, conceito de Gadamer, o pesquisador deverá questionar o sentido das tradições e o que os valores poderão significar para o intérprete.

Na década de 1970, Adam Schaff, filósofo polonês, publicou o livro *História e verdade*, trazendo para o debate as problemáticas em torno da objetividade na História e os efeitos que ela traria para o ideal de chegar à verdade histórica. Segundo o autor polonês, o historiador não está fora dos processos históricos e, por isso, o sujeito-pesquisador diante da produção traz consigo cargas subjetivas, ou seja, consciência de observações no objeto. Porém, para Adam Schaff, as definições

metodológicas não estariam resolvidas apenas na dicotomia entre objetividade e subjetividade. Esta, por sua vez, caberia outro fator de análise determinante, que são os dois caminhos diferentes que ela pode se apresentar na pesquisa. Uma é a subjetividade proveniente do próprio cerne do conhecimento e que tem relação intrínseca com a participação ativa do sujeito na escrita. Neste caso teremos, então, a subjetividade considerada proporcional. Do outro lado, quando a verificação da fonte é construída a partir do cientista social movido por parcialidades, mediante o que lhe é conveniente e de desejos particulares, tem-se a subjetividade negativa, falseada. É claro que essa noção de subjetividades “boas” e “más” já havia sido alertada muito antes pelo intelectual francês Paul Ricœur, em 1955, cujo título do livro também é *História e verdade*, de que era preciso ter zelo na produção do conhecimento não somente na falta de consciência histórica, mas, sobretudo, na base ética nos objetivos da escrita. Em outros termos, seria a preservação da verdade diante das aberturas do campo histórico, dando possibilidades para a arte da criação.

Entre as décadas de 1980 a 2000, são publicados diversos textos da historiadora estadunidense Lorraine Daston, que teve a incessante tarefa de suscitar o debate fecundo da formação da historiografia e, desta forma, explicar as vertentes teóricas que deram sustentação ao ofício da escrita histórica. No Brasil, temos leituras de seu trabalho, principalmente a partir da coletânea de sete artigos, *Historicidade e Objetividade*, publicada em 2007. Dentro do seu interesse específico, que durou muitos anos de estudos, a historiadora acabou também contribuindo para um novo programa epistemológico historiográfico que, de certa maneira, se distanciou das três escolas: a escola filosófica, por ser idealista; a escola sociológica, em que o defeito se encontrava na questão do método estruturante, e a escola histórica, pela fixação do particular. Logo no início do capí-

tulo “Objetividade e imparcialidade: virtudes epistêmicas nas Humanidades”, ela chama a atenção para cairmos na primeira armadilha: “em nosso próprio tempo, as palavras ‘imparcial’ e ‘objetivo’ são usadas quase como sinônimo, especialmente pelos historiadores”.⁷

Para Lorraine Daston, a produção do conhecimento científico, no século XIX, que tinha como característica a eliminação individual, dos traços pessoais da conduta desapaixonada do cientista, foi nada mais do que um ideal epistemológico, em que chamou de “objetividade aperspectivística” e “objetividade mecânica”. A objetividade aperspectivística – desapego ao pessoal e supressão de si na análise ao documento/acontecimento, como se fossem cientistas apenas produtores, contudo, nunca produtos da própria história e cultura em processo (uma espécie de historiadores sobre-humanos ou a-humanos) – fomentou uma conduta mecânica pautada no princípio da observação moral, quer dizer, a verdade como “estrutura última da realidade”, e só seria alcançada por intermédio de uma epistemologia autêntica, sem qualquer idiossincrasia. É o que denominou Daston de economias morais da ciência em seus estudos das escolas do século XIX.

Explica Lorraine Daston que tal constructo teórico-metodológico do conhecimento histórico não satisfaria os historiadores do século XX, por exemplo. As normas epistemológicas se tornariam infecundas devido à interdisciplinaridade do campo da História e das variadas formas de se escrever a história. Para a historiadora, a História, seja compreendida como ciência ou disciplina, seguia pela racionalidade e facticidade. Da mesma forma, outros historiadores de seu tempo compartilhavam dessa perspectiva. No entanto, agora ela era

7. DASTON, Lorraine. Objetividade e imparcialidade: virtudes epistêmicas nas Humanidades. In: DASTON, Lorraine. *Historicidade e objetividade*. São Paulo: LiberArs, 2017, p. 128.

produzida mediante um ponto de vista específico, carregando consigo emoções, subjetividades, ideologias, e influências do lugar social e institucional. Teremos a criação do texto histórico dentro dos procedimentos do “ser ético” (a verdade como estrutura última do processo), só que agregada às economias morais, como uso das fontes como inspiração, a liberdade de interpretação e explicação, o empirismo, embora a exatidão, precisão, fosse considerada ainda como virtude.

O que mais interessa, a princípio, neste texto, é como Lorraine Daston percebeu a possibilidade de proximidade entre objetividade e imparcialidade, desmistificando as relações de oposição que predominaram nos espaços acadêmicos da Filosofia e História, bem como demonstrando as virtudes epistêmicas que esses conceitos forneciam. A autora recorre a Friederich Nietzsche em *II Considerações Extemporâneas*, para mostrar como os valores da ciência objetiva e imparcial foram duramente criticados. Se os valores morais da objetividade e da imparcialidade foram superestimados e colocados em dúvidas, defende Daston que o choque se deu pela falta de compreender os programas epistemológicos a partir de suas próprias histórias e não colocados como a-históricos,⁸ o que daí discorre a historiadora que o sujeito-pesquisador, na metodologia imparcial, significou ser um produtor do conhecimento histórico neutro de valores, no entanto, tinha-se o trabalho sobre o documento sem engajamento político, quando há tomada de partido político-ideológico.

Dentro desta espinha dorsal que Lorraine Daston tanto se dedicou a explicar, reconhecida como a epistemologia histórica dastoniana, perceberemos a preocupação da escolha de técnicas e métodos para escrever sobre o passado sem que fuja do “ser ético” na presença da objetividade e na tentativa de alcançar a verdade histórica. A própria maneira de como nos

8. *Ibid.*, p. 128.

relacionamos com o passado e o interpretamos continua sendo objeto de discussão no século XXI.

Algumas considerações finais sobre a escrita histórica: um embate que ainda reflete no tempo presente

O campo da História, assim como também de outras áreas, possui limites reguladores, relações de poder e institucionais – em que a escrita historiográfica obedece a uma instituição (lugar social), como descrita na operação historiográfica de Michel de Certeau em *A Escrita da História* (1975) –, orientando o ofício do historiador na pesquisa e no ensino. Sem sombra de dúvida, essa discussão não ficou presa no século anterior, como há recentemente o retorno do projeto “Escola Sem Partido” – propondo a necessidade da neutralidade e da imparcialidade na educação e nas pesquisas.

Os pressupostos de imparcialidade exigidos do profissional da História são por vezes utilizados pela extrema direita como uma estratégia para minar a atuação dos educadores, impedindo que problematizem os fatos, debatam em sala de aula e em textos históricos, e expressem a subjetividade inerente à disciplina. Um projeto que tenta a todo momento enfatizar de forma imperativa a neutralidade diante do objeto, em outras palavras, do historiador que não tem partido – crenças, ideologias, partido político, etc. –, que apenas explica o passado histórico como se não fosse também produto e produtor da própria história. Daí poderemos até refletir, nesta abordagem, que o “Escola Sem Partido” é nada mais do que a criação de outro tipo de partido: daquele em que o profissional se distancie da literatura marxista e de viés de esquerda, vista como um mal, e se alinhe ao pensamento liberal-conservador, e, se possível for, até seja um revisionista que elimine os “erros” cometidos por essa escrita acadêmica

de esquerda, como assim eles costumam enfatizar. Ou seja, é o que Lorraine tenta nos mostrar no capítulo “Objetividade e imparcialidade”, quando ressalta que as discussões em torno destas categorias percorreram estes dois séculos, XIX e XX, de maneira pouco compreendida e continuam a ser mal interpretadas no XXI.

Historiografia, Verdade & Política

*O que fabrica o historiador quando faz história?
Para quem trabalha?¹*

Existe alguma relação entre verdade e política no interior da produção do saber historiográfico? A História, como o conjunto dos acontecimentos e dos processos da experiência humana no tempo, pode ser objeto de reflexões advindas de distintas áreas do conhecimento. A historiografia é o campo do saber que se constituiu como o mais autorizado para narrar as ações humanas no tempo. O discurso historiográfico, com seus métodos e técnicas de pesquisa, coloca-se como o discurso que fala “a verdade” sobre os homens no tempo. A verdade, na produção historiográfica, torna-se um ponto de destaque, que distingue o saber produzido pelos historiadores do saber produzido pelos literatos, que aproxima a historiografia de um saber racional, lógico, empírico e a dissocia da ficção literária.²

1. CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017, p. 45.

2. Essa diferenciação entre história e literatura remonta à *Poética* de Aristóteles: “O historiador e o poeta não se distinguem um do outro, pelo fato de o

Se as escolhas teóricas do historiador não se fazem sem uma razão puramente de identificação com dada forma de ver a pesquisa e a escrita sobre os homens no tempo, existiriam razões políticas envolvidas nessas escolhas que podem servir para pensar a relação entre historiografia, verdade e política? Existiria algum sentido político implícito nos textos dos historiadores que se esmeram em associar sua produção ao campo da ciência, do saber que dialoga com a “verdade dos fatos”?

Historiadores como Leopold Von Ranke (1795-1886), na Alemanha, e Gabriel Monod (1844-1912), na França – dentre outros ditos “metódicos” –, ao longo do século XIX, buscaram tornar o discurso da história um discurso da ciência e, portanto, um discurso da verdade.³ A ênfase na metodologia da investigação, na crítica “interna” e “externa” das fontes – fontes se reduzem a determinados documentos escritos –, que figurava com destaque nos manuais⁴ de pesquisa, era parte fundamental da chamada “operação historiográfica”⁵ universitária. Nesse período, a formação acadêmica do historiador voltava-se para o uso de uma metodologia que fosse capaz de o levar a um conhecimento mais concreto do passado. A historiografia seria o estudo do passado a partir de documentos que comprovariam os acontecimentos históricos, que fundamentariam o texto do historiador com um material empírico que dotaria seu trabalho de cientificidade.

primeiro escrever em prosa e o segundo em verso – pois, se a obra de Heródoto fora composta em verso, nem por isso deixaria de ser obra de história, figurando ou não o metro nela. Diferem entre si, porque um escreveu o que aconteceu e o outro o que poderia ter acontecido”. ARISTÓTELES. *Poética e Tópicos I, II, III e IV*. Ed. São Paulo: Hunter Books, 2013. p. 35-36.

3. BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio (Orgs.). *A constituição da história como ciência: de Ranke a Braudel*. Petrópolis: Vozes, 2013.

4. Como o famoso texto *Introduction aux études historiques* (1897), dos historiadores franceses Charles V. Langlois e Charles Seignobos.

5. CERTEAU, Michel de. *op. cit.*, 2017.

Ao longo do século XX, uma série de movimentos intelectuais ao redor de centros de pesquisa, de filósofos e historiadores, de universidades e de periódicos⁶ buscaram introduzir novos métodos e visões teóricas sobre o fazer historiográfico. A ideia de fonte histórica foi ampliada para além do documento escrito “oficial” – documentos relativos a atos administrativos, leis, tratados políticos, um conjunto de textos geralmente emitidos ou ratificados por instituições como a Igreja ou o Estado –, uma escrita da história que dava centralidade à política institucional foi questionada de modo que as dimensões da vida social, como a produção econômica e as práticas culturais, por exemplo, tornaram-se cada vez mais objetos de pesquisas a partir de fontes, conceitos e metodologias diversas que remontavam a distintas matrizes teóricas, como o positivismo, o historicismo e o materialismo histórico.

Toda essa sofisticação teórico-metodológica que foi sendo incorporada ao longo do século XX no centros universitários e de pesquisa que se esmeraram na produção historiográfica, conviveu – consciente ou inconscientemente – com a perspectiva epistemológica de que o saber historiográfico tratava-se de um saber verdadeiro, pois o seu discurso passaria por um conjunto de critérios de validação que o tornaria autorizado a falar com mais precisão e fundamentação sobre a experiência humana temporalmente situada do que outros discursos sobre o homem. A historiografia acadêmica fez de tudo para deixar no passado toda uma concepção de saber histórico, na qual a historiografia era um relato, uma narra-

6. O movimento da *New History* nos Estados Unidos, o surgimento da *École des Annales* na França, além de outros movimentos de renovação historiográfica, como a “História vista de baixo”, de historiadores marxistas ingleses como Edward Thompson (1924-1993), na década de 1960, a produção intelectual de Michel Foucault (1926-1984), assim como o surgimento da “micro-história” italiana com Carlo Ginzburg (1939-) na década de 1970, são exemplos desses movimentos intelectuais que renovaram a produção historiográfica.

tiva muito mais próxima do gênero literário, do campo da imaginação do que do gênero científico, do campo da razão e, por conseguinte, mais próximo da verdade.

Foi se consolidando um estatuto epistemológico para o saber historiográfico, no qual a garantia de sua cientificidade estava assegurada num conjunto de regras próprias de produção associadas a instituições, que dotariam o discurso historiográfico de uma singularidade: é o texto mais verdadeiro sobre os homens no tempo. Esse texto autorizado, que seria “em si mesmo” o texto historiográfico, apenas transcrição em forma narrativa de como os eventos aconteceram, como se deram as experiências das pessoas em dado tempo, a partir de que causas os eventos e os processos poderiam ser explicados e quais as consequências das ações humanas no passado para os homens no presente. A objetividade da narrativa historiográfica contrastaria com a subjetividade de outras narrativas sobre o passado, as quais também careceriam de métodos adequados e de um enquadramento teórico mais apropriado.

Do ponto de vista da organização e da sistematização da produção historiográfica acadêmica, essas regras do meio têm seus méritos. A validação de um texto como historiográfico segue regras de confecção assim como ocorre com outras áreas do conhecimento. O necessário recurso ao arquivo para consultar as fontes, a aplicação dos métodos de pesquisa, o enquadramento teórico, o uso de conceitos, uma dada estética textual, uso de uma determinada nomenclatura – evitando termos como “desde sempre” ou “se tivesse acontecido”, por exemplo – e o cuidado para não incorrer em anacronismos e generalizações, além da avaliação pelos pares na forma de pareceres e bancas examinadoras, por exemplo, formam o conjunto de regras do meio historiográfico.

Diante de todo esse regramento, o historiador deve se sentir seguro no sentido de que produz um texto que está

“no verdadeiro”. As fontes históricas nos arquivos, as quais compõem em grande medida as condições de possibilidade do texto historiográfico, – são o suporte empírico do pesquisador de história, tornam seu trabalho um trabalho de investigação, no qual o relato que irá resultar, a narrativa que será urdida, a trama que será exposta em seu texto, repousa no campo da ciência e não em outros domínios que podem ser questionados por sua incoerência ou falta de método.

O método torna a atividade de pesquisa em História uma atividade objetiva. O olhar do historiador deve ser um olhar próximo da objetividade. Sua subjetividade – a qual não pode momento algum suprimir – tem que ser deixada de lado para que a objetividade reine e o conduza a compreender a experiência humana que suas fontes oferecem. Nessa operação historiográfica, seu lugar social, sua cor, sua idade, seu posicionamento político e suas ligações institucionais e com determinado campo teórico devem ser trancados numa sala, para que em outra parte da casa – o quarto onde redige seu texto científico – a objetividade possa reinar triunfante sobre todos os sentimentos e intuições fortuitas que possam turvar seu olhar e impregná-lo de uma subjetividade que não pode ter lugar. Inclusive, a palavra “eu” é quase um pecado, uma transgressão disciplinar, que deve ser trocada por “nós”.⁷

Herdeiros do Iluminismo, do racionalismo e do cientificismo, os historiadores não podem se permitir arroubos de imaginação que deixem turvar a verdade sobre o passado que supostamente acessam ao compulsar os documentos, embora seja verdade que a concepção tradicional do documento como repositório da verdade tenha sofrido abalos significativos a partir das ideias do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984), que problematizou a questão do documento em

7. LORIGA, Sabina. O eu do historiador. *História da Historiografia*, Ouro preto, v. 5, n. 10, p. 247-259, 2012.

História.⁸

É como se, ao seguir as regras do meio, o historiador estivesse fadado a fatalmente produzir um relato verdadeiro sobre os homens no tempo. Esse relato seria imparcial na medida em que não se encontraria enviesado por interesses alheios aos do trabalho científico, trabalho esse que primaria pela objetividade, por uma capacidade ímpar de impor um olhar racional e lógico sobre fatos e acontecimentos históricos, os quais são ordenados e explicados em termos de suas causas e consequências. O sentido da historiografia seria tão somente o científico, que alarga nosso conhecimento sobre a experiência humana no tempo. Um texto construído com base em uma argumentação isenta de elementos retóricos ou outras estratégias discursivas alheias ao fazer científico desinteressado de questões políticas.

Essa associação entre historiografia e verdade parece ignorar que a produção da verdade é um dado histórico, ligado a um conjunto de instituições, redes de sociabilidade e relações de poder que são, como qualquer prática cultural, contingentes e não naturais. Nesse sentido, a verdade e o poder nunca foram elementos distantes, de modo que a produção de um discurso que circula como verdadeiro não é uma prática isenta de interesses de grupos os quais se encontram num determinado jogo de forças. A universidade, uma instituição repleta de relações de poder, de hierarquias e de regras, a qual, no decurso do século XIX, foi se legitimando como o

8. “[...] l’histoire a changé une position à l’égard du document: elle se donne pour tâche première, non point de l’histoire a changé sa position à l’égard du document: elle se donne pour tâche première, non point de l’interpréter, non point de déterminer s’il dit vrai et quelle est sa valeur expressive, mais de le travailler de l’intérieur et de l’élaborer: elle l’organise, le découpe, le distribue, l’ordonne, le répartit en niveaux, établit des séries, distingue ce qui est pertinent de ce qui ne l’est pas, repère des éléments, définit des unités, décrit des relations”. FOUCAULT, Michel. *L’archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969, p. 13-14.

lugar social de produção de uma historiografia-ciência, tornou o texto do historiador inserido no sistema universitário um texto marcado por regras de produção que não deixam de possuir um sentido político.

A periodização da História feita pelos historiadores franceses no século XIX, em Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea, por exemplo, não é isenta de política, haja vista seu forte caráter eurocêntrico, que busca tornar as experiências históricas dos outros continentes como meras “anexas” ou “complementares” à história europeia. Antes disso, o chamado Renascimento europeu do século XV-XVI já tinha tornado a experiência histórica dos gregos em parte do passado europeu, o classicismo dos renascentistas buscou articular os eventos da história dos gregos como se fossem uma espécie de primórdio da história europeia, numa clara operação política de legitimação da superioridade de certos países europeus. No que concerne aos sentidos políticos da produção historiográfica, é pertinente exemplificar.

Gilberto Freyre (1900-1987) foi um sociólogo brasileiro que também foi historiador, apesar das reticências de alguns autores – e do próprio Freyre – em considerá-lo como um historiador. Suas obras sobre a formação social brasileira publicadas sobretudo nos anos 1930 são parte do acervo do que se convencionou chamar de pensamento social brasileiro. O livro mais famoso de Freyre, *Casa-grande & senzala*, publicado em 1933, foi revolucionário para a época em que foi publicado, ao defender os aspectos positivos da miscigenação racial brasileira, elogiando o caráter híbrido da nossa cultura. Freyre recorreu à pesquisa histórica para montar uma imagem do passado brasileiro que ultrapassa em muito o mero sentido intelectual de seu texto.

*Nos engenhos, tanto nas plantações como dentro de casa, nos tanques de bater roupa, enxugando prato, fazendo doce, pilando café; nas cidades, carregando saccos de assucar, pianos, sofás de jacarandá de yôyôs brancos; – os negros trabalhavam sempre cantando; seus cantos de trabalho, tanto quanto os de xangô, os de festa, os de ninar menino pequeno encheram de alegria africana a vida brasileira.*⁹

Na citação acima, é possível perceber o sentido político do texto do historiador Freyre. A ideia da harmonia racial buscava apaziguar as tensões raciais existentes no Brasil dos anos 1930. Essa imagem do passado é um discurso ligado às redes de sociabilidade de Freyre, redes que se entrelaçavam com as posições políticas conservadoras contrárias aos movimentos negros e às formas de sujeição que a população afrodescendente brasileira sofria. A ideia de que “tanto nas plantações como dentro de casa os negros trabalhavam sempre cantando” esconde o fato de que essa imagem do passado tem um lastro probatório nas fontes, que é no mínimo cambiante e até precário. Esse canto dos negros pode até ter ocorrido episodicamente em alguns engenhos da região produtora de açúcar durante o período colonial, porém a forma como o texto é construído, as imagens que são dadas ao leitor – no sentido de seduzi-lo – induzem a pensar que se tratou de um fenômeno geral e concreto, uma realidade presente de uma forma abrangente.

Era uma visão conciliatória do mundo colonial que alimentou o discurso da democracia racial, discurso esse que serviu a determinados interesses de grupos que se punham como herdeiros do senhor de engenho. Tal narrativa é parte também de uma visão senhorial do mundo, na qual o uso do passado é fundamental para toda uma política que nega sistemática-

9. FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Ed. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933, p. 515.

mente o caráter estrutural do racismo brasileiro. Os sentidos políticos presentes na narrativa historiográfica que Freyre apresentou, a partir de um dado enquadramento de uma imagem do passado – enquadramento que Freyre realizou com uso de muitas metáforas e de uma força poética incontestável –, são escamoteados numa primeira leitura, de modo a fazer que seu relato seja verídico, que os negros trabalhavam sempre cantando no passado, que os movimentos negros do seu momento histórico estariam como que em descompasso com a nossa experiência histórica. Essa tese da “escravidão negra benigna”, a qual Freyre já tinha esboçado em 1922,¹⁰ foi amplamente rebatida por outros autores por sua falta de base empírica, por sua deficiência no plano das fontes, ou seja, por seu afastamento da verdade. Essas discussões, que são muito importantes no interior da dimensão teórica do fazer historiográfico, não podem ser desconectadas do sentido político da produção historiográfica, de modo que não é apenas pelo fato de que a imagem de Freyre não está “no verdadeiro” da realidade histórica que o texto do autor é questionável.

Outro nome de prestígio, este aceito com bem menos ressalvas entre os historiadores profissionais do que Freyre, que pode servir para exemplificar o sentido político do texto historiográfico, é o historiador paulista Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982). Também, assim como Freyre, um dos nomes importantes do pensamento social brasileiro. Foi diretor do Museu Paulista e professor catedrático da Universidade de São Paulo (USP). Sua obra mais conhecida, *Raízes do Brasil*, teve sua primeira edição em 1936, apenas três anos

10. CARDOZO, Messias Araujo. A escravidão negra na visão de Gilberto Freyre. In: 31º Simpósio Nacional de História: História, Verdade e Tecnologia. (ANPUH-BRASIL). *Anais do 31º Simpósio Nacional de História [livro eletrônico]*: História, verdade e tecnologia. Organização Márcia Maria Menendes Motta. Ed. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021. Rio de Janeiro: ANPUH-Brasil, 2021. v. 1. p. 1-15.

após o lançamento do livro de Freyre, o qual este foi o prefaciador da edição inaugural.

Porém, não é o livro mais conhecido do historiador paulista que me interessa aqui. É o livro *Monções*, publicado pela primeira vez em 1945, que desperta particular interesse nessa ênfase sobre os sentidos políticos da historiografia.

Ainda em 1645, a origem das providencias tomadas para o devassamento do médio Paraíba tem abertamente a ver com o intento de se revelarem minas de ouro naquelas partes. E em 1660, a ordem de Salvador Correia de Sá para se explorar a estrada de Parati é explicada pela necessidade de se entabularem as ditas minas. Assim, a obra de exploração e povoamento de toda aquela região pode equiparar-se a urna empresa metodicamente governada pela certeza de que se encontrariam riquezas prenunciadas ou já entrevistas durante a administração de D. Francisco de Souza. E o achado, na última década do Seiscentos, de tesouros que tão longamente se desejaram, no sertão dos Cataguazes, apresenta-se, afinal, como o vitorioso remate de um esforço sem tréguas. Não é bem significativo o nome que primeiramente lhes puseram, de Minas de Taubaté? Por esse aspecto pode-se pretender que a criação de urna verdadeira terra de ninguém e, depois, *a construção de um espaço colonizável ao longo do Vale do Paraíba, não pertencem unicamente a história de São Paulo. Representam também um capítulo decisivo da história, quando menos da pré-história, de Minas Gerais.*¹¹

Ainda que *Monções* seja um livro considerado de história paulista, e como São Paulo assumiu o protagonismo econômico e político nas primeiras décadas do século XX, o livro sobre a história do estado, apenas de uma região, portanto, torna-se um livro sobre a história do Brasil. As bandeiras paulistas seriam o verdadeiro eixo colonizador e não o

11. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 204-205.

engenho. De um modo parecido e no sentido inverso do de Freyre, o qual construiu sua narrativa sobre a história “do Brasil” a partir de uma região específica, a da Zona da Mata, que somente muito depois, no século XX, seria nomeada de Nordeste,¹² Sérgio Buarque também tenta fazer da história regional paulista uma história “do Brasil”.

O trecho que destaquei da citação serve para ilustrar o sentido político da operação historiográfica de Sérgio, ao afirmar que “[...] a construção de um espaço colonizável ao longo do Vale do Paraíba, não pertencem unicamente a história de São Paulo”,¹³ o historiador paulista não reafirma a centralidade dos eventos históricos que são reivindicados primeiro como pertencentes à experiência histórica do estado de São Paulo como eventos que seriam, “na verdade”, eventos ligados à história ou à pré-história também da região de Minas Gerais? E desse modo, “por conseguinte”, esses mesmos eventos não seriam pertencentes à história do Brasil, de maneira mais geral? Haja vista que o mito do bandeirante colonizador, desbravador e povoador – veja a inversão sutil dos conceitos, o enorme despovoamento causado pelas bandeiras e por outras “entradas” que mataram milhares de indígenas ao longo dos séculos XVI-XIX – do interior, do sertão, não é reafirmado à luz de um saber historiográfico produzido por um autor profissional e de prestígio no interior da academia?

Seria possível pensar que as disputas políticas entre as oligarquias paulista e mineira, as quais rivalizaram o poder político nacional a partir de seu protagonismo econômico durante a chamada Primeira República, não teriam alguma relação com essas imagens que Sérgio produziu com seu relato? Enfatizar que a história ou pré-história de Minas se articulava “na ver-

12. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

13. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *op. cit.*, 1990, p. 205.

dade” a ação dos desbravadores paulistas, ou seja, a processos históricos ligados a história de São Paulo, não é uma operação política? Ou a isenção do historiador, que apenas compulsou documentos¹⁴ para dar à sua narrativa uma veracidade ímpar, a veracidade da historiografia, torna essas imagens de Sérgio fora do contexto histórico que as envolvia num dado momento histórico de disputas políticas? Acredito que pensar nessas questões reforça a tarefa epistemológica de ler as produções históricas como fabricações atravessadas por uma vontade de verdade – vontade essa inserida em relações de poder contingentes, e por isso mesmo históricas, repletas de sentidos políticos os quais convém ao historiador problematizar.

Considerações finais

A fabricação da verdade é histórica; nesse sentido, é uma convenção, uma construção epistemológica e política. A verdade historiográfica tem sentidos políticos – explícitos e implícitos –, os quais podem estar articulados a determinados interesses sociais, que visam manter ou romper com discursos e práticas, problematizar, legitimar ou deslegitimar instituições. Nesse sentido: o que pode a historiografia diante da norma? Se as normatizações sociais que permeiam as práticas intelectuais fazem parte das regras do meio historiográfico, poderia o texto do historiador realizar alguma operação de resistência no interior do campo historiográfico atravessado de relações de poder? A resposta para uma pergunta como essa seguramente ultrapassa os limites deste meu ensaio, entretanto, alguns pontos dos exemplos tratados ao longo deste texto podem servir com uma resposta provisória.

14. O autor mencionou – como de praxe – na introdução do seu livro, o fato de que viajou três vezes para Cuiabá a fim de realizar a sua pesquisa, coletando e analisando de “maneira demorada” os documentos da Biblioteca e do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (Holanda, 1990, p. 10).

Gilberto Freyre fabricou imagens sobre o passado colonial de modo a problematizar as concepções racistas de muitos intelectuais brasileiros. Em certa medida, foi contra a norma racista. Entretanto, sua imagem conciliatória do mundo baseada na harmonia racial era atravessada pelos interesses de grupos sociais que se empenhavam em difundir a ideologia da democracia racial, em propagar um discurso da história que amenize a escravidão, que a positivava, legitimando-a a partir da noção de escravidão benigna. Explorar o significado político dessas imagens possui implicações éticas e políticas; não é apenas uma operação intelectual com valor epistemológico, que questione a falta de verdade na historiografia de Freyre.

De modo parecido, quando o renomado historiador Sérgio Buarque de Holanda, no livro *Monções*, argumenta que a colonização da região do Vale do Paraíba é um evento de significação histórica que transcende ao espaço paulista, sendo também um evento da história ou pré-história de Minas Gerais e, de maneira geral, do “Brasil”, o autor não dota conscientemente sua narrativa de um sentido político tanto no sentido da reafirmação da identidade paulista como do mito bandeirante enquanto o “verdadeiro” fundador da história da nação brasileira? Essas questões servem para ilustrar que a verdade da produção histórica, produzida e controlada pelas regras do meio, nunca foram isentas de um caráter político, o qual convive com as proposições “no verdadeiro” dos historiadores.

Historiografia, verdade e política se articulam na medida em que o texto historiográfico não é produzido “no vácuo”. Não existe operação historiográfica que tenha apenas motivações de ordem intelectual, acadêmica, envolta apenas em questões de método, em disputas teóricas, em debates ligados a distintas perspectivas analíticas, haja vista que todo o pro-

cesso dessa operação está repleto de sentido político, envolto em relações de poder no interior de instituições culturais e políticas, como o museu ou a universidade. Discutir a dimensão política do saber historiográfico pode ser um começo para a problematização da vontade de verdade dos historiadores.

História, Imprensa & Poder

História militar na historiografia brasileira: processos e desdobramentos¹

A história militar brasileira não é uma construção recente. Ainda que exista e persista um debate do surgimento das primeiras obras que buscaram explicar a formação da instituição e sua utilização – que, para Francisco de Paula Cidade, militar e um dos fundadores do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), os primeiros indícios aparecem ainda no século XVII, com a Guerra Brasília (guerra do açúcar contra os holandeses no Nordeste brasileiro), formando uma “literatura militar”, ainda que não de cunho propriamente histórica –, para muitos pesquisadores deste campo, já se tem o consenso de que apenas se pode falar em história militar nacional a partir de 1822, pois o que se tinha era uma produção dependente da Coroa Portuguesa, e a ideia de Estado-nação, brasilidade, vai se construindo à medida que há, de forma muito lenta e gradual, o afastamento de um Brasil-lusitano.²

1. Agradeço ao doutorando em História na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Mateus José da Silva Santos, pelos caminhos e sugestões para o melhoramento deste ensaio. Importante dizer que devido ao prazo curto para a entrega do material à editora, muitas das suas considerações não foram suscitadas. Em outras oportunidades estarei aprofundando o texto em questão em uma nova publicação.

2. CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar*

De todo modo, o ofício de desenvolver estudos de história militar teve diversas alterações na forma de fazê-lo, sofrendo, inclusive, alterações e desdobramentos nas abordagens dentro do próprio gênero. Com isso, a historiografia militar brasileira, para cada temporalidade, se projetou dentro de certo viés que, ao fazermos análises, conseguiremos enxergar as singularidades na escrita.

Vejamos, por exemplo, as ênfases dadas às obras produzidas no século XVII e XVIII: estas estiveram voltadas para os conflitos entre a colônia portuguesa e as invasões holandesas, literatura datada entre 1624 e 1654, ou seja, são dados e números sobre a formação do policiamento, que seria o aparelho militar responsável pela guarda do território ultramarino, as expedições e conquistas, as condições geográficas do lugar e as dificuldades de se montar uma estrutura militar.³ Os conflitos que envolveram questões econômicas internas, como foi na Guerra dos Emboabas e dos Mascates, ambas ocorridas na primeira década do século XVIII, com os movimentos separatistas, Inconfidência Mineira (1789) e Conjuração Baiana (1798), foram abordados nos textos de história militar de maneira a criar uma narrativa que exalta as experiências vividas pelos lusitanos para superar os obstáculos da ocupação das novas terras, desenvolvê-las e manter

Brasileira. Col. Taunay, v. 30. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1998, p. 16-17.

3. Segundo Nelson Werneck Sodré, durante a formação da colonização, a colônia portuguesa sofreu diversas investidas de espanhóis, holandeses, franceses e ingleses, nos litorais e, em particular, no território da Amazônia, o que exigiu da Coroa o envio de soldados das forças navais e terrestres: “é a necessidade de preservá-las da investida externa que apressa a ocupação, o povoamento, a colonização e, conseqüentemente, o lançamento de uma estrutura militar que assegure a posse da terra e a tranquilidade do trabalho sobre ela exercido. A inutilidade das armadas de policiamento, verificadas desde a fase da feitoria, exigia a montagem de aparelho militar local”. SO-DRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 1 edição. Editora Civilização Brasileira, 1965, p. 23.

a conquista.⁴

No período do Oitocentos, principalmente após a independência à Coroa Portuguesa em 1822, ainda que saibamos dos laços e das influências que permaneceram por muito tempo entre Brasil e o império lusitano, as obras relacionadas à história militar deram destaque primordialmente às abordagens dos conflitos de independência e às disputas territoriais em torno do Rio da Prata. Uma escrita que tinha como primeiro plano desde o investimento na instituição militar no período joanino (1808-1821), abordando questões relacionadas a equipamentos/armamentos, símbolos e representações do Exército, da força naval e da chamada Armada Imperial.⁵

4. Um detalhe interessante é que para a antiga historiografia militar foi dentro do entrave Luso-Holandesa que surgiria a concepção de que nesse contexto nascia a organização do Exército genuinamente brasileiro, mais especificamente, em 1648 na Batalha dos Guararapes.

5. A Guarda Nacional foi um projeto militar, criado no período regencial, em 1831, para substituir as milícias, guardas municipais e ordenanças. Nas palavras de Gustavo Dodt Barroso: “Para a vida militar do Brasil, o ato mais notável da Regencia foi a criação da Guarda Nacional em substituição às milícias, ordenanças e guardas municipais, instituição que prestou os mais assinalados serviços ao país, durante a monarquia. [...]. Foi uma instituição militar que, á exceção de seus derradeiros anos de decadência, prestou relevantes serviços ao país como reserva do Exército”. BARROSO, Gustavo. *História militar do Brasil*. 2ª edição. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1938, pp. 50; 97. Ela teve, sim, importantíssimo papel nas guerras internas e externas do Brasil Império, principalmente na Guerra do Paraguai e nas revoltas separatistas, contudo, é crucial ressaltar que sua criação foi de cunho político imperial, pois tinha como interesses proteger a Constituição de 1824 e reprimir qualquer movimento de insubordinações que ferisse a integridade e manutenção do Estado Imperial. Não por acaso, a Guarda Imperial entrou em conflito com o Exército Brasileiro durante a República. Logo após a Revolta Armada (entre 1891 a 1894), a Guarda Nacional foi entrando em crise, ficando, assim, subordinada ao Exército, pelo Decreto de 1918 – a única maneira de sua sobrevivência foi aceitando ser transformada em 2ª Linha do Exército –, até não fazer mais parte dos interesses nos anos seguintes, perdendo cada vez mais espaços e representatividade. Consta-se que a última vez que a Guarda Nacional teria sido vista em espaço público foi no dia 7 de setembro de 1922, no Rio de Janeiro, desfilando no Centenário de Independência do

descrição das organizações militares contra a Confederação do Equador (1824), a Guerra da Cisplatina, as revoltas regenciais e como a estrutura militar foi se modificando no Segundo Reinado (1840-1889).

Explicando melhor, a antiga historiografia militar brasileira voltada para o recorte do século XIX se conteve a escrever uma história da instituição, em que as produções foram tecidas a fim de mostrar os valores das guerras e vitórias, do processo de estruturação e do poderio da classe, e como ela foi, de certa maneira, importante para proteger o território que estava aos poucos se formando num Estado-nação – até porque não podemos esquecer que o campo da antiga história militar estava a serviço da história política. Não podemos, contudo, entender que tais obras não têm valor histórico e descartar, assim, sua importância. Do contrário, o período do Oitocentos apresentou mudanças significativas nas ciências – com o avanço do conhecimento científico e o paradigma positivista e historicista –, influenciando a maneira de sua produção e trato com as fontes documentais.⁶ E ainda cabe destacar outro ponto crucial: com os novos olhares sobre a formação da história militar brasileira e leituras nos documentos, principalmente seguindo regras metodológicas da ciência positiva, a Guerra do Paraguai (1865-1870) passou a ser considerada pelos estudiosos deste gênero como principal conflito que consolidou o Exército brasileiro e que tal fortalecimento garantiu que os mi-

Brasil. Ali se encerraria oficialmente a unidade.

6. Segundo o historiador José D'Assunção Barros, o avanço da cientificidade no decorrer do século XIX foi num ritmo de “hesitações e recuos”. E ainda segundo ele, o que propiciou a “revolução” nas ciências foi “o ambiente político e social que oferecerá uma confortável base de assentamento para o novo tipo de historiografia é aquele gerado pelo compromisso entre a burguesia industrial, as monarquias constitucionais e a aristocracia que conseguiu se adaptar à nova sociedade industrial, de modo a conservar ao menos alguns privilégios”. BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História. Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo*. Vol. 2. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 12-13.

litares conseguissem forças suficientes para derrubar a Monarquia. Período este também caracterizado pela criação de instituições e clubes militares, caso, por exemplo, do Clube Militar na cidade do Rio de Janeiro, em 1887, divulgação de revistas e jornais produzidos por autores de dentro da caserna, dissensões entre oficiais (um grupo ficou do lado dos ideais republicanos e outros queriam a continuação do Brasil imperial), e, tudo isso, fez com que o Exército tivesse um direcionamento para as questões de crises políticas, até mesmo intervindo.

A partir do século XX, especialmente com a influência da Escola dos Annales a partir de 1929 e os impactos da Segunda Guerra Mundial, a publicação de textos por historiadores, posteriormente identificados como pertencentes à terceira geração, marcou uma mudança significativa. Esses historiadores passaram a realizar trabalhos que não se limitavam mais aos documentos escritos, explorando uma variedade de fontes para analisar o passado e o presente, como imagens, monumentos, filmes, gravações audiovisuais e testemunhos na categoria de história oral. Esse enfoque mais amplo abriu caminho para uma Nova História que incorporava abordagens sociais, culturais, políticas, militares, econômicas, entre outras... Foi precisamente nesse período de ajustes no campo das Ciências Humanas e Sociais que a historiografia militar também passou por transformações significativas em relação aos objetos de estudo, adaptando-se a uma abordagem mais abrangente e multidisciplinar.

No Brasil, a chegada da nova história militar se deu tardiamente, apenas na década de 1990. O que aconteceu, na verdade, foi que primeiro a aceitação da *Nova História* (tendência francesa) e da *Nova História Cultural* (tendência inglesa e estadunidense) redefiniu a história política brasileira e, na sequência, esta acabou moldando os métodos e as metodologias nos estudos do gênero militar.

A partir dessas novas molduras, o campo da historiografia militar, que antes tinha uma produção ligada à escrita tradicional, ou seja, factual, descritiva, apegada “à necessidade científica de trazer uma ‘objetividade’ para a história”⁷ e considerada como uma *história vista de cima*, passa a se interessar em problematizar a instituição militar com outros segmentos de conhecimento: história social, cultural, das mentalidades, das representações, do cotidiano, econômica, com a Nova História política já em voga, ou seja, *história vista de baixo*, já que agora os intelectuais entendiam que para se analisar um fato era preciso entender que o “homem” é, dentro do processo, elemento importante. Aliás, “dos homens no tempo”, seguindo as regras deixadas pelo historiador Marc Bloch.⁸ E, diante dessa perspectiva da nova historiografia militar, o paradigma que serviria como referência de apoio teórico-metodológico para as pesquisas foi a escola marxista.

7. *Ibid.*, 2014, p. 15.

8. BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou O ofício do historiador*. Prefácio: Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira: Lilia Moritz Schwarcz. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 55.

Caio Prado Júnior:¹ crítica à *Teoria Revolucionária* do PCB e ressentimento do golpe militar

*Referimo-nos em particular, e, sobretudo, à indagação acerca da “natureza”, ou “tipo de revolução” que se trata de realizar. Será “socialista”, ou democrático-burguesa, ou outra qualquer?*²

A gota d’água que transbordaria o copo dos antijanguistas

Sexta-feira, dia 13 de março de 1964, quando a luz do sol não se fazia mais presente, João Goulart começou seu pronunciamento em defesa das Reformas de Base no Comício-Monstro realizado no Rio de Janeiro (estado da Guanabara), em frente à Estação Central do Brasil³ e à Praça da República.

1. O texto foi construído a partir de partes do primeiro capítulo da dissertação: ALMEIDA, Joabe Rocha de. *Intelectuais & Revolução: O entardecer de março de 1964 sob a óptica de duas narrativas divergentes*. In: _____. *A Revolução Que Se Quer: Debates inflamados e contraditórios na imprensa de São Luís em tempos de Regime Civil-Militar*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

2. PRADO JR., Caio. *A Revolução Brasileira*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977, p. 15.

3. Desde a sua construção, em 1858, recebeu diversos nomes: Estação do Campo, Estação da Corte e Estação Dom Pedro II. Mas ela ficaria formalmen-

Estava em jogo um projeto extenso que cobria grande parte dos problemas sociais e econômicos no Brasil. O historiador e escritor Daniel Aarão Reis reuniu bem o programa das mudanças estruturais: a reforma agrária e urbana, bancária, eleitoral,⁴ do estatuto do capital estrangeiro e até a reforma universitária.⁵ Dentre este conjunto, o Decreto da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) e a exposição de uma nova Constituição foram as duas centralidades naquela noite no estado da Guanabara. Para o colunista do *Jornal do Dia*, Paulo Nascimento Moraes, “[...] o comício do dia 13 cavara profundas brechas e concorreu para a derrubada da sua política trabalhista, popular”.⁶

Na memória do jornalista e escritor Hélio Silva, foi nos salões do Automóvel Clube, no centro do Rio de Janeiro, no dia 30 de março, às 19h, que o presidente da República perdeu de vez as cordas que segurava o seu mandato. Estariam na coordenação o general Assis Brasil e alguns aliados. O evento, originalmente planejado como a festa dos sargentos, acabou por receber a participação de quase cinco mil pessoas de diversos setores da classe militar e das Forças Armadas.

A crise na hierarquia militar e na Marinha – que vinha tomando mais solidez desde o dia 3 de setembro de 1963, quando houve uma insurreição da guarnição militar em Brasília contra a cassação dos mandatos dos sargentos pelo

te reconhecida principalmente por Dom Pedro II (até 1998) e depois mudariam seu nome para Estação Central do Brasil.

4. Na Constituição do Governo de Gaspar Dutra o direito de voto não abrangia o grupo dos analfabetos, fazendo com que grande parcela da população urbana e rural ficasse excluída no dia das eleições. Aliás, “os observadores políticos acentuam que para o Sr. João Goulart a reforma das reformas é a do sistema eleitoral” (*Jornal do Dia*, São Luís, Maranhão, 5 de janeiro de 1964, p. 3).

5. CHAGAS, Carlos. *A ditadura militar e os golpes dentro do golpe: 1964-1969*. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 33.

6. MORAES, Paulo Nascimento. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 9 de abril de 1964, p. 3.

Supremo Tribunal Federal (STF) e do abalo na área das Forças Armadas depois do Comício das Reformas, do dia 13 de março de 1964 – não havia sido superada. Alguns políticos até pediram a João Goulart para que não se fizesse presente na reunião: “nesse dia, por volta das 16 horas, os Deputados Tancredo Neves e Doutel de Andrade, em ligações telefônicas com o Palácio das Laranjeiras, pediam ao Presidente que não comparecesse àquele ato”.⁷ João Goulart não só fez questão de ir como recebeu o convite para falar. Seria um *xexue-mate* no seu cargo executivo: “a festa, na opinião dos líderes do PSD e PTB, poderia resultar a gota d’água que transbordaria o copo... como resultou”.⁸

O jornalista e escritor Carlos Chagas (que também viveu todo este contexto de perto e cobriu os acontecimentos como redator do veículo de comunicação *O Globo*) rememora afirmando que a derrubada de Jango foi uma consequência de acontecimentos – jamais isolados entre si – e não causa única.⁹ No entanto, acaba convergindo para os depoimentos deixados por Hélio Silva ao confirmar que as palavras proferidas pelo presidente da República, na festa dos sargentos, confrontaram de vez as Forças Armadas e os políticos antirreformistas:

[...] foi a gota d’água. Em Juiz de Fora, depois de ouvir o discurso de João Goulart, na noite de 30 de março para a madrugada de 31, um general afobado e meio doido botou a tropa na rua. Mourão Filho fora, como capitão, chefe do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira.¹⁰

Entre os dias 13 e 30 de março, os congressistas, os polí-

7. SILVA, Hélio. 1964: *Golpe Ou Contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 362.

8. *Ibid.*, p. 362.

9. CHAGAS, Carlos. *op. cit.*, 2014, p. 13.

10. *Ibid.*, p. 44.

ticos espalhados pelo Brasil, os chefes das Forças Armadas e o setor empresarial (incluindo a *Grande Imprensa*) chegavam no limite máximo de aceitação do janguismo no comando do Executivo. As instabilidades faziam surgir uma onda de que haveria por certo a tomada de poder: do lado das esquerdas temiam que a direita e as Forças Armadas dessem um golpe no Estado. Estas, por sua vez, insuflavam discursos de que o presidente João Goulart estava tramando um autogolpe. Se o cientista político Wanderley Guilherme do Santos já havia lançado uma espécie de “profecia” quando publicou o pequeno livro *Quem dará o golpe no Brasil*, em 1962 (quinto volume da coleção “Cadernos do Povo Brasileiro”), dissera mais confiante ainda o político Miguel Arraes a um amigo quando se direcionava a caminho do aeroporto no Rio de Janeiro em retorno a Recife, às vésperas do mês de abril: “Volto certo de que um golpe virá. De lá ou de cá, ainda não sei”.¹¹

E aconteceu, de fato, o que já era aguardado por ambos os lados.

O general Olympio Mourão Filho, diante dos impasses e após assistir na TV João Goulart falando no Automóvel Clube, na festa dos sargentos, não quis esperar nem mais um dia. Relembra aquela madrugada em seus escritos de memória: “ao término do discurso de, cerca de 1h30min da manhã do dia 31, acendi meu cachimbo e pensei comigo mesmo que dentro de 3 horas eu iria revoltar a 4.^a RM e a 4.^a DI contra ele”.¹² Iria, segundo o “revolucionário do pijama vermelho”,¹³ pôr um fim

11. Apud GASPARI, Élio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 51.

12. MOURÃO FILHO, Olympio. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. 4. ed. Porto Alegre: L&PM, 1978, p. 309.

13. Nas palavras do general Mourão Filho, deixadas em seu diário: “Finalmente, nada mais tinha a fazer. Eram cerca de seis e quarenta. Levei bem uns cinquenta ou cinquenta e cinco minutos dando as ordens. [...] Eu estava de pijama e roupão vermelho. Posso dizer com orgulho de originalidade: creio

à crise política. A decisão partiria muito mais dele do que de todos os líderes os líderes das Forças Armadas. Tanto que “no final da tarde de 31 de março, o general Castello Branco fala ao telefone com o general Mourão. Tenta convencê-lo a voltar com as tropas. Não consegue”, relembra este episódio o jornalista e historiador Ronaldo Costa Couto.¹⁴

Seria tarde demais parar a tropa da revolução, chamada de “Operação Popeye”:¹⁵ “Com o apoio do governador de Minas, José de Magalhães Pinto, Mourão coloca na rua as tropas do Exército sediadas em Juiz de Fora. Marcharam rumo ao Rio de Janeiro, antecipando-se ao comando da conspiração”.¹⁶ Num raio de 150 quilômetros, entre Juiz de Fora e Rio de Janeiro, “com aproximadamente três mil homens comandados pelo general Murici, marchando sobre o Rio”,¹⁷ “o golpe de obe-de-chambre”¹⁸ tomaria de assalto a sede do Ministério da Guerra e o Congresso.¹⁹

ter sido o único homem no mundo (pelo menos, no Brasil) que desencadeou uma revolução de pijama”. *Ibid.*, p. 370-72). Para maior aprofundamento: MOURÃO, Laurita. *Mourão: o general do pijama vermelho*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

14. COUTO, Ronaldo Costa. *História Indiscreta da Ditadura e da Abertura - Brasil 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 46.

15. O nome foi atribuído devido ao fato de o líder do Golpe de Estado em 31 de março, o General Mourão Filho, ser frequentemente visto acompanhado de seu cachimbo.

16. COUTO, Ronaldo Costa. *op. cit.*, 1998, p. 46.

17. DIAS, Maurício. *Revolução de 1964*. Colaboração especial. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1964>. Acesso em: 02 fev. 2021.

18. Expressão usada pela jornalista e biógrafa Regina Echeverria em: ECHEVERRIA, Regina. *Sarney: biografia*. São Paulo: Leya, 2011, p. 150.

19. Às pressas para arrancar um ato revolucionário foram tão imensas, sem medo da prisão ou da morte – “ninguém me prenderá. Morrei lutando. Nosso sangue impedirá a escravização do Brasil” –, como está registrado no seu diário de memórias, que ficou reconhecido como “revolucionário do pijama vermelho”. Ficou acordado no frio da madrugada, em sua residência em Juiz de Fora, organizando os últimos ajustes para a partida, conversando com os

Jango, sabendo da chegada das tropas comandada por Olympio Mourão Filho no Rio de Janeiro e das forças policiais em sua procura para prendê-lo (a mando do inimigo Carlos Lacerda), saiu o quanto antes voando para Brasília em busca de refúgio. Reuniu-se com alguns políticos de apoio, oficiais e com os generais Nicolau Fico e Assis Brasil. Cabe lembrar que os congressistas e o presidente da República preferiam ficar no estado da Guanabara por questões de costume e tradição: “Brasília, ainda que a capital do país, era um exílio, tanto que o presidente passava mais tempo no Rio, despachando no Palácio das Laranjeiras. [...] Os parlamentares chegavam a Brasília nas terças-feiras e voltavam nas quintas”.²⁰

Do Rio de Janeiro partiram para Porto Alegre (RS), para se juntar com o III Exército, que, no momento, estava sob o comando do general Ladário Teles. O plano seria ir no avião comercial, mas houve vários empecilhos; o plano passou a ser interpretado como sabotagem dos golpistas. Sem tempo de espera, utilizaram o avião de ofício do governo, sendo que já tinham sido alertados que não poderiam sair do estado, caso contrário, poderiam ser abatidos pela Força Aérea Brasileira (FAB).

Nesse intervalo, enquanto Jango viajava para o Sul em busca de formar um exército para lutar por sua permanência no cargo presidencial, seja pela via legal ou pela força, Darcy Ribeiro (ministro-chefe da Casa Civil) e Waldir Pires (consul-tor-geral da República) dirigiram-se aos brasileiros por meio de pronunciamentos televisivos. Eles explicaram os motivos por trás da movimentação militar que patrulhava o Palácio da

secretários José Maria Alkimim e Monteiro de Castro. Redigindo o seu próprio manifesto (indo à contra ordem do Governador Magalhães Pinto que havia dito para esperar mais um pouco), fazendo e recebendo vários telefonemas de líderes civis e militares. Uns incentivando a marcha. Outros, como Castello Branco, buscando freá-la. MOURÃO FILHO, Olympio. *op. cit.*, 1978, p. 370.

20. CHAGAS, Carlos. *op. cit.*, 2014, p. 34.

Guanabara e das Laranjeiras, bem como a saída do presidente da República do Rio de Janeiro em direção à Brasília.

O Congresso entendeu – ou quis fazer soar intencionalmente – que João Goulart teria abandonado o país, se subterfugado, num momento crítico, e deixado para trás sua responsabilidade política. Acontece que ele ainda estava no Brasil. Na verdade, ao chegar à Região Sul, João Goulart mudou de ideia e recusou qualquer possibilidade de formação de um corpo de oficiais em apoio à sua permanência no cargo. Seu cunhado e influente político, Leonel Brizola, insistiu muito na ideia de reunir todos os militares legalistas, como foram reconhecidos. Obviamente que o combate direto entre militares janguistas e militares golpistas teria um derramamento de sangue. Contrário à guerra, preferiu ficar na fazenda da família, no Rio Grande do Sul. Somente após receber notícias de que, mesmo isolado, poderia ser preso ou estar em risco de morte, Jango decidiu retirar-se definitivamente da cena política brasileira (embora permanecesse na memória), optando por construir uma nova vida no Uruguai ao lado de sua esposa Maria Thereza Fontella Goulart e seus filhos.

Dia 2 de abril de 1964. Auro Soares de Moura Andrade do Partido Social Democrático (PSD), que participou ativamente da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, caminhou lentamente em meio a uma multidão de parlamentares engravatados e eufóricos durante a sessão no Congresso na madrugada – quando as tropas do Exército já patrulhavam Brasília e o Palácio da Guanabara – e falou bem alto:

O Sr. Presidente da República deixou a sede do governo. Deixou a nação acéfala numa hora gravíssima da vida brasileira em que é mister que o chefe de Estado permaneça à frente do seu governo. [...]. Assim sendo, declaro vaga a Presidência da República e, nos termos do art. 79 da Constituição, declaro presidente da Repú-

blica o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. A sessão se encerra.²¹

O Brasil, diante de uma crise política e disputa político-ideológica, estava sem o chefe do Executivo João Goulart. Ranieri Mazzilli – presidente da Câmara dos Deputados e de sangue italiano – é quem conduzia sorrateiramente o Estado e o povo brasileiro. No entanto, uma revolução não se alicerça apenas no ato do discurso, da verbalização, da guerra salivar ou mesmo colocando um presidente da República interino. Chegaram à conclusão que o convencimento pela oratória e pelos veículos de comunicação num dado momento não teria mais tanto efeito. Seria necessário o uso da lei, de uma medida radical. Foi então que a Junta Militar, autodenominada de *Comando Supremo da Revolução*, teve a ideia de criar o primeiro Ato Institucional (AI), numa quinta-feira, dia 9 de abril de 1964.

O objetivo deste primeiro Ato Institucional seria conduzir para o melhor caminho aqueles que estavam incertos e inseguros quanto à ação sobre o Governo de João Goulart e a projeção de um *processo revolucionário*. No seu 2º artigo, dava por certo que haveria uma eleição indireta para presidente e vice-presidente da República, “dentro de dois (2) dias, a contar deste Ato, em sessão pública e votação nominal”,²² ou seja, em 48 horas, no dia 11 de abril, o Congresso Nacional ficaria responsável em eleger um novo presidente da República que fosse capaz de dar arrancada ao *processo revolucionário* ao *modus operandi* dos setores militares, empresarial e liberais-conservadores, “cujos mandatos terminarão em trinta e um

21. Para escutar o áudio completo ver no próprio Portal EBC em: “Auro de Moura Andrade declara vaga a Presidência da República”. Áudio disponível em: <https://www.ebc.com.br/cidadania/galeria/audios/2014/03/auro-de-moura-andrade-declara-vaga-a-presidencia-da-republica>. Acesso em: 20 jul. 2020.

22. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.

(31) de janeiro de 1966”.²³

Brasília, sábado, 11 de abril de 1964. Não foi um dia comum. Corre-corre e agitações tomavam conta da sociedade brasileira que aguardava ansiosamente para saber quem os congressistas escolheriam para ser o novo presidente da República. Os candidatos já haviam sido escolhidos e anunciados pela imprensa dias antes. Todos reunidos na “casa política” do Brasil aguardando a tumultuada votação. Com supremacia nos votos, sabemos bem quem venceu as eleições indiretas: “Às 18:47 o Congresso anunciava o novo Presidente”;²⁴ “[...] elege Presidente da república o marechal Humberto de Alencar Castello Branco, principal líder da linha militar moderada [...]”.²⁵ A cadeira de vice-presidente da República ocuparia o político pessedista José Maria Alkmin. Ganhou a disputa de forma esmagadora. “Os militares é que vão governar. O poder civil declina, cai em agonia. Longa agonia”.²⁶

Entre tantas narrativas, explicações, comprovações e contraprovas dos acontecimentos antes e pós 31 de março de 1964, esta pesquisa permeia todos estes elementos, mostrando, acima de tudo, que estão imbricados as contradições e os diferentes caminhos para se chegar a uma possível veracidade ou compreensão do real. E, de todo modo, não tenho a intenção de construir ou revelar “a verdade única” sobre os fatos narrados e enunciados nos documentos e na historiografia militar brasileira.

A diligência aqui é mostrar como Caio Prado Jr., historiador e escritor reconhecido nacionalmente, compreendeu naquele momento o processo que originou o golpe das Forças Armadas no presidente João Goulart, ou seja, as causas

23. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964.

24. *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 12 de abril de 1964, p. 7.

25. COUTO, Ronaldo Costa. *op. cit.*, 2014, p. 26.

26. *Ibid.*, p. 26.

e as motivações sociais e políticas. Parafraseando a cautela que Marcos Napolitano pede ao artesão social, concordo nas mesmas palavras, quando diz: “o historiador não é bombeiro, nem juiz. Não resgata e não condena. Tenta compreender, criticar, apontar contradições, estabelecer conexões plausíveis a partir de uma argumentação baseada em indícios deixados pelas fontes”.²⁷

Tese da Revolução Pradiana: o esforço intelectual de interpretar os problemas reais do Brasil

Quem foi Caio Prado Jr.?²⁸

Intelectual pluridisciplinar, como foi chamado por José Carlos Reis,²⁹ assim como quase todos os grandes intelectuais

27. NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014, p. 17

28. Nasceu em São Paulo (na própria capital) no ano de 1907. Veio de família nobre, com familiares cafeicultores e avô, Martinho Prado Júnior e tio-avô, Eduardo Prado, ambos políticos. De formação acadêmica, formou-se em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco em 1928, aos 21 anos. Porém, sua vida intelectual percorreu caminhos na História, na Geografia, na Economia, na Filosofia e na Ciência Política. O início de sua carreira política foi no Partido Democrático de São Paulo (PD), fundando em 1926, o qual reunia membros da burguesia cafeeira e da camada média descontente com o tipo de governo da República Velha. Embora Caio Prado Jr. tenha nascido num “berço de ouro”, dentro de um seio familiar político-aristocrático, durante sua carreira intelectual lutou contra uma dominação imperialista e pôr um fim do latifúndio no Brasil. Seu caminho profissional e acadêmico foi interrompido em 1990, quando morreu aos 83 anos.

29. Além de chamá-lo de intelectual pluridisciplinar, completa sobre a vida biográfica de Caio Prado Jr.: “Ele é de origem aristocrática; saiu de uma família cafeicultora paulista, para se tornar o *intelectual orgânico* do movimento operário brasileiro! Sua vida é marcada pela “ruptura de classe”. Ao se tornar um intelectual ligado à revolução socialista brasileira, Caio Prado Jr. não fez uma pequena travessia como se ele fosse apenas um pequeno-burguês: “Ele não é filho da classe média proletarizada. [...] Aristocrata, ele passou a lutar por igualdade e liberdade além dos limites do liberalismo, além do mundo burguês. *Ele é um dos intelectuais de origem burguesa que forçaram os limites da ‘consciência possível’ e produziram ‘obras significativas’ (Goldmman)*

de seu tempo, lança aos leitores brasileiros uma variada produção acadêmica que se difere não somente de vários outros pensamentos das narrativas marxistas, como a própria *Teoria Revolucionária* da esquerda empregada no Brasil nos meados do XX (desde as *Internacionais Comunistas*).³⁰

ou ‘orgânicas’ (Gramsci), ao serem um contraponto ao intelectual tradicional. Caio Prado saiu da alta tradição, do passado colonial, para a revolução socialista, para o futuro: eis a dimensão do seu salto, que até sugere a impressão de um ‘suicídio simbólico’, tamanha a altura ou distância da mudança de posição”. REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr. e “A Revolução Brasileira”. *Revista brasileira de história*, v. 19, p. 245-277, 1999.

30. As *Internacionais Comunistas* (I, II e III e IV) tiveram origem a partir da criação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) em 1864, na Sr. Martin’s de Londres, a qual, dentre alguns objetivos, tinha como principal, reunir os operários de diversos lugares da Europa para discutir os modos de produção capitalista e as precárias condições dos trabalhadores diante da classe burguesa. O mentor e líder dessa *Primeira Internacional* estava nas mãos de Karl Marx. Devido às divergências ideológicas ao longo de seu andamento, a Organização viu seu fim em 1876. A *II Internacional Comunista* aparece em 1889 em Paris, denominada de *II Internacional dos Trabalhadores*. Embora esta seguisse o pensamento marxista, o que se presenciou foi uma luta de classe operária sob vários vieses distintos. Somente com a Primeira Guerra Mundial a todo vapor, a *II Internacional Comunista* começa a ter uma bandeira mais definida dentro de seu interior, que seria a negação desta Guerra. Seu fim chegaria coincidentemente com o término da Primeira Guerra. Desta vez não demoraria para surgir a *III Internacional Comunista*, conhecida também *Komintern*. Em 1919, a Rússia, ainda respirando sua vitoriosa Revolução de 1917, buscou como um dos objetivos principais criar uma *União Mundial das Repúblicas Socialistas Soviéticas*, que seria regida pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Vladimir Lênin e o próprio PCUS foram os responsáveis para dar prosseguimento desta Organização. Ainda que em 1943 Stalin extingue a *Komintern*, no intuito, segundo ele, de dar trégua na Segunda Guerra Mundial e fazer uma espécie de conciliação entre as Forças Aliadas (Estados Unidos e Inglaterra), muitos países passaram a seguir as suas diretrizes, como foi o caso do Partido Comunista do Brasil (PCB). Por fim, a *IV Internacional Comunista* (QI), não tanto conhecida como seus antecessores, principalmente a *III Internacional*, surgiu em 1938, na França, por Leon Trótski e seus “discípulos”, movidos a um ressentimento por Stalin e seu grupo apoiador, pelo fato de divergirem sobre teorias stalinistas, sendo expulsos do PCUS. Para maior compreensão ver: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos3037/RadicalizacaoPolitica/InternacionalComunista>; <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/i/internacional.htm>.

Em sua trajetória intelectual, há um esforço em toda a composição de sua obra em mostrar que até a década de 1960 existia uma interpretação dos fatos e projetos futuros para o país presa às *Internacionais Comunistas* de países coloniais e semicoloniais. Pensando na contramão desse entendimento, deveria existir uma interpretação a partir dos próprios fatos e condições do *status quo*, usando uma nova literatura marxista que fosse o mais perto e particular possível do cotidiano social brasileiro³¹.

Analisando o marxismo como método (abordagem) de interpretação e transformação da realidade, teve como intenção intelectual não apenas aplicar o método marxista sugerido a partir de fórmulas universais. A crítica à teoria marxista sobre o Partido Comunista do Brasil (PCB) era justamente porque, segundo Prado Jr., os discursos teórico-metodológicos e, também ideológicos, estavam longe dos problemas reais do Brasil³².

31. Em 1933, o jovem intelectual Caio Prado Jr. publica o seu primeiro livro: *Evolução Política do Brasil: Ensaio de interpretação dialética da história brasileira*. O livro foi considerado como o primeiro a utilizar o materialismo histórico ou dialética do marxismo, como método da interpretação da realidade social brasileira. Caio Prado Jr., com este livro de 1933, marca o rompimento do autor com a teoria democrático-burguesa e sela seu casamento com o paradigma marxista. Outras obras posteriores do autor têm como base teórica a sua primeira, só que bem mais amadurecida. Mais do que um vasto trabalho intelectual, foi, na verdade, uma ação política de abrir novos caminhos de se entender os acontecimentos no Brasil até o limiar de 1930. De forma peremptória, não usa a ideia defendida na historiográfica anterior. Explicando de outra maneira, para Caio Prado Jr., não existe no Brasil resquícios feudais ou semifeudais. Seria um erro grotesco dos historiadores que identificam na formação social e econômica brasileira o modo de produção nas bases do feudalismo. Ele se utiliza do termo “resquícios coloniais de ordem escravista”.

32. Até 1922 podemos constatar que os intelectuais brasileiros ainda não tinham compreendido por completo as ideias marxistas. Quando somente neste mesmo ano o Partido Comunista Brasileiro (PCB) é fundado, dando um novo horizonte ao marxismo. Para se ter uma noção, o *Manifesto do Partido Comunista* (1848), de Karl Marx, só foi editado no Brasil em 1926, pelo *Jornal Voz Cosmopolita*: “O texto do Manifesto permaneceu durante muito tempo

Por isso que, com uma escrita historiográfica brasileira bem marxista heterodoxa, contrapôs-se à *Teoria Revolucionária* do PCB (partido este em que ele foi militante quase toda a sua vida profissional e acadêmica), pois, na concepção deste Partido, seria pelo caminho da Revolução democrático-burguesa³³. Foi contra justamente porque, como explica Caio Prado Jr., por mais que alguns intelectuais da Esquerda conseguiram enxergar qual caminho esta *Teoria* do PCB queria seguir, havia na verdade certa indefinição ideológica dentro do Partido: “Referimo-nos em particular, e, sobretudo, à indagação acerca da “natureza”, ou “tipo de revolução” que se trata de realizar. Será “socialista”, ou democrático-burguesa, ou outra qualquer?”³⁴.

Primeiro ele apontou os equívocos do Partido Comunista Brasileiro e depois fez conjecturas de como deveria ter sido a Revolução Brasileira. Na perspectiva do autor, não chegou a se

desconhecido para os brasileiros que não lesse outras línguas. *Uma das primeiras traduções* foi a de Octavio Brandão a partir da versão francesa de Laura Lafargue, inicialmente publicada em partes entre julho e dezembro de 1923, no jornal carioca, *Voz Cosmopolita*, ou fugindo desta incerteza de Claudio Batalha. BATALHA, Claudio. O Manifesto Comunista e sua recepção no Brasil. *Crítica Marxista*, v. 1, 1998, p. 134. “Uma das primeiras traduções”, dirá o historiador Marcelo Mattos: “Foi justamente em *A Voz Cosmopolita* que circulou pela primeira vez, em 1923, a primeira tradução brasileira do *Manifesto Comunista*. Seu autor foi Otávio Brandão, farmacêutico e propagandista comunista, que nos anos 20 viria a se tornar o intelectual mais influente no recém-fundado PCB” (MATTOS, Marcelo Badaró. O manifesto Comunista no Brasil. *Varia História*, n. 22, p. 170-182, 2000, p. 176. *grifos do autor*).

33. Longe de uma escrita oficial, buscou não dar mais tantas glórias aos que construíram a história da/pela elite, muito menos contextualizar os partidos políticos, principalmente os de cunho socialista, com uma análise descritiva “vista de cima”. Para José Carlos Reis, quem caminhou numa narrativa histórica oficial foi Werneck Sodré, quando discorreu sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB). REIS, José Carlos. *op. cit.* 1999, n.p.

34. PRADO JR., Caio. *A Revolução Brasileira*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977, p. 15. Utilizo a obra *A Revolução Brasileira* em sua 5ª edição, de 1977, e não a primeira 1ª edição, de 1966, pois, sua 5ª edição recebeu dois novos capítulos: “Adendo a A REVOLUÇÃO BRASILEIRA” e “Perspectiva em 1977”.

concretizar um Estado comuno-socialista e muito menos ele seria possível, mas, apenas a suposição de que ele estaria sendo planejado foi o suficiente para a derrubada de Goulart.

Tal fato não seria possível, pois desde o início do projeto, a teoria estava mal formulada dentro do contexto brasileiro. Como se não bastasse, ela também estava mal gerenciada. A esquerda ortodoxa (tradicional ou radical),³⁵ que ele tanto criticou, supôs que a luta estava nas mãos dos trabalhadores rurais e proletariados urbanos. De certa maneira, eles faziam parte de toda esta conjuntura inflamada, mas suas reivindicações eram aquém de uma solução política:

As aspirações e reivindicações essenciais da grande e principal parte da massa trabalhadora rural do país não tem aquele sentido apontado. [...] Os trabalhadores, como empregados que são da grande exploração, simples vendedores de força de trabalho, portanto, e não “camponeses”, no sentido próprio, aquilo pelo que aspiram e o que reivindicam, o sentido principal de sua luta, é a obtenção de melhores condições de trabalho e emprego.³⁶

Por mais que a exploração fosse sentida pelos trabalhadores urbanos, o qual Caio Prado Jr. caracterizou de força potencializadora para o processo revolucionário, “sobretudo a partir da última Grande Guerra”,³⁷ coube ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) assumir o ressentimento coletivo. Porém, este partido, que tinha a missão de equipar uma sociedade despreparada, acabou se distanciando dos ideais revolucionários, até mesmo fazendo acordos com uma política instável (de Goulart) e alvo de constantes críticas. “Foi esse o

35. Os termos “esquerda tradicional” e “radical” podem ser encontrados, respectivamente em: *Jornal do Dia*, São Luís, (Maranhão), 7 de março de 1964, p. 3; MORAES, *Jornal do Dia*, São Luís (Maranhão), 28 de março de 1964, p. x.

36. PRADO JR., Caio. *op. cit.*, 1977, p. 49.

37. *Ibid.*, p. 22.

espetáculo que proporcionou ao país o convulsionado governo deposto a 1º de abril”.³⁸

Sem uma compreensão justificável do marxismo no Brasil, criando uma má imagem do paradigma revolucionário da classe trabalhadora, deu-se início a construção de uma consciência conservadora no país. Por isso a ambição do programa político de Caio Prado Jr. seria de ir além do programa do PCB. Tratava-se de trazer para a discussão os reais desejos do trabalhador rural e da classe operária urbana.³⁹

A Revolução Brasileira, publicado em 1966 e complementado em 1977, é um livro simbólico e marcante que mostra uma preocupação entre os intelectuais em entender o momento pré-1964, os resultados desse movimento, e reinterpretá-lo criticamente, sem fugir das autocríticas de suas convicções partidárias. É um compêndio que reúne teor teórico, descrição histórica, lutas políticas e questões econômicas. No fundo, não deixa de ser também uma escrita motivada por um ressentimento de tristeza ao ver a esquerda perder a “guerra política” para os militares e liberal-conservadores.⁴⁰ Na obra pradiana,

38. *Ibid.*, p. 22.

39. Militante de uma luta armada intelectual contra a burguesia e os grupos políticos dominantes, ele fundou, em 1943, a Editora Brasiliense juntamente com seus amigos Arthur Neves, Monteiro Lobato e Maria José Dupré. Posteriormente, criou a *Revista Brasiliense* (1955-1960) com o objetivo de expressar-se por meio de uma escrita histórico-filosófica. Não deixava de incorporar um viés político, abordando reflexões sobre a atuação do PCB. Chegou até mesmo a adotar posições heterodoxas dentro de seu próprio partido, o que por vezes contrariava o pensamento ideológico dos marxistas ortodoxos e desafiava o paradigma marxista brasileiro consolidado entre as décadas de 1930 a 1960. A *Revista Brasiliense* é a prova viva de uma luta constante de como fazer uma revolução social que pudesse agregar os proletários e trabalhadores rurais. Por isso que muitos estudiosos da filosofia pradiana enxergam nele muito mais um marxista revolucionário do que propriamente um marxista acadêmico. Outras informações sobre vida intelectual serão acrescidas no decorrer do estudo.

40. Vencido pelo Golpe de 1964, ele se dedica ainda mais, com sabor de derrota e ressentimento, a formular uma nova *Teoria da Revolução* brasileira. Com

não somente o passado é questionado, mas as mudanças políticas são postas em dúvida.

Por mais que no título da obra venha a palavra “Revolução”, para Caio Prado Jr., é necessário tomar certos cuidados quando se trata do acontecimento histórico de 1964. Logo bem no início do primeiro capítulo, “A Revolução Brasileira”, título que segue o mesmo nome do livro, o autor já faz uma crítica ao uso variado e muitas vezes incorreto do termo, ocasionando ambiguidades.

O significado de “Revolução”, segundo o pensamento pradiano, não se restringe à conquista do poder. Concentra-se na transformação estrutural que uma insurreição pode realizar dentro de um recorte histórico e temporal, como defendeu: “o verdadeiro valor desta palavra não se restringe ao processo histórico que desencadeou as mudanças, mas, sim, se concentra na transformação”.⁴¹ Com outras palavras, são as mudanças que o movimento pode trazer à sociedade – transformação das estruturas políticas e sociais, derivada de uma sucessão de insurreições – e não exatamente como se deu o processo do movimento.

De maneira ordinária, “Revolução”, que foi usado no levante militar, caberia mais ao sentido de “insurreição(ões)”. Contudo, de forma corriqueira, usaram o termo de maneira restrita e até mesmo em alguns momentos de forma equivocada, como “emprego de força e da violência para derrubada de

uma escrita historiográfica brasileira marcadamente marxista heterodoxa, Prado Jr. faz uma síntese aprofundada da evolução social, econômica e política do país não mais resgatando os personagens heroicos da nação. Eles, de certa forma, são falados, comentados, mas não são os únicos e muito menos os protagonistas. Sua narrativa historiográfica caminhou na preocupação de entender o pensamento das classes ditas populares, e o comportamento destas diante de um Brasil em transformações e instabilidades políticas, sempre se contrapondo à *Teoria Revolucionária* do PCB, partido este que ele foi militante em quase toda a sua vida profissional e acadêmica.

41. PRADO JR., Caio. *op. cit.*, 1977, p. 11.

Poder e tomada do Poder por um grupo, categorial social ou outra força qualquer na oposição”.⁴²

Na mesma contundência, o autor deixa bem explícito sua análise teórica sobre o significado de “Revolução”:

“Revolução”, em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categoriais sociais. [...] São esses momentos históricos de brusca transição de situação econômica, social e política para outra, e as transformações que então se verificam, que constituem o que propriamente se há de entender por “revolução”.⁴³

Tomando como base o sentido real e profundo do termo que foi usado no dia 31 de março de 1964, “Revolução”, segundo o intelectual marxista Caio Prado Jr., está muito mais para ter sido uma “insurreição” ou “insurreições”, que originou um golpismo, do que propriamente o primeiro conceito que os militares tentaram empregar na sociedade, pois, na visão do autor, o resultado final do movimento insurgente não provocou mudanças nas estruturas sociais nem reestabeleceu o equilíbrio entre os grupos políticos que vinham se digladiando. Distante destes objetivos, os vencedores reagiram mais à perspectiva de uma futura “revolução socialista” do que à vontade de acelerar o curso da história.⁴⁴

42. *Ibid.*, p. 11.

43. *Ibid.*, p. 11.

44. Como já foi dito em outro momento, Prado Jr. buscou apoio no materialismo histórico, ou dialético, desafiando os intelectuais de seu tempo para mostrar a estes que suas construções históricas estavam presas na superfície e que os acontecimentos sofridos no Brasil – insurreições, guerras, derrubada de poder, mudanças de governo – foram traduzidas pela história oficial,

O movimento que encadeou uma tomada do Poder Executivo em 1964 não deixou de ser, de certa forma, uma revolução. Entretanto, esta não teve o intuito de modificar o modelo econômico e de outras estruturas do país, mas sim de provocar uma ruptura da história uniforme – por mais que Prado Jr. tenha afirmado que o “ritmo da História não é uniforme” (1977, p. 11) –, derrubar Goulart e seu projeto político-ideológico, para evitar mudanças de cunho socialista, reatar a ordem e a moral da nação. Em suma, o movimento contra Jânio Quadros e Goulart não visava modificações futuras. Evitava uma alteração naquele momento presente: implantação de um sistema comuno-socialista.

Foi nesse posicionamento que Caio Prado Jr. externou seu ressentimento.

Na defesa de Prado Jr., não ocorreu uma ruptura total na história brasileira com a atuação civil-militar no Poder Central, como frequentemente proclamado pelos grupos conservadores da direita. O latifúndio, a velha democracia-burguesa e os grupos políticos oligárquicos continuavam a existir nas décadas que os militares estavam no poder. Apenas ao romper os grilhões entre a República Velha e a ideologia de uma nova sociedade brasileira em formação, e ao confrontar os problemas tal como são, seriam encontradas as formas viáveis para uma verdadeira Revolução brasileira.

O resultado de março de 1964 compreende três perspectivas, segundo o pensamento de Prado Jr.: a) foi uma insurreição e não uma “Revolução”, no sentido de mudança de estruturas; b) motivada como pretexto de barrar uma implantação comunista e assegurar a sobrevivência da democracia; e c) o

pertencente à classe elitizada. Defendeu, sem recuos de seu ponto de vista, que os acontecimentos na nação não foram feitos sob rupturas profundas e não houve mudanças definitivas nas estruturas. A exploração intensiva das camadas populares persistiu desde o período colonial, estendendo-se mesmo após 1964.

golpeamento civil-militar foi possível pelo fracasso da *Teoria da Revolução Comunista* mal formulada pela esquerda.

Estas três perspectivas revelam os motivos das críticas áridas que Prado Jr. fazia ao desinteresse dos presidente-generais em desenvolver a economia brasileira a partir de um projeto nacional dentro do contexto social e, ao invés disso, criavam laços ainda mais fortes de dependência com o mercado internacional. A “Revolução de 31 de março”, na óptica deste intelectual marxista heterodoxo, não foi um avançar na história, mas, de forma falsificada, uma renovação nas estruturas, uma “remodelação das velhas estruturas e reconstrução delas sobre novas bases voltadas para a libertação do país”,⁴⁵ isto é, em cima das camadas populares, que nada puderam fazer a não ser ver os estratos sociais ainda mais desiguais, como explicou o autor: “pela violência e terror não somente ação, mas ainda qualquer vez divergente, em particular aquelas capazes de representar as forças de renovação, isto é, as populares”.⁴⁶

A inquietude de Caio Prado Jr. foi entender o tipo de revolução brasileira que estava sendo divulgado. Depois de uma profunda análise, desde os seus primeiros estudos com a *Evolução Política do Brasil*, de 1933, percebeu que seria necessário apresentar outro programa para o sentido da revolução social do Brasil. Contra-ataca até mesmo a velha esquerda. A *Revolução Brasileira* foi uma dedicação exaustiva para quebrar as teses da *Teoria Revolucionária* do PCB e mostrar que a falha do programa foi a causa de os militares assumirem o posto central.⁴⁷

45. PRADO JR., Caio. *op. cit.*, 1977, p. 240.

46. *Ibid.*, p. 240.

47. PCB buscou alianças com a chamada democracia-burguesa, entre burgueses do campo e do ambiente urbano. Embora Prado Jr. enxergasse que seria preciso fazer uma revolução social com os próprios trabalhadores rurais e proletariados, estes não sabiam gerenciar um movimento insurgente e de rupturas. O que a *Teoria Revolucionária* do PCB fez, além de ter sido

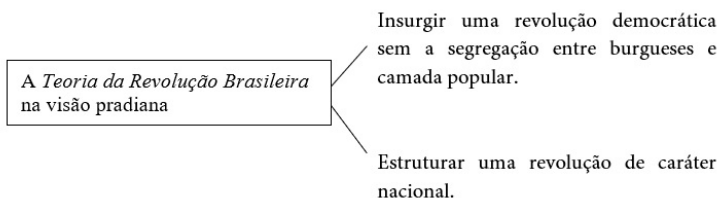
Dois pontos principais em *A Revolução Brasileira* de Caio Prado Jr. podem ser destacados como motivos de a sociedade não avançar em sua formação socioeconômica e política: a) o predomínio do capital internacional sobre a econômica brasileira; b) a segregação da classe proletária urbana e rural. Esta dupla estrutura fazia com que a economia ficasse cada vez mais estagnada, nas mãos da elite agrária e industrial.⁴⁸ Refém de uma economia exterior.

Caio Prado Jr., então, mostra em sua obra como deveria ter acontecido a correta *Teoria da Revolução* e, ao mesmo tempo, acaba desenhando como deveria ficar o quadro estrutural do Brasil pós-1964:

ortodoxa nos seus preceitos teórico-metodológicos, foi se aproximar do populismo, abrindo, assim, caminho para sua própria queda. Para Prado Jr., este partido marxista teria visto no governo de João Goulart o avanço revolucionário de uma democracia popular, enquanto, na verdade, teria sido o período mais adequado que os militares acharam para articular uma possível tomada de Poder.

48. Existiram estratégias de revolução defendidas pelo PCB em pré-64. Isto é perceptível quando na década de 1960 houve algumas tentativas de solucionar as lutas de trabalhadores rurais pela conquista do campo, como foram, por exemplo, as Reformas de Base, tomadas como bandeira de proposta política no governo de João Goulart, e logo para enfrentar a resistência por parte dos conservadores e os “antigoulartistas”, foi criado, em 1962, o Conselho Nacional de Reforma Agrária. Vale ressaltar que o projeto das Reformas de Base não se limitava apenas à questão agrária, abrangendo também reformas educacionais, econômicas e urbanas. Pegando este gancho sobre reformas, destaca-se que, para Prado Jr., o problema agrário não estava apenas na ausência de terra, mas sim os desempregos alarmantes na vida dessa camada social. O problema da questão agrária era também uma questão do problema operariado urbano, pois, em ambos, a real luta se concentrava no alto desemprego.

Quadro 1 – Os caminhos corretos para se alcançar a verdadeira revolução brasileira segundo Caio Prado Jr.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O que Caio Prado Jr. talvez estivesse querendo dizer era que somente a revolução democrática – sem segregar as classes – poderia levar a uma revolução nacional. Ou seja, a integração conjunta e coletiva entre os indivíduos do campo rural, da classe baixa urbana e da burguesia-empresarial em prol de um único objetivo: desenvolvimento material do país. A ação revolucionária nacional, neste caso, cortaria as raízes da velha República.

Considerações finais

Caio Prado Jr. primeiro alfineta a *Teoria* do PCB por caminhar numa indefinição ideológica: “Referimo-nos em particular, e, sobretudo, à indagação acerca da “natureza”, ou “tipo de revolução” que se trata de realizar. Será “socialista”, ou democrático-burguesa, ou outra qualquer?”.⁴⁹ Os pecebis-tas (do PCB) acreditavam numa revolução armada liderada pelos trabalhadores rurais. No entanto, a teoria apresentava certa segregação de classes. Daí, se distanciando do partido, ele conjecturou que a verdadeira revolução que se espera (e esperava mesmo depois do Golpe em 31 de março de 1964) seria uma revolução de caráter nacional, ou seja, sem a segregação

49. PRADO JR., Caio. *op. cit.*, 1977, p. 15.

entre burgueses, classe operária urbana e a camada popular/campista. O desejo pradiano seria concretizado somente com a quebra dos grilhões da República Velha, que persistiam nas entranhas da sociedade brasileira, evidenciados pelo latifúndio e pelos grupos oligárquicos.

Quadro 2 – Sintetizando o contexto antes e pós-Golpe, segundo interpretação de Caio Prado Jr.

Caio Prado Jr.	Pré-1964	<i>Teoria Revolucionária</i> da esquerda mal formulada. O marxismo ortodoxo do PCB desencadeou uma ação civil, empresarial, política e, principalmente, militar. Havia uma democracia-burguesa voltada para a elite e excludente das classes populares. Prado Jr. ainda tem a concepção de que os trabalhadores rurais, a classe campista, seriam os personagens que deveriam fazer parte principal do processo revolucionário. Mas estes não tinham certas ferramentas – econômicas, políticas e intelectuais – suficientes para assumir esta posição. Precisariam da classe operária urbana, que já usufruía de alguns destes recursos, para dar auxílio (muito mais dirigir do que somente auxiliar) a massa rural.
	Pós-1964	Como a <i>Teoria Revolucionária</i> fracassou, no momento que não enxergou alianças entre as distintas classes como parte do processo da revolução social, para Prado Jr., seria agora necessária uma reformulação na <i>Teoria da Revolução</i> . A realidade, com os militares no poder, teria que ser tomada de forma distinta. A primeira coisa era fazer uma adequação econômica da estrutura agropecuária no cenário pós-1964, mostrando como deveria ser o seu papel no processo de uma nova revolução. A massa rural deveria ter consciência de sua função. Entretanto, tinha que estar equipada material, cultural e socialmente. Esta massa mobilizada, com <i>status</i> econômico e intelectual, ampliaria o desenvolvimento que o país necessitava. Nem o governo de João Goulart e muito menos o regime civil-militar foram capazes de mudar as reais estruturas. O homem do campo não tinha forças e recursos para lutar por uma condição social melhor, ainda mais sair de uma produção de subsistência ou mesmo participar da vida política. O homem proletariado urbano, por sua vez, estava refém da velha burguesia, que continuava após a entrada de um novo sistema de governo.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Aos “Ilustres chefes militares”: posições & oposições político-ideológicas no *Jornal Pequeno* (1964-1979)¹

Uma coisa é certa para aqueles que se aprofundam nos discursos envolvidos nos jornais: há uma contrariedade de posicionamentos em muitos jornais de São Luís. Embora seja fato que alguns (para não dizer quase todos) estavam muito mais propensos para uma linha editorial direcionada à oposição do regime ditatorial civil-militar do que propriamente apoiando-o.

Os mesmos que faziam parte dos combatentes com intenções de revelar o “pano de fundo” do projeto político-ideológico e a “poeira por baixo do tapete” deste sistema regido pelos presidentes das Forças Armadas, em alguns momentos, chegavam a enaltecer uma “Revolução Gloriosa” ou uma

1. Título retirado em: SOUZA, Sylvio Ayres de. A Revolução e a corrupção. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 31 de março de 1982, p. 2. O texto foi construído a partir de partes do segundo capítulo da dissertação: ALMEIDA, Joabe Rocha de. “A VITORIOSA REVOLUÇÃO” OU “IMPOPULAR”? Debates sobre a atuação do Regime Civil-Militar na imprensa ludovicence. In: _____. *A Revolução Que Se Quer*: Debates inflamados e contraditórios na imprensa de São Luís em tempos de Regime Civil-Militar”. 2021. 284f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Maranhão. São Luís. Bolsista CAPES (2018-2020).

“Vitoriosa Revolução” que houve no país.

É o caso do *Jornal Pequeno*, também controverso em seus discursos, de modo a deixar uma dubiedade de sua posição; assim como foi visto no *Jornal do Maranhão*, que em muitos momentos se revelou combativo à política civil-militar e em outros elogiando os andamentos políticos.

Segundo o fundador do *Jornal Pequeno* (criado em 29 de maio de 1951, em São Luís, por José Ribamar Bogéa, grande e influente jornalista no Maranhão), este seria um periódico diferente dos que já existiam, uma vez que tinha como primeira intenção ser independente das relações de poder – políticos e empresários. Entretanto, não foi o que aconteceu na prática. Por mais que o *Jornal Pequeno* fosse de um proprietário não ligado diretamente à política, nas décadas de 1950 e 1960 se revelou com seus discursos de oposição à oligarquia do senador Vitorino Freire e não se conteve em ficar calado nas agitações do movimento de 1964.

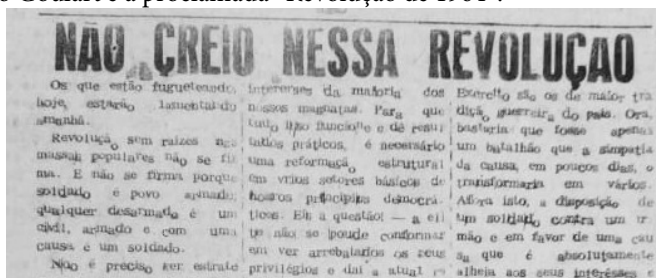
O *Jornal Pequeno* entra em contradições em vários momentos de seu tempo de circulação.

É possível perceber, analisando as mudanças de conteúdo durante a circulação do periódico, que houve momentos mais intensos de sua posição política. No período pré-1964 e nos primeiros meses após queda de João Goulart, os discursos proferidos reforçavam a ideia que teria sido Golpe e que a Revolução Democrática pregada pela direita e pelas Forças Armadas deveria ser tomada com mais cuidado. Talvez esses discursos não estivessem sendo proferidos por motivos puramente partidários, mas, como todos naquele momento, por um receio e medo dos acontecimentos que ainda eram incertos e careciam de bases sólidas sobre o que poderia ocorrer no futuro.

Primeiramente, ele apoia a permanência de João Goulart, afirmando dias depois do golpe: “direita abre caminho

ao golpe: Agoniza o regime da liberdade no Brasil”.² Dias depois, ressaltou na mesma edição, como mostra a imagem abaixo:

Imagem 1 – Artigo do jornalista Cunha Santos analisando a saída de João Goulart e a proclamada “Revolução de 1964”.



Fonte: SANTOS, Cunha. Não creio nessa revolução. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 4 de abril de 1964, p. 4.

Em qual revolução o *Jornal Pequeno* diz não crer? Embora as letras estejam muito ruins de serem lidas, por conta do tempo de sua publicação, é possível entender que o redator do texto tratava da que foi realizada pelos militares, como explica o autor: “Não creio nessa Revolução. [...] A Revolução atual é uma revolução das elites capitalistas, escudadas por atos do presidente João Goulart em favor dos humildes”.³

Durante a campanha política de José Sarney para governador do Maranhão até sua posse em 1966, o *Jornal Pequeno*, inclusive ao apoiar a candidatura de José Sarney, demonstrava uma postura de evitar críticas à imagem do Governo Central, mesmo que Ribamar Bogéa não apreciasse elogiar o mandonismo do senador Vitorino Freire no Maranhão.

O projeto de Lei de Imprensa⁴ de 1967, posteriormente

2. JORNAL PEQUENO. São Luís (Maranhão), 1 de abril de 1964, p. 1.

3. *Ibid.*, p. 4.

4. Lei n.º 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, o qual tinha o poder de regular a liberdade do indivíduo (ou intelectual) de se manifestar na imprensa ou outros

aprovada em 9 de fevereiro do respectivo ano, fez com que aqueles jornais que de alguma forma não estavam criticando a Política Central fizessem várias manifestações contra os atos de censura ou regulação que a Lei de Imprensa trazia em seu escopo. Ou seja, foi somente ferir a liberdade de expressão do pensamento que no mesmo instante o *Jornal Pequeno* mudaria sua postura nos enunciados e voltaria a criticar o projeto dos presidentes militares, como fez no primeiro ano.

veículos de comunicação no que tange ao pensamento e a informação. O artigo 1º desta lei, diz assim nos respectivos parágrafos: “§ 1º - Não será tolerada a propaganda de guerra, *de processos de subversão da ordem política e social* ou de preconceitos de raça ou classe. § 2º - O disposto neste artigo não se aplica a espetáculos e diversões públicas, que ficarão sujeitos à censura, na forma da lei, nem na vigência do estado de sítio, *quando o Governo poderá exercer a censura sobre os jornais ou periódicos e empresas de radiodifusão e agências noticiosas nas matérias atinentes aos motivos que o determinaram*, como também em relação aos executores daquela medida”. Como 1967 (no final do governo de Castelo Branco, já que Arthur da Costa e Silva só assumiria a Presidência em 15 de março deste ano), os meios de divulgação já respiravam a vigilância e as inspeções dos militares nos tipos de informações que eram transmitidas à sociedade, a mando do Estado, a Lei de Imprensa não iria deixar de passar a oportunidade de trazer um artigo que pudesse regular melhor os periódicos: Art. 7º “No exercício da liberdade de manifestação do pensamento e de informação não é permitido o anonimato. Será, no entanto, assegurado e respeitado o sigilo quanto às fontes ou origem de informações recebidas ou recolhidas por jornalistas, radio-repórteres ou comentaristas. § 1º *Todo jornal ou periódico é obrigado a estampar, no seu cabeçalho, o nome do diretor ou redator-chefe*, que deve estar no gozo dos seus direitos civis e políticos, bem como indicar a sede da administração e do estabelecimento gráfico onde é impresso, sob pena de multa diária de, no máximo, um salário-mínimo da região, nos termos do art. 10. § 2º Ficarà sujeito à apreensão pela autoridade policial todo impresso que, por qualquer meio, circular ou for exibido em público sem estampar o nome do autor e editor, bem como a indicação da oficina onde foi impresso, sede da mesma e data da impressão. § 3º *Os programas de noticiário, reportagens, comentários, debates e entrevistas, nas emissoras de radiodifusão, deverão enunciar, no princípio e ao final de cada um, o nome do respectivo diretor ou produtor*” (grifos meus). Para maior compreensão desta Lei de Imprensa ver em: BRASIL. Lei de imprensa (1967). *Lei de imprensa*: dispositivos constitucionais pertinentes: Lei nº 5.250, 9 de fevereiro de 1967 (Lei de imprensa): normas correlatas. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70324/660693.pdf?sequence=2>. Acesso em: 11 ago. 2019.

Um mês antes de ser aprovada a Lei de Imprensa, o *Jornal Pequeno* já se pronunciava contra as intenções que ela trazia em seus artigos, criticando e chamando-a, no sentido figurado, de “Lei rolha”, porque fechava o direito de pronunciar com textos de caráter pessimista sobre os planos políticos dos presidentes militares:

Nenhum jornalista brasileiro pode silenciar, nesta hora em que se procura impôr ao país a lei rôlha, que amordaça a imprensa independente, destruindo esta tradição de liberdade [...]. A lei rôlha sufoca o direito de crítica, cerceando o livre pensamento, sem o que não pode desenvolver-se a cultura [...] A imprensa forma a consciência nacional, combate as ditaduras da direita e da esquerda, os regimes discricionários, os abusos de poder, a corrupção, a desordem social, as violências [...] os demagogos, os que se intitulam de salvadores da República.

Está definida a minha posição ao lado de toda a imprensa brasileira, que se lança à luta pela liberdade de opinião [...].⁵

Segundo informações do *Jornal Pequeno*, foi por criticar o regime civil-militar e a Lei de Imprensa (as fortes publicações escoavam nas folhas desse periódico, como foi lido acima, no texto “Liberdade”) que, em 12 de março de 1967, houve um possível atentado contra o dono e diretor do periódico, Ribamar Bogéa, e seu filho Luís Eduardo.⁶

5. LIBERDADE. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 5 de janeiro de 1967, p. 4.

6. Sobre informações detalhadas do acidente o *Jornal Pequeno* expôs da seguinte forma: “O atentado à vida do diretor do *Jornal Pequeno*, levado a cabo por um motorista de Prefeitura Municipal de S. Luís, foi frio e muito bem arquitetado. Depois que Ribamar Bogéa fez a curva, no retorno perto do Gremio dos Sargentos, encostou seu veículo junto ao canteiro, permitindo a descida do seu filho Lourival que iria ao Cinema Rex. Em consequência da parada da nossa camionete, o perverso indivíduo que conduzia a caçamba da Prefeitura cheio terra, tomou a frente e naturalmente ao passar junto ao veículo do *Jornal Pequeno*, reconheceu o nosso diretor, pensando então em preparar num ponto de menor movimento, a armadilha da morte, ca-

Imagem 2 – No lado esquerdo da imagem duas testemunhas que presenciaram o acidente: Sra. Onezinda Gomes Vieira e Sra. Raimunda Célia Gomes. No centro das testemunhas, o perito Carlos Pindobucú. Na direita, o dono e diretor do *Jornal Pequeno*, Ribamar Bogéa, dando entrevista sobre o possível atentado à sua vida.



paz de liquidar ou deixar bastante ferido o proprietário do *Jornal Pequeno*” (ATENTADO frio e desumano. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 15 de março de 1967, p. 1). Algo que chama a atenção nesta publicação não são somente os detalhes do acidente (lugar que aconteceu e como aconteceu), mas também como o *Jornal* escreveu com todas minúcias como o “inimigo” do dono dos meios de comunicação projetou em agir e o que ele estava pensando no momento em que diria a caçamba: “Chofer profissional, como é, fez logo seus cálculos: Estou numa caçamba, pesadíssima, cheia de terra. Ele, o dono do *Jornal Pequeno*, está desenvolvendo uma velocidade de 50 a 60 quilômetros, o que é normal nas pistas da Kennedy. Quando o carro dele estiver bem perto, eu entro de marcha Ré, que é a marcha mais forte de todos os veículos. A carroceria da caçamba é mais alta do que o chassi da camionete Ford. O dono do *Jornal* que vive criticando meu chefe Cafeteira é amador e não terá agilidade para fazer uma curva e evitar o engavetamento. Automaticamente ele entra debaixo da caçamba e vai se fura direitinho. Na gora da ação da Inspetoria eu digo que fiz sinal; ia fazer a curva e que ele não atendeu ao meu sinal e meteu o carro na traseira da caçamba. A prefeitura conta com bons advogados. Não vou sofrer coisa alguma e ainda fico com cortesia com o prefeito por ter dado uma “lição” neste cabra. [...]”. (*Ibid.*, p. 1).

Fonte: *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 22 de março de 1967, p. 1.

Nem o jornal nem o diretor Ribamar Bogéa abririam mão de afirmar que o ocorrido não poderia ter sido um acidente comum no trânsito, que já era agitado nas décadas de 1960 em São Luís. Para o dono do periódico, foi, sim, uma perseguição político-ideológica devido aos seus posicionamentos contrários às intenções dos chefes militares regendo a Política Executiva. Quando o pesquisador chega nos limites do enunciado, cabe apenas conjecturar os fatos sem fazer algum tipo de juízo de valor. E por mais que o contexto histórico dê indícios para a veracidade da narrativa, não cabe ao analista dar voz onde o documento-fonte se cala.

Mas, se realmente foi uma tentativa de crime contra a vida de Ribamar Bogéa, como uma forma de inibir a imprensa (assim confirmava veemente o corpo editorial), o jornalista Eyder Paes, sem temer também um ataque, escreveu o seguinte artigo:

Os poderosos têm tentado silenciar a imprensa livre, porque a crítica construtiva e honesta, sadia e energética causam-lhes medo. Um jornal corajoso, como êste, que não está ligado a nenhum grupo economico ou politico, que não se calou nem se deixou subornar, [...] é respeitado e temido pelos homens de govêrno. Nunca recuamos nem recuaremos na defesa dos direitos do povo e de nossa liberdade de opinar e pensar. Há sido essa a luta de Ribamar Bógea [...]. Os que nos odeiam, porque temos a coragem de dizer a verdade e criticar os demagogos e os que vivem a ludibriar a consciência popular [...] cumprindo o dever de defender a democracia e o povo.⁷

Enquanto nos idos de 1964 a linha editorial do *Jornal Pe-*

7. REPÚDIO ao atentado. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 16 de março de 1967, p. 6.

queno não via com bons olhos a ação das Forças Armadas em derrubar João Goulart do poder, inclusive ressaltando uma ideia de golpe de Estado, e em 1967 criticava o Estado por tentar intimidar os debates políticos na imprensa, principalmente em se tratando de atacar o regime civil-militar, nas décadas de 1970 e 1980 as posições dos discursos oscilavam muito, embora chame muito a atenção que sempre no dia 31 de março o periódico se pronunciava comemorando positivamente a data da Revolução de 1964.

Por exemplo, no dia 31 de março de 1970, quando a deposição de João Goulart completava seis anos, o *Jornal Pequeno* resolve fazer uma comemoração ao acontecimento. Ato comemorativo em que o discurso muda de lado – elogiando os líderes das Forças Armadas –, sendo que em períodos anteriores os redatores tinham se posicionado, de maneira bem explícita, alegando que o Poder Executivo havia sofrido um golpe de Estado:

Imagem 3 – Artigo editorial comemorando o aniversário do movimento de 31 de março de 1964.



Fonte: ANIVERSÁRIO da revolução. *Jornal Pequeno*, São Luís (Mara-

nhão), 31 de março de 1970, p. 1.

Abaixo da imagem do presidente general Garrastazu Médici, segue com os seguintes pronunciamentos:

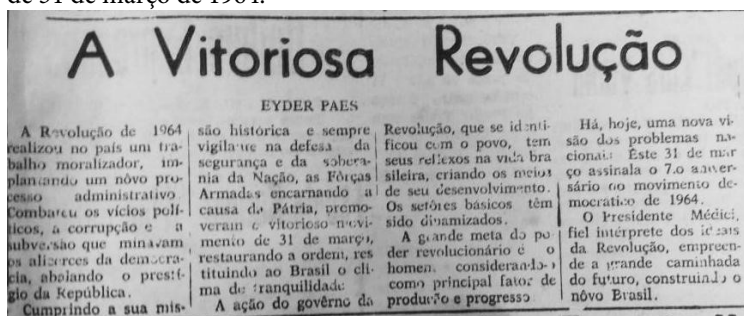
*Hoje é o aniversário da Revolução, que implantou no Brasil uma nova ordem política e administrativa. A agitação de rua, fomentada pelos agentes da subversão, intranquilizava o país, ameaçando a sobrevivência das instituições cívicas. A segurança do regime, a tranquilidade da nação corria grave risco. Tornava-se necessário defender a pátria do perigo comunista que deseja a derrocada da democracia. [...] As Forças Armadas decidiram, num rasgo de patriotismo, acabar com a desordem, imprimindo ao Brasil novos métodos de governo. A Revolução realizou uma obra moralizadora, dando combate à corrupção que tinha raízes em todos os setores da administração brasileira. Ai está o trabalho da Revolução nestes seis anos de esforços e de luta pela recuperação da vida política e administrativa brasileira, abrindo ao país os grandes caminhos do progresso.*⁸

As palavras-chave discorridas no texto “Aniversário da Revolução” de 1970, dentre elas, “implantou uma nova ordem”, “imprimiu novos métodos de governo” e “abriu caminhos para o progresso” podem ser analisadas quanto à perspectiva pela qual o *Jornal Pequeno* entendia, após alguns anos, a ideia de “revolução democrática”. Ou seja, para o periódico, não se tratou apenas de uma restauração da política; pelo contrário, a “revolução” trouxe consigo novas transformações nas estruturas econômicas e sociais dos brasileiros.

No ano seguinte, outro discurso é lançado nas folhas do *Jornal Pequeno*, na mesma data que se comemorava o aniversário da Revolução:

8. ANIVERSÁRIO da revolução. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 31 de março de 1970, p. 1. (*Grifos meus*).

Imagem 4 – Texto do jornalista Eyder Paes enaltecendo a Revolução de 31 de março de 1964.



Fonte: EYDER, Paes. *A Vitoriosa Revolução*. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 31 de março de 1971, p. 8.

“A Revolução Vitoriosa” ou “A Vitoriosa Revolução”, em ambas as formas a palavra “vitoriosa” continua na sua classe de adjetivo. A inversão da ordem, neste caso, não muda a classe gramatical. Porém, é sabido que “Revolução”, como substantivo, altera seu sentido de acordo com seu adjetivo. Caso o jornal apresentasse como título a primeira ordem, “A Revolução Vitoriosa”, teria como intuito dizer que foi uma “Revolução” que venceu. Na segunda ordem, “A Vitoriosa Revolução”, o título é bem mais ideológico, traz uma intencionalidade, dá ênfase positiva, gloriosa ao movimento de 1964. “A Vitoriosa Revolução” significa que foi uma ação que teve e continuava tendo seus méritos, como escreveu Eyder Paes: “O Presidente Médici, fiel intérprete dos ideais da Revolução, empreende a grande caminhada do futuro, construindo o novo Brasil”.⁹

Nos jornais de São Luís que apoiavam o regime civil-militar, ou pelo menos inicialmente aceitaram a ação conjunta entre civis, principalmente da classe média e alta, empresá-

9. EYDER, Paes. *A Vitoriosa Revolução*. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 31 de março de 1971, p. 8.

rios, militares e liberal-conservadores, para realizar uma revolução sociopolítica visando restaurar a nação, observou-se uma relutância, especialmente até o final de 1967. Nesse período, ainda persistia a ideia, implantada na sociedade, de que se iniciava uma Ditadura Militar com a queda de João Goulart. Essa resistência se manteve mesmo antes da explosão do Ato Institucional n.º 5 (AI-5).

Até recentemente, ainda há muita discussão sobre o início do período ditatorial no Brasil, questionando se começou com a saída de João Goulart ou apenas a partir de 1968. Para Ronaldo Couto,

[...] muitos militares não aprovam o uso do termo “ditadura” para designar o regime vigente no período 1964-1985. Argumentam que o Congresso funcionou a maior parte do tempo, que o Judiciário não foi paralisado, que houve eleições, inclusive para presidente da República, apesar de indiretas. [...] Mas o fato é que, acima de aparências ou correções efetuadas, houve mesmo ditadura. Todo o tempo. Mais ou menos rígida ou repressora ou autoritária.¹⁰

Anos posteriores, especificamente em 2014, o historiador Marco Antonio Villa, publicava uma pesquisa *Ditadura à Brasileira – 1964-1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita*, que logo se tornaria um apanhado de críticas, principalmente da esquerda. Isso porque, para Marco Villa, “o regime militar brasileiro não foi uma ditadura de 21 anos”.¹¹ Só este trecho já seria o suficiente para caracterizar uma “guerra” daqueles que vivenciaram na pele o Estado-nação nas mãos dos presidentes militares. E como se não bastasse ter a coragem

10. COUTO, Ronaldo Costa. *História Indiscreta da Ditadura e da Abertura - Brasil 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 33.

11. VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à brasileira - 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita*. São Paulo: Leya, 2014, p. 11.

pronunciar esta frase em meio a uma historiografia clássica e contemporânea que a política ditatorial não teve seus inícios em abril de 1964, conclui afirmando: “não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5), com toda a movimentação político-cultural que havia no país. Muito menos aos anos 1979-1985, com a aprovação da Lei de Anistia e as eleições diretas para os governos estaduais em 1982”.¹²

Contudo, afastando-nos do campo de disputa acadêmica entre historiadores e outros intelectuais que buscam definir com precisão as formas da ditadura no Brasil, baseados no conceito original e histórico, tornam-se evidentes os posicionamentos que celebram o aniversário da “revolução”. Esses esforços visam enaltecer os caminhos percorridos pelos militares-políticos, que, até então, se dedicavam a combater corrupções e desordens cívicas e morais. Não podemos ignorar os discursos que distorciam a imagem dos objetivos da “revolução”, a menos que optemos por interpretar apenas um lado da história.

Em 1979, ainda considerado como auge da repressão e o período mais exato de definição de uma ditadura militar no Brasil, o *Jornal Pequeno* lançava vários artigos questionando o sistema político e mais uma vez falando sobre a “revolução”.

João Malato, integrante da redação do *Jornal Pequeno*, não acreditava mais no cunho ideológico do projeto revolucionário outorgado pelas Forças Armadas e impulsionado pelos liberal-conservadores. Segundo este jornalista, no artigo “Mordomias – fruto podre da revolução de março”:

Já disse que a Revolução de março fracassou por que não teve a necessária grandeza moral de acabar com a corrupção. [...] Mordomias, é o que se pode classificar como o requinte da corrupção. A primeira vez que ela foi identificada, embora já

12. *Ibid.*, p. 11.

existisse há alguns anos, foi ainda no governo Geisel, quando vários, senão todos os ministros, foram acusados de despendere enormes somas dos dinheiros públicos com gastos nas suas respectivas cozinhas.¹³

As corruptibilidades e as ações consideradas antidemocráticas nos projetos dos presidentes militares, tanto anteriores a Ernesto Geisel como posteriores a este, foram debatidas e divulgadas nos principais jornais das capitais do Brasil, bem como em obras acadêmicas que estavam sendo produzidas.

Aliás, há toda uma contradição de defesas e ataques contra a gestão dos generais na Política Executiva. Enquanto que para muitos pesquisadores o período de 1964 a 1985 carregou em todos os estágios presidenciais formações ilícitas e de repressão, para outros, é necessário sair do estado de emoções e de feridas abertas, como se ainda vivesse dentro do contexto civil-militar, e julgar com objetividade os modelos econômicos e políticos.

A corrupção na política dos generais descrita pelo *Jornal Pequeno*, em 14 de março de 1979, foi debatida poucos anos depois nas obras consideradas de cunho jornalístico-investigativo, do grande economista e escritor, José Carlos de Assis, em seus três famosos livros: *A Chave do Tesouro, anatomia dos escândalos financeiros no Brasil: 1974/83* (1983), *Os mandarins da República* e *A dupla face da corrupção*, ambos de 1984.

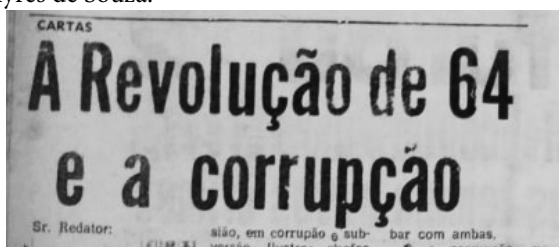
Segundo José Carlos de Assis, o regime civil-militar não escapou de vastos casos de corrupção, muitos dos quais foram encobertos ou de alguma forma tentaram ser ocultados. Em seus livros, o autor comenta os atos ilícitos envolvendo várias empresas e empreiteiras, como o Grupo Delfim, a Co-roa-Brastel, a Luftalla, entre outras. Um exemplo é a Luftalla,

13. MALATO, João. Mordomias – fruto podre da revolução de março. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 14 de agosto de 1979, p. 6.

que, durante o período de Ernesto Geisel em 1977, foi alvo de denúncias de desvio de dinheiro público para resgatar a construtora (então pertencente ao sogro de Paulo Maluf) e tirá-la do estado de falência.

Sobre a construtora Luftalla, o redator Sylvio Ayres de Souza publica no *Jornal Pequeno*, na edição de 1982, o seguinte artigo:

Imagem 5 – Os resultados do *processo revolucionário* na análise de Sylvio Ayres de Souza.



Fonte: SOUZA, Sylvio Ayres de. A Revolução e a corrupção. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 31 de março de 1982, p. 2.

A narrativa de Sylvio Ayres tem como teor uma severa crítica à “Operação Limpeza”, defendida pela classe político-militar e empresarial. Nas palavras do narrador, nada mudou depois do Golpe de 31 de março, apenas trouxe para o país uma perseguição subversiva aos que se colocavam contra a ditadura dos presidentes generais. O que era para ser um dinamismo de combate para acabar com as parcerias ilícitas entre políticos e instituições privadas, acabou formando outro tipo de estrutura de corrupção dentro do Estado. Ou seja, além da coalizão entre esses dois setores, contavam também com o auxílio dos chefes das Forças Armadas para arquitetar projetos públicos com a finalidade de desvio de dinheiro.

Assim afirmou Sylvio Ayres:

A Revolução de 64 – “a Redentora” – poderia haver “passado a limpo” este País. Poderia extinguir ou pelo menos reduzir ao mínimo aceitável a corrupção, um dos mais perniciosos dos muitos males [...].

Falou-se muito na ocasião, em corrupção e subversão. Ilustres chefes militares afirmavam com ênfase que a subversão era oriunda da corrupção. O grau, porém, de corrupção que se instala neste País, de 64 pra cá, não encontra paralelo em qualquer outra época da nossa história.

O escândalo Lufta, a compra da Companhia Light, os “negócios especiais” do Grupo Quatro Rodas, do IBC, do Banco Econômico, da CEE, só para citar os maiores ou mais escandalosos, deixam-nos convictos de que muitos outros de igual ou menor vulto haviam ocorrido e estejam sob sigilo de tal modo rigoroso, que jamais virão à tona.¹⁴

Os casos Delfin e Coroa-Brastel foram os desvios financeiros envolvendo os ministros Delfin Neto e Ernane Galvêas, Mário Andrezza, e outros. Nas palavras do economista e escritor José Carlos de Assis, os político-generais penetraram “no sistema financeiro e nele engordou seus conglomerados fraudulentos, para explodir posteriormente em escândalos”.¹⁵ O presidente general Ernesto Geisel – que teria sido escolhido para dar continuidade aos chefes militares no comando do Poder Executivo –, chegou a dizer para seu amigo de confiança, o almirante Floriano Faria Lima (ex-governador do Rio de Janeiro), quando este lhe perguntou: “o senhor acha que é a hora para fazer a abertura? Ele me respondeu: É. Porque a corrupção nas Forças Armadas está tão grande que a única solução para o Brasil é fazer a abertura”,¹⁶ não escondendo a

14. SOUZA, Sylvio Ayres de. A Revolução e a corrupção. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 31 de março de 1982, p. 2.

15. ASSIS, José Carlos de. *A dupla face da corrupção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 33.

16. Este diálogo do ex-presidente Ernesto Geisel foi lembrado pelo almirante

não concretude do *processo revolucionário* e enfatizando que o objetivo principal era realizar uma limpeza na sujeira que permeava as instituições.

É evidente que discursos que se opunham à ordem política central – ou, como os militares diziam, “jornais subversivos ao progresso” – não seriam permitidos pela classe político-militar para circular livremente na sociedade sem ações contrárias. Mal as notícias caíam nas mãos do público-leitor de São Luís que o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) se fazia presente na porta da sede do *Jornal Pequeno*, como foi registrado:

Às 4h da madrugada, diariamente um Jeep da Polícia Federal pára à nossa porta para apanhar 4 exemplares de *Jornal Pequeno*, os quais, bem cedo, chegam ao Palácio do Planalto, para o exame por parte das autoridades da República.

Isso equivale a dizer que, logo mais, o Presidente João Baptista Figueiredo vai saber como é que os arenistas do Maranhão agem com relação ao apelo que fez a toda a nação pedindo economia no consumo de combustível [...].¹⁷

Para o periódico *Pequeno*, a ditadura civil-militar seria responsável não apenas pelos atos ilícitos na gestão pública, mas também pela onda de pessoas desaparecidas, principalmente intelectuais e políticos. É o que relata, em 26 de agosto de 1979, no título “Concentração Política na Igreja São João”: “O Comitê Brasileiro pela Anistia – seção do Maranhão e o secretário arquidiocesano – promovem hoje às 18h um ato litúrgico na Igreja de São João em memória dos brasileiros mortos

Floriano Faria Lima no depoimento concedido a Ronaldo Couto, em 2 de fevereiro de 1995. COUTO, Ronaldo Costa. *op. cit.*, 1998, p. 150.

17. INTRANSIGÊNCIA continua. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 25 abril de 1979, p. 1.

e desaparecidos a partir de 1964”.¹⁸ Ainda sobre esta causa, o *Jornal Pequeno* chega a dizer que foram vítimas de atos terroristas, como descreve:

Nós viúvas, órfãs, parentes e amigos das vítimas do Terrorismo, após vermos tanta campanha insidiosa para anistiar marginais e assassinos que deixaram ao desabrigo centenas de famílias, nos sentimos na obrigação de lembrar ao povo e às autoridades que também existimos.

Como se sentiria você, cidadão, se o seu marido, pai, filho ou irmão, fossem covardemente executados e os assassinos apresentados, como estão sendo, com heróis e patriotas?

O fato de alegarem que o crime cometido foi por “motivos políticos” não devolve a vida dos nossos entes queridos, porque não é motivo sim crime em si, que mata.¹⁹

Se no velho coronelismo – na então República Velha – usavam-se os recursos de apadrinhamentos, mandonismo-clientelista e práticas de trocas de favores para positivar a imagem política do presidente da República, como exemplo, os acordos entre política estadual e política central (como ganho desta relação, o presidente da nação assegurava a permanência do grupo/família oligárquica no seu estado), nas décadas do regime civil-militar tais mecanismos já não faziam mais tantos efeitos, embora não significa dizer que tais recursos foram totalmente extintos. A relação próxima entre governadores e presidente da República, claro, quando comungavam do mesmo projeto político, continuavam bem firme.

Os presidentes gerais, para angariar uma boa imagem de sua atuação perante a sociedade ou fazer com que os líderes políticos municipais, os deputados, os senadores os represen-

18. JORNAL PEQUENO. São Luís (Maranhão), 26 de agosto de 1979, p. 8.

19. MANIFESTO do comitê das vítimas dos terroristas. *Jornal Pequeno*, São Luís (Maranhão), 26 de agosto de 1979, p. 6.

tantes de cada estado e os próprios governadores estaduais se aliassem ao projeto da Política Central, exigiam novas envergaduras dos donos do poder. Os canais de rádio, as emissoras televisivas e os jornais impressos foram usados como verdadeiras máquinas bem eficientes de combate por espaços na política, e, diga-se de passagem, os verbos “ler”, “ouvir” e “assistir” (para a classe elitizada que detinha recursos financeiros para adquirir um aparelho televisivo, considerado luxo no lar brasileiro) caíram como luvas neste sistema político.

Em momentos decisivos, esses foram os melhores meios que políticos e empresários encontraram para propagar ideias, produzir discursos ideológicos de politização e até mesmo enviar recados inflamados aos adversários.

Corpo e história: O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de Gilberto Freyre¹

A proposta deste capítulo é discutir, a partir da obra *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, publicada em 1963 por Gilberto Freyre (1900-1987), o tema do corpo negro escravizado na história brasileira. Parte de um estudo mais amplo no âmbito do Doutorado em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o texto tem como objetivo central, a partir de uma metodologia típica da história intelectual intitulada de “leitura internalista”, compreender como os corpos escravizados nos anúncios de jornais podem ser identificados como forma de observar as relações entre senhores e escravizados negros no Brasil oitocentista. Da obra, destaco particularmente dois pontos: pri-

1. O presente texto é uma versão quase sem alterações do trabalho que se encontra em: *Corpo e História em “O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX (1963), de Gilberto Freyre”* In: III Seminário sobre Histórias Conectadas do Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes, 2023, São Luís. *Anais do III Seminário de Histórias Conectadas do Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes*. DORNELLES, Soraia Sales; COUCEIRO, Luiz Alberto Alves; MACHADO, José Haroldo Matos (orgs.). São Luís: EDUFMA, 2023. p. 68-74.

meiro, a grande ênfase que Freyre deu aos jornais como fontes históricas que seriam tão ou até mais importantes do que outros documentos históricos, numa época em que parte da historiografia brasileira ainda não se utilizava desse rico material histórico. Segundo: enfatizo, principalmente, como o corpo deformado, marcado, supliciado era indicativo de uma forma bastante particular de Freyre de entender as “características da personalidade e as formas de corpo” de negros e mestiços, que só poderiam ser historicamente compreendidas quando remetidas a relações sociais mais amplas. Sobre a importância dos jornais, destaco a citação:

Mais do que isto: a análise sistemática de anúncios relativos a escravos nos jornais brasileiros do século passado veio permitir chegar-se a importantes conclusões ou interpretações de caráter antropológico quer psicossomático, quer de todo cultural, à base das descrições oferecidas das figuras, falas e gestos de negros – ou mestiços – à venda e, sobretudo, fugidos: altura, formas de corpo, pés, mãos, cabeças, dentes, modos de falar, gesticulação, doenças.²

A história da escravidão negra no Brasil é um campo de investigação bastante variado em termos de perspectivas teóricas e de abordagens metodológicas. Gilberto Freyre (1900-1987), em várias de suas obras, tematizou a escravidão negra de maneira bastante peculiar. O aspecto inovador e as polêmicas de sua interpretação da escravidão ainda são questões que suscitam debates em torno da história do pensamento social brasileiro. *Casa-grande & senzala* – publicado em 1933, por

2. FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*: Tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de característicos de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado. 2 ed. São Paulo/Recife: Companhia Editora Nacional/Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979. p. XIV.

Freyre – é, sem dúvida, um divisor de águas no pensamento sobre a formação social brasileira ao criticar, diretamente, o duplo determinismo geográfico e racial que operava com força no pensamento sobre o Brasil desde o final do século XIX.³

A tese da escravidão “benigna”, que apareceu já em sua dissertação de mestrado na Universidade de Colúmbia,⁴ em 1922, ganhou novos desdobramentos no livro de 1933. A concepção de que houve relações mais “amistosas” entre a família patriarcal e a escravidão doméstica, conforme a interpretação de Freyre, deram sustentação para que os críticos de suas ideias, tais como Florestan Fernandes (1920-1995), o enxergassem como um dos autores que defendiam a ideologia da democracia racial.

Sobre a forma idealizada e até romantizada da interpretação de Freyre sobre a escravidão negra doméstica, existe uma bibliografia extensa. Muito se escreveu e pesquisou sobre a obra de Freyre dos anos 1930 e da associação de seus livros com o mito da democracia racial. Diante disso, o tema da pesquisa busca um olhar diferente em relação à obra do autor. O foco do presente trabalho é apresentar e discutir o tema do corpo na história a partir da obra publicada em 1963 intitulada: *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*: Tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de características de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado. É um livro singular no interior da obra de Freyre. O texto seria o precursor de um campo novo da Antro-

3. ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 28.

4. FREYRE, Gilberto. *Vida social no Brasil nos meados século XIX*. 2. ed. Trad. Waldemar Valente. Rio de Janeiro/Recife: Artenova/Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1977. [Originalmente publicado em inglês, em 1922].

pologia, intitulado por ele de “anunciologia”, que estaria dentro de uma microsociologia em desenvolvimento no Brasil.⁵ É uma forma de entrada na obra do autor que tenta entender um tema pouco explorado: a questão do *corpo como uma superfície de inscrição dos acontecimentos*⁶ históricos. No caso, o corpo supliciado do escravo negro no Brasil oitocentista.

Corpo e história de escravizados negros no Brasil, por Gilberto Freyre

Antes de tudo, cabe enfatizar a diferença entre o corpo e as suas carnes. Um corpo não é as suas carnes. A despeito do histórico uso simbólico das carnes mortas por parte dos grupos no poder, muitas vezes despedaçadas, degoladas, para “servir de exemplo”,⁷ um corpo é um conjunto de inscrições e marcas simbólicas, que, mesmo estando nas carnes (corpos tatuados, mutilados ou escarificados, por exemplo), é outra coisa. O corpo do sujeito escravizado não era apenas seu dorso, seus músculos, suas marcas, sua estrutura óssea – era muito mais que isso. Os símbolos de sua condição social e de sua posição na hierarquia dos corpos – sim, existiu e existe uma hierarquia dos corpos em que o corpo branco e vestido com determinado tipo de roupa está no topo – estavam presentes nos corpos coxos, sem um olho, com marcas de castigos, com trejeitos específicos dos escravizados negros analisados por Freyre.

Cabe mencionar, ademais, que a maior parte da historiografia ocidental foi pouco atenciosa ou mesmo condescen-

5. Conforme o próprio Freyre insinuou em: FREYRE, Gilberto. Uma microsociologia em desenvolvimento no Brasil: a análise e interpretação de anúncios de jornais. *Ciência & Trópico*, Recife, n. 1, v. 1, p. 7-22, 1973.

6. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 22.

7. A História da Violência no Brasil ilustra vários exemplos de corpos supliciados ao longo da história brasileira, tais como Tiradentes, Lampião, os detentos do Carandiru, etc.

dente com o corpo humano. As descrições contidas nos textos dos historiadores que narraram os “grandes feitos dos grandes homens” nas suas imortais batalhas, geralmente, viraram as costas para a materialidade dos corpos vazados, sangrentos, cortados, decepados e jogados ao chão ou no fundo dos rios nos teatros das operações militares que rendiam a vitória ou a derrota de um líder conquistador.⁸ Seria a Antropologia [histórica] que colocaria o corpo como um espaço privilegiado da manifestação da cultura. O campo da antropologia do corpo, campo esse comumente associado ao autor francês David Le Breton,⁹ assim como algumas das análises de Michel Foucault,¹⁰ em *Vigiar e Punir* (1975), formam caminhos precursores dessa aproximação entre corpo e história.

O texto de Freyre pode ser tomado como precursor desse campo da antropologia do corpo no Brasil. Seria mais um dos pioneirismos de Freyre – pioneirismos esses que ele nunca deixou de enfatizar. É notório que a relação entre corpo e história é um tema que já tinha aparecido nas suas obras da década de 1930. Era principalmente o corpo escravizado negro sob o signo do erotismo, o “escravo na vida sexual e de família brasileira”, conforme os Capítulos 3 e 4, conhecidos de *Casa-grande e senzala*. Então, o que haveria de novo na obra *O escravo nos*

8. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O passado, como falo?: o corpo sensível como um ausente na escrita da história. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história*. Ed. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 39-41.

9. BRETON, David Le. *Anthropologie du corps et modernité*. Paris, PUF. 1990. Percebam que o texto de Breton é de 1990 e o de Freyre é de 1963, o que pode nos levar a questionar o pioneirismo de Breton no campo da antropologia do corpo.

10. É ilustrativo o primeiro capítulo da primeira parte do livro, intitulado “O corpo dos condenados” em que a descrição do suplício de Damiens mostra como o corpo e a história são aproximados na análise de Foucault. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 20. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de 1963?

Acredito que, em dois sentidos, podemos indicar a forma como a relação corpo-história foi abordada de maneira inovadora no que concerne às obras anteriores: o *manuseio sistemático dos jornais como fontes privilegiadas*, sobretudo os *anúncios* de compra, venda e, principalmente, nas descrições pormenorizadas dos corpos dos escravizados que fugiam, para o estudo da história do corpo. E o *corpo supliciado e marcado como um símbolo do caráter violento da escravidão*, o que vai paradoxalmente contra a perspectiva de uma escravidão “benigna” defendida pelo próprio Freyre, ou seja, o texto, aparentemente, contradiz uma tese corriqueiramente associada ao autor.

A historiografia da escravidão é um campo de investigações privilegiado para a história do corpo, conforme o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior:

Como a escravidão foi um regime de trabalho que insidia diretamente sobre os corpos, que implicava a compra e a venda de corpos, avaliados como mercadorias, tratados diretamente como ferramentas, como meios de produção, sujeitos a serem marcados, tatuados, escarificados, torturados, algemados, chicoteados, mutilados, a historiografia da escravidão é uma das poucas historiografias que tratam do corpo [...].¹¹

É interessante a citação para apontarmos como o campo da história da escravidão é particularmente fértil para abordar a relação entre corpo e história. O corpo marcado pelo signo da violência. Outro tema importante da história da escravidão: a violência. O texto de Freyre é permeado pela violência; no entanto, não se trata de um conteúdo que “esconde” o corpo violentado nas estatísticas, como frequentemente ocorre em parte da sociologia da violência, assim como em uma parcela

11. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *op. cit.*, 2019, p. 47.

significativa dos textos sobre história da violência.

Sobre o primeiro sentido que destaco, Freyre afirmou que os anúncios de jornais são fontes históricas tão dignas como qualquer outro documento. As marcas dos corpos e sua descrição, o mais precisa possível, contida especialmente nos anúncios de fuga, eram mais do que apenas descrições com o objetivo de ajudar na captura do escravizado. Eles seriam fontes para problematizarmos o aspecto sádico e violento da sociedade oitocentista, de como o corpo negro escravizado era um objeto de manifestação da violência gratuita, além do mais, era um componente central da estrutura patriarcal.

Afinal,

Para se integrarem nos papéis ou nas funções que deviam desempenhar nesse sistema, escravo e menino precisavam de ser disciplinados, assimilados e educados pelos brancos e pelos adultos à maneira da época, que era uma maneira da qual ninguém concebia que estivesse ausente a palmatória ou o chicote; o castigo que doesse no corpo; a punição cruamente física.¹²

O corpo supliciado marca a sua posição social. A disciplina dos corpos escravizados negros era essencial ao sistema de dominação. Aqui, chama a atenção também o conceito de integração, que é tão caro à sociologia durkheimiana. Uma influência teórica pouco enfatizada pela bibliografia sobre as raízes do pensamento de Gilberto Freyre, que insiste – não sem certa razão – em enfatizar a interferência da antropologia cultural de Franz Boas, com algumas exceções, sem dúvida, tais como o texto de Sebastião Vila Nova.¹³

12. FREYRE, Gilberto. *op. cit.*, 1979, p. LII.

13. Operaria no pensamento freyriano ao menos quatro posições teóricas: 1. Positivista francesa, durkheimiana; neokantiana, germânica, weberiana; materialista-dialética e a pragmática, norte americana da Escola de Chicago. VILA NOVA, Sebastião. *Sociologias & pós-sociologias em Gilberto Freyre*: al-

O patriarcado, a interpenetração de etnias e culturas e o trópico formavam o triângulo da interpretação sobre a formação social do Brasil na perspectiva de Freyre.¹⁴ O segundo ponto desse triângulo é impossível de ser compreendido sem mencionarmos a miscigenação histórica, formadora de uma sociedade multirracial nos trópicos. O negro escravizado foi fundamental nesse processo, o que nos remete novamente ao tema da escravidão e da violência que a marcava. Que marcava os corpos. O sistema, longe de ser apenas compra, venda, tabelas, estatísticas, “modo de produção” e outras abstrações, afetava profundamente os corpos dos sujeitos. A integração do negro na sociedade colonial patriarcal e na sociedade imperial já semipatriarcal – conforme Freyre – forçava seus corpos ao máximo. Deixar o escravo manco, cortar-lhe a orelha, marcar suas costas com chicote ou ferro quente, tirar-lhe um dedo da mão ou do pé, tudo isso permitia sua melhor localização quando ocorria a fuga.

Sobre isso, um anúncio extraído do texto de Freyre é, particularmente, significativo:

Escravos Fugidos.

ATENÇÃO.

Fugio desde o dia 13 de agosto do corrente anno o escravo Luiz, com os signaes seguintes: alto e bem feito de corpo, tem dentes limados e perfeitos e o dedo mínimo do pé cortado; quando fala com medo é bastante gago. Este escravo é natural do Sobral e ha toda certeza que seguio para dito lugar por terra. Pede-se portanto a sua apprehensão a qualquer pessoa, que será bem recompensado; a entender-se com o seu senhor na rua Direita n. 112,

gumas fontes e afinidades teóricas e metodológicas do seu pensamento. Recife: Núcleo de Estudos Freyrianos: FUNDAJ; Editora Mssangana, 1995, p. 15.

14. FREYRE, Gilberto. *Como e porque sou e não sou sociólogo*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1968, p. 145.

ou na rua de Apollo n. 43, armazem de assucar.¹⁵

“Alto”, “bem feito”, “dentes limados e perfeitos”, “dedo mínimo cortado” e “gago”. São descrições que formam uma representação bastante precisa dos corpos escravizados que fugiam. Para o escravizado fugitivo, suas marcas denunciavam sua origem e poderiam ser a causa de sua recaptura por parte de alguém que o avistasse. Suas marcas o traíam, na maioria das vezes. As fugas ocorriam pelos motivos mais variados, o mais óbvio era a fuga da violência. Fuga que poderia ser não para a vida no quilombo, mas para a vida menos indigna com outro senhor. Houve casos de fuga de escravizados de uma fazenda para outra, em busca de um senhor que não fosse tão carrasco e cruel. Nem mesmo os aleijados deixavam de tentar fugir desesperadamente dos senhores.

Para estes, a fuga era aventura ainda maior que para os normais - os de estatura mediana ou elevada, dentes inteiros, pés e mãos grandes, cor fula, lábios grossos, secos de corpo. Aliás, a predominância entre os negros fugidos, nos anúncios de jornais que venho examinando, dos indivíduos altos e secos de corpo, é expressiva. Expressiva, sobretudo, do ponto de vista da constituição psicossomática de indivíduos que se revelaram, com as suas fugas, aventureiros e até audazes.¹⁶

A aventura da fuga de aleijados e outros, considerados ainda mais “anormais” na hierarquia material e simbólica dos corpos escravizados, pode ser indicativa do drama que era ser escravo no Brasil no século XIX. O corpo supliciado também era o corpo marcado/atravessado pelas formas de se estabelecer o controle sobre os subalternos. Uma história da violência, uma história da escravidão não pode desconsiderar o corpo,

15. *Ibid.*, p. 6.

16. *Ibid.*, p. 36.

a materialidade dos sujeitos na ordem social. Aparentemente, Gilberto Freyre, ao analisar os anúncios de jornais brasileiros do século XIX, teve o mérito de entender essa necessidade.

Considerações finais

Este ensaio é parte de uma pesquisa de doutoramento em curso na área de História Intelectual, com o tema voltado para a obra de Gilberto Freyre. Ao analisar a forma como corpo e história estão tematizados no livro *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros no século XIX* (1963), minha intenção foi apresentar como uma história do corpo escravizado pode ser escrita a partir dos anúncios de compra, venda e, sobretudo, de fuga de escravizados. Uma história dos corpos escravizados, de suas marcas, que seriam “característicos de sua personalidade”.

A historiografia – como já mencionei – nem sempre deu atenção ao corpo. A Antropologia, por seu turno, e a antropologia histórica de Gilberto Freyre, em particular, deu e vem dando mais ênfase à questão do corpo na história. Como apontou o antropólogo Michael Jackson, o *corpo é onde a subjetividade está localizada*.¹⁷ Se aceitarmos essa noção, podemos compreender a ideia de Freyre ao analisar os característicos da personalidade dos escravizados dos anúncios de jornais do Brasil oitocentista como um esforço pioneiro no campo da história do corpo no Brasil.

Os corpos marcados pela violência implicariam em perceber o aspecto sádico da subjetividade dos senhores. Que o sistema escravocrata brasileiro era violento, isso a historiografia da escravidão não cessa de enfatizar. Gilberto Freyre, apesar das teses sobre a “benignidade” da escravidão negra doméstica

17. JACKSON, Michael. *Paths Toward a Clearing. Radical Empiricism and Ethnographic Inquiry*. Bloomington: Indiana University Press, 1989.

do período colonial, no texto que analisei, aparentemente vai contra suas próprias ideias. Pois o que um leitor atento consegue compreender com o seu livro é a violência sistemática que incidia sobre o corpo do escravizado. Um corpo supliciado, com marcas nas carnes, que indicavam sua origem africana, suas marcas de nação, seus corpos escarificados, sua rebeldia.

O corpo na história, no livro *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX* (1963), é seguramente um corpo violentado. Porém, os anúncios não deixam de serem janelas para se observar uma sociedade hierarquizada, em que o patriarcalismo “benevolente” – segundo Freyre – funcionava, tendo a violência como forma de manter uma distância entre os corpos. O corpo branco batia e mutilava, o corpo negro era marcado e resistia. Tudo isso acontecendo nos trópicos. Tudo isso e muito mais descrito nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX.

A guerra nas páginas do *Diário de Pernambuco*: o ataque alemão à Polônia (1939)¹

Banir a guerra? Os europeus nunca acreditaram que a liberdade, a justiça ou qualquer outro valor universal possa servir de norte para a política externa das nações. Eles sempre curvaram-se ao primado do interesse nacional.²

As guerras foram eventos históricos que tiveram presença importante na imprensa. Nos períodos de conflito militar generalizado, as notícias de declarações de guerra, das batalhas, da assinatura de armistícios ou de rendições, tomaram as páginas da maioria dos jornais de grande circulação. A força da imprensa vem historicamente sendo utilizada pelos governos de países beligerantes, dentre outras formas, para fortalecer o sentimento de resistência nacional ou para desmoralizar

1. O presente texto é uma versão quase sem alterações do trabalho que se encontra em: A guerra nas páginas do *Diário de Pernambuco*: o ataque alemão à Polônia (1939). In: XXII Semana de História - UFG. Raça, Racismo, Antirracismo, 2023, Goiânia. *Anais XXII Semana de História*. Goiânia: UFG, 2023, p. 554-564.

2. MAGNOLI, Demétrio (orgs.). *História das guerras*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 9.

o inimigo estrangeiro, por exemplo. A presença da temática da guerra nos periódicos foi um fato marcante da história da imprensa do século XX, tornando-se uma fonte histórica valiosa para a compreensão de como os conflitos são narrados e representados, sendo enquadrados em certas estratégias discursivas, a partir das ideologias e posicionamentos políticos dos jornais na forma de notícias. A invasão alemã e soviética à Polônia foi um evento amplamente coberto pela imprensa brasileira. Dos vários jornais do período, nossa investigação teve como material de análise as edições do periódico *Diário de Pernambuco* no ano de 1939.

A história do jornal *Diário* se confunde com a história da imprensa no Brasil. Fundado em 1825, foi um dos primeiros periódicos que surgiram no país, sendo o mais antigo jornal ainda em circulação na América Latina.³ Suas páginas ao longo de sua longa história são uma fonte de informação importante e privilegiada, repletas de assuntos que interessam à pesquisa histórica. A política internacional e os conflitos militares não foram assuntos ausentes nas páginas do periódico pernambucano.

Nesse sentido, o clima de tensão no continente europeu durante a década de 1930 foi um tema muito presente no periódico. As crescentes ameaças de agressão militar das potências fascistas, que aumentaram a crise diplomática na Europa naquele período, até a eclosão da guerra em 1º de setembro de 1939, figuraram nas páginas do jornal editado na capital pernambucana, sendo possível perceber, dentre outras coisas, como os eventos internacionais de grande repercussão e impacto foram objeto de reflexão por parte de um jornal da região nordeste de um país sul-americano, que não estava alheio à complicada e beligerante conjuntura geopolítica do

3. NASCIMENTO, Luiz. *História da imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. v. 1. Recife: UFPE, 1967.

continente europeu naquele período.

O uso da imprensa como fonte histórica é cada vez mais constante entre os historiadores. As metodologias em torno do uso de jornais quando da operação historiográfica são as mais variadas e fornecem ao pesquisador ampla gama de opções. É possível fazer história *dos, nos e por meio dos* periódicos, conforme expressão conhecida de Tânia Regina de Luca.⁴ A imprensa é um campo fértil para se perceber várias dimensões da vida social, proporcionando um conjunto variado de objetos de estudo. Temáticas ligadas à política, à economia, à cultura, às artes, etc., um arco quase incomensurável de dimensões da experiência humana no tempo, estão presentes nos jornais. Ao analisar as páginas dos periódicos, o historiador deve estar atento ao caráter polifônico das narrativas, as intencionalidades, as perspectivas ideológicas e as posições políticas assumidas ou veladas. Afinal, “todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu próprio filtro”.⁵

Com uma tiragem praticamente diária, o *Diário* tematizou sobre variados assuntos no que concerne à política internacional europeia. Apesar de ser um jornal de circulação quase que exclusivamente regional, os eventos internacionais tiveram ampla cobertura. Nesse sentido, na primeira página da edição de 1º de janeiro de 1939, por exemplo, figuraram discussões em torno da crise europeia; existia uma perspectiva mais geral da linha editorial de que uma outra guerra era improvável, as expectativas eram de paz: “Reduziram-se, consideravelmente, as exigências italianas – limitadas agora a um modesto progra-

4. LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Jaime. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

5. ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – Algumas considerações metodológicas. *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, n. 4, p. 89-102, 1985, p. 90.

ma de tres pontos – nenhuma concessão territorial [...]”.⁶ Não só em solo europeu uma outra guerra parecia muito difícil de ocorrer, como a guerra entre o Japão e a China, iniciada em 1931, com a agressão imperialista nipônica, parecia que teria um fim próximo: “Há possibilidades da guerra sino-japonesa terminar no anno que se inicia. As negociações de paz estariam na phase preliminar – [...]”.⁷ Expectativas essas que seriam frustradas pela escalada de violência e de agressão do império japonês na Ásia nos anos seguintes.

Ao longo dos meses que se seguiram no decorrer de 1939, as tensões entre Alemanha e Polônia só aumentariam, até que a agressão nazista teve início. “A situação manteve-se inalterada, até a hora em que este boletim está sendo redigido”.⁸ Era 3 de setembro de 1939, a invasão alemã ao território polonês, iniciada dois dias antes, desencadeava uma série de eventos imprevisíveis. O jogo da guerra se iniciava, “e nesse jogo, não ha quem sacrifique um real pelo futuro do sr. Hitler”.⁹ Mas não nos antecipemos.

Esta é uma história escrita a partir de um jornal. Fonte de informações, representações e discussões muito valiosa para a pesquisa histórica. Um jornal, como um veículo de informação e difusão de ideias, é produtor de ideologias, obedece a uma rede de interesses, está ligado a certos grupos políticos, é produto do social e intervém na vida política institucional e na discussão cotidiana, por meio de suas páginas, que são lidas, interpretadas, difundidas e criticadas pelos seus leitores.

Nesse sentido, tomando o jornal como fonte, podemos fazer a seguinte problematização: como a invasão alemã da Polônia foi presente nas páginas do *Diário de Pernambuco*?

6. *Diário de Pernambuco*, Recife, 1 jan. de 1939, p. 1.

7. *Diário de Pernambuco*, Recife, 1 jan. de 1939, p. 1.

8. *Diário de Pernambuco*, Recife, 3 set. 1939, p. 6.

9. *Diário de Pernambuco*, Recife, 3 set. 1939, p. 6.

Desde o início da invasão, até o colapso da resistência polonesa, o periódico retratou o evento de maneira peculiar.

Antes de tratar a peculiaridade dessas narrativas presentes no periódico, convém mencionar o contexto histórico do Brasil na época, sobretudo no que concerne à política institucional e suas relações com a imprensa. O país passava por uma ditadura intitulada de Estado Novo, instaurada mediante um golpe de Estado em 1937, que manteve Getúlio Vargas (1882-1954) na Presidência do país, cargo que ocupava desde o ano de 1930. Era um Estado de viés autoritário que, para alguns autores, é possível encontrar elementos fascistas.^{10 11}

Interessa mencionar a posição ambígua do governo de Vargas frente ao conflito na Europa iniciado em 1939, que deixava a posição brasileira em uma tênue linha entre a adesão e o conflito em relação ao bloco nazifascista. Ao menos no início das hostilidades, a posição oficial do governo brasileiro era de neutralidade. Havia, entretanto, vários membros do alto escalão do governo que eram simpatizantes do movimento nazista, assim como movimentos sociais organizados da sociedade civil, como a Ação Integralista Brasileira (AIB), que desde os primeiros anos da década de 1930 era uma das manifestações da ideologia fascista nos trópicos.¹² As relações comerciais e diplomáticas com os países do eixo Roma-Ber-

10. DUTRA, Eliane. *O Ardil Totalitário: ou dupla face na construção do Estado Novo*. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

11. SOUZA, Miguel Nicácio Oliveira. *O Discurso Político do Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 61.

12. Sobre a influência do nazismo no Brasil e sua infiltração em várias áreas, cumpre citar o importante trabalho de Ana Maria Dietrich (2007), no qual ela afirmou que o partido nazista brasileiro foi tolerado durante toda a década de 1930 pelo governo de Vargas, só cessando com a declaração de guerra com a Alemanha em 1942. DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo tropical? O partido nazista no Brasil*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

lim-Tóquio se manteriam até o Brasil entrar oficialmente no conflito, fato ocorrido somente em 1942, quando do afundamento de navios brasileiros na costa brasileira por submarinos alemães.

Essa ditadura em âmbito nacional produziu mudanças políticas na maioria dos estados brasileiros – e Pernambuco não ficou alheio. O estado nordestino vivia sob o governo do interventor federal Agamenon Magalhães (1893-1952), escolhido por Vargas para assumir o governo do estado. Naquela conjuntura política estado-novista, assim como a imprensa brasileira em geral,¹³ os jornais pernambucanos eram objeto de censura, tendo o *Diário de Pernambuco* e outros periódicos sido objeto de intervenção algumas vezes, da parte dos censores do governo estadual.¹⁴ Apesar da censura, a imprensa pernambucana da época não deixou de cobrir eventos internacionais importantes.

Dentre esses eventos, a campanha nazi-soviética na Polônia, que durou apenas surpreendentes 35 dias (de 1º de setembro de 1939 a 6 de outubro de 1939), figurou em muitas páginas do periódico. Durante aquele curto período, o *Diário de Pernambuco* deu ampla cobertura ao conflito, presente em todas as capas das edições o assunto. A movimentação das tropas alemãs, as esperanças na coalização franco-inglesa, a heroica resistência polonesa até o ataque soviético “à traição” das linhas polonesas – todos esses eventos figuraram nas páginas do periódico.

13. ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007.

14. NASCIMENTO, Luiz. *op. cit.*, 1967.

A guerra nas páginas do *Diário de Pernambuco*: o ataque alemão à Polônia (1939)

Quinta-feira, 30 de agosto de 1939: “Sinaes de alarme. VARSOVIA, 30 (UP) – Às 22 horas e 30 minutos as estações de rádio começaram a transmitir signaes de alarme contra bombardeios aereos”.¹⁵ Um dia antes da invasão alemã, o clima de tensão na fronteira alemã-polonesa era noticiado como de iminente conflito generalizado. Apesar do perigo, a agressão nazista teria de considerar o fato: “Tem a Polonia 2 e meio milhões de homens em armas”.¹⁶

As notícias do dia 30 de agosto faziam crer que a despeito do iminente ataque alemão na fronteira oeste da Polônia, as defesas polonesas iriam resistir bem às ameaças de Hitler em relação ao território polonês. A ideologia do espaço vital (*Lebensraum*) e o antissemitismo do regime nazista se somavam às ambições mais antigas do líder nazista, ambições que já se podiam ser percebidas no seu livro *Mein Kampf*, de 1927, haja vista “estar a Polônia”, segundo Hitler, “[...] completamente nas mãos dos franceses”.¹⁷ O ataque alemão à Polônia, isso é um fato conhecido que não custa reiterar, almejava a retomada do chamado “corredor polonês”, estreita faixa de terra (que passou a pertencer ao Estado da Polônia depois da Primeira Guerra Mundial) a qual passava pelo território alemão, separando a Prússia Oriental do resto da Alemanha, cujo porto de Dantzig era considerado uma afronta pelos nazistas.

Desde antes do ataque das primeiras horas do dia 1º de setembro, quando a marinha de guerra nazista (*Kriegsmarine*) iniciou o bombardeio ao corredor polonês, na altura

15. *Diário de Pernambuco*, Recife, 31 ago. de 1939, p. 1.

16. *Diário de Pernambuco*, Recife, 31 ago. de 1939, p. 1.

17. HITLER, Adolf. *Mein Kampf*. Verlag Franz Eher Nachfolger: München, 1927, p. 178.

Westerplatte, na cidade de Danzig, um conflito entre a Alemanha e a Polônia era um evento tido como inevitável. Os sinais mais claros disso ocorreram com o acordo celebrado entre nazistas e soviéticos em 23 de agosto de 1939. A assinatura do acordo entre o “Reich nacional-socialista e a União Soviética” causou um “estorrecimento” em toda a comunidade internacional europeia.¹⁸ Não foi apenas o governo polonês que ficou estorrecido; esse acordo representava um sério risco à soberania territorial polonesa. A assinatura desse acordo “teuto-soviético” efetivamente daria uma espécie de chancela para o exército alemão ocupar o corredor polonês em direção ao porto de Dantzig “amanhã”, ou seja, no dia 24 de agosto.¹⁹ Fato que não ocorreria.

Apesar da ameaça pairando sobre a fronteira polonesa, as garantias franco-inglesas pareciam que poriam termo às ambições nazistas na Europa Oriental. Essas garantias foram supervalorizadas no *Diário*, não só nas semanas antes que precederam o ataque, como também nas primeiras semanas após. Junto à perspectiva de uma resistência polonesa robusta, a ameaça de uma guerra em duas frentes, que era um pesadelo para o alto comando alemão, e a coalização dos exércitos francês e inglês, tornariam o ataque e uma possível invasão uma empreitada militar que o Reich de Hitler não estaria à altura. No entanto, essa percepção revelou-se um engano.

Engano esse de leitura da conjuntura internacional e de seus desdobramentos militares que se manteve mais ou menos com a mesma intensidade nas páginas do *Diário* até o colapso militar completo da Polônia, no dia 6 de outubro de 1939. Com o ataque soviético “à traição”, no dia 17 de setembro, as esperanças em uma heroica vitória polonesa eram cada vez menores.

18. *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 ago. de 1939, p. 2.

19. *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 ago. de 1939, p. 1.

Entre o dia 31 agosto e as primeiras horas da madrugada do dia seguinte, uma ofensiva em larga escala da Wehrmacht era tida como certa, fruto de um planejamento que ficou ainda mais nítido com a assinatura do pacto germano-soviético: “A Alemanha negocia, mas prepara a guerra. A ofensiva contra a Polônia está pronta a ser desencadeada em todas as frentes, desde a Prússia Oriental até a Eslováquia”.²⁰ Essa preparação nazista enfrentaria a tenaz e heroica resistência polonesa, resistência dos seus 2 e meio milhões de soldados.

Porém, a despeito da mobilização desses milhões de homens liderados pelo marechal Eduardo Śmigły-Rydz (1886-1941), chefe supremo do exército polonês em 1939, a incógnita Rússia Soviética no leste embaralhava as previsões, tornando a vitória da resistência polonesa bem mais incerta. Um eventual ataque duplo de alemães e russos, fazendo os poloneses lutarem em duas frentes, não era uma hipótese que deveria ser de todo descartada, afinal: “Quem nos dirá que ella [a URSS] não ataque também pelas costas?”.²¹ Questionamento que 18 dias depois seria confirmado.

Antes de um eventual ataque russo no leste, diante do iminente ataque nazista a oeste, restava para a Polônia esperar por uma possível grande ofensiva francesa na região do Reno, que aliviaria a frente polonesa, dando chances para uma resistência mais duradoura diante de um inimigo que era militar e economicamente muito superior. Todas as esperanças de vitória polonesas estariam depositadas nos seus aliados franceses e ingleses.

Ainda antes do ataque alemão, uma última tentativa de encontrar uma solução pacífica para evitar uma nova guerra

20. “O momento Internacional”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 ago. de 1939, p. 2.

21. “O momento Internacional”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 ago. de 1939, p. 2.

na Europa veio de duas monarquias europeias, interessadas em resolver a questão pela via diplomática, temerosas de um conflito generalizado que pudesse arrastá-las para a guerra. Holanda e Bélgica se puseram como árbitros internacionais para resolver a questão alemã-polonesa. Essa tentativa de mediação foi respondida pelo governo polonês: “É impossível qualquer acordo com os alemães”.²²

Cumprе enfatizar que a dificuldade de qualquer acordo por parte dos poloneses com os alemães não se devia apenas à crescente por causa da hostilidade aberta do regime nazista. Desde o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as relações entre os países não eram amistosas. Conflitos entre tropas paramilitares polonesas e alemãs chegaram a ocorrer na década de 1920. Nesse sentido, conforme Steven J. Zaloga, no livro *A invasão da Polónia: Guerra-Relâmpago*, o clima de tensão na fronteira entre a Alemanha e a Polónia era anterior ao nazismo:

A animosidade entre a Polónia e a Alemanha é anterior ao período de Hitler. Houve grandes combates entre formações paramilitares polacas e alemães entre 1918 e 1922 pelo controlo de zonas fronteiriças da Silésia e da Pomerânia, nas quais havia mistura de população alemã e polaca.²³

É interessante enfatizar que, ao contrário do que se pode imaginar em uma leitura superficial, a eclosão da guerra em 1939 não foi um acontecimento que deriva apenas da conjuntura política dos anos 1930. Desde o final da década de 1910, passando pelos anos 1920, que a situação na fronteira polaco-alemã era particularmente tensa. Entretanto, é evidente que ao longo da década de 1930, com a ascensão de

22. *Diário de Pernambuco*, Recife, 31 ago. de 1939, p. 1.

23. ZALOGA, Steven J. *A Invasão da Polónia: Guerra-Relâmpago*. Barcelona: Osprey Publishing Ltd, 2009, p. 8.

Hitler ao poder na Alemanha, a animosidade entre os dois países cresceu muito rapidamente, a ponto de o líder nazista defender abertamente extinção do Estado polonês por meio da guerra. O caminho para a expansão alemã rumo à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), inimigo declarado, era obstado pela Polônia, de modo que para concretizar as ambições nazistas de destruir os soviéticos, a Polônia deveria ser varrida do mapa europeu.

No decorrer de agosto de 1939, nas páginas do *Diário*, era claro um ataque alemão à Polônia. A salvação polonesa estaria nas mãos principalmente dos soldados e da artilharia francesa. A partir da Linha *Maginot* (conjunto de fortificações militares francesas na fronteira com a Alemanha) os exércitos franceses e os ingleses aliados poderiam lançar uma ofensiva de larga escala ao longo do Reno, que forçaria o recuo alemão no leste.

Todas as esperanças de vitória polonesas estariam depositadas nos seus aliados franceses e ingleses, sendo que entre estes últimos, principalmente o “honorable” primeiro-ministro britânico Neville Chamberlain (1869-1940), fizeram de tudo para que a guerra não acontecesse, de modo que “[a] história saberá apontar os verdadeiros responsáveis”.²⁴ Esse vaticínio pode ser melhor colocado substituindo o termo “história” por historiadores, e dentre estes, Eric Hobsbawm (1917-2012), que soube como poucos sintetizar o responsável pela Segunda Guerra Mundial: Hitler.²⁵

Nesse sentido, quando dos primeiros dias da campanha, o *Diário* retratava como certo um refluxo das tropas alemãs na Polônia, haja vista que um ataque francês em larga escala na frente oeste, assim como a certeza dos efeitos que os pe-

24. *Diário de Pernambuco*, Recife, 3 set. de 1939, p. 1.

25. HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

sados bombardeios aéreos ingleses sobre grandes cidades da Alemanha, forçaria uma diminuição da intensidade da *Blitzkrieg* (guerra-relâmpago) sobre a Polônia. Logo na edição de domingo do dia 3 de setembro de 1939, a esperança na coalização franco-inglesa figurou com grande relevo no *Diário*: “Sejam quaes forem os preparativos bellicos de que a Alemanha cercou-se nestes últimos anos – sobretudo depois do domínio nazista – ao exercito do Reich faltam ‘quadros’. Ao passo que o Exercito francez tem excelentes reservas e bons ‘quadros’”.²⁶

Essa percepção, de que o exército francês estava mais preparado e equipado que o alemão, não era desprovida de plausibilidade. O conjunto das forças armadas francesas passou por uma remodelação ao longo da década de 1930, aumentando em quantidade e tecnologia, fortificando uma extensa linha de defesa na fronteira com a Alemanha, a Linha *Maginot*. Porém: “Britain and France had promised Poland support, but were in no position to render material aid of any consequence”,²⁷ de modo que, apesar do poderio, britânicos e franceses não tinham condições concretas de apoiar os poloneses em setembro de 1939. Esse poderio francês não pôde resistir à *Blitz* alemã de 1940, sendo que a rápida capitulação francesa se configurou como uma “estranha derrota”, conforme o historiador francês contemporâneo dos acontecimentos, Marc Bloch (1866-1944).²⁸

26. “O momento Internacional”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 3 set. de 1939, p. 6.

27. KENNEDY, Robert. *The German Campaign in Poland 1939*. US Army Pamphlet 20-255, 1956, p. 43.

28. No livro *A estranha derrota*, o historiador francês registrou: “Tínhamos acabado de sofrer uma derrota inacreditável. Culpa de quem? Do regime parlamentar, da tropa, dos ingleses, da quinta-coluna, respondem nossos generais. Em suma, de todo mundo, exceto deles”. BLOCH, Marc. *A estranha derrota*. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011, p. 22.

Apenas oito dias depois dos primeiros ataques alemães, nas páginas do *Diário*, se podia ler que a Polônia não teria a menor chance de vitória: “As operações militares na frente oriental se vão desenvolvendo com absoluta eficiência por parte dos alemães. Os seus objectivos estrategicos vão sendo plenamente atingidos, esperando-se a cada momento a queda de Varsovia”.²⁹

O avanço das tropas alemãs era tido como “inexorável”,³⁰ devido principalmente à superioridade tecnológica da Wehrmacht. A motorização do exército alemão contrastaria com as grandes deficiências técnicas do exército polonês. Porém, essa visão em torno da assimetria tecnológica entre alemães e poloneses é apenas em parte um dado concreto. A ideia de um exército alemão completamente mecanizado, com as divisões de tanques *Panzer* e a infantaria motorizada, além dos aviões *Stuka*, que desciam vertiginosamente bombardeando as linhas polonesas, é, em parte, um mito. Os alemães usavam, assim como os poloneses, muitos cavalos, e muito do avanço da maior parte da infantaria, dos suprimentos, assim como da artilharia pesada alemã, ainda se dava à base de cavalos.

Mesmo não tendo sido o exército superequipado como se costuma imaginar, o exército alemão avançava a uma rapidez impressionante. O caminho alemão para a capital polonesa foi narrado pelo *Diário* num tom ambíguo: paralelo à crescente valorização da capacidade polonesa de resistir a um invasor mais preparado, havia uma suspeita cada vez maior em torno de um ataque soviético “à traição”: “Despacho de Roma diz que os jornaes italianos preveem a partilha da Polónia entre a Russia e Alemanha”.³¹

29. “O momento Internacional”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 9 set. de 1939, p. 2.

30. *Diário de Pernambuco*, Recife, 9 set. de 1939, p. 4.

31. *Diário de Pernambuco*, Recife, 1 set. de 1939, p. 9.

Além disso, outro elemento perceptível ao analisar as páginas do periódico entre 3 de setembro, dia da declaração de guerra da França e da Inglaterra contra a Alemanha, até o dia 17, dia da invasão soviética à Polônia, é o diagnóstico cada vez mais pessimista em relação a uma grande ofensiva franco-inglesa no *front* oeste. A cada cidade que era ocupada pelos alemães no caminho para a capital Varsóvia, ficava mais claro que a oeste uma guerra de fachada acontecia, aquilo que alguns historiadores chamariam de “guerra falsa”.³²

Embora o período de setembro de 1939 até maio de 1940 possa ter recebido o nome de guerra “falsa”, foi nesse momento que as tropas alemãs – seguidas das tropas soviéticas – arrasaram com as forças armadas polonesas. Já nesse período, começaram a construção de campos de concentração nazistas na Polônia, ocorrendo uma série de massacres – dentre eles o pouco estudado Massacre de Katyn,³³ – e a guerra de verdade se alastrou pela Europa, causando horror e destruição.

Considerações finais

Este ensaio é parte de uma pesquisa em andamento sobre as representações e as discussões da Segunda Guerra Mundial na imprensa brasileira. O trabalho buscou apresentar uma leitura sobre a forma como a invasão alemã ao território polonês figurou nas páginas do *Diário de Pernambuco*.

Buscamos acompanhar apenas as narrativas em torno do início da campanha, haja vista que um tratamento mais pormenorizado e problematizador de toda a invasão desde o seu início, em 1º de setembro, até o dia 6 de outubro – a invasão

32. HOBSBAWM, Eric. *op. cit.*, 1995.

33. Milhares de oficiais do exército polonês foram executados pelas tropas soviéticas na floresta de Katyn. O crime foi denunciado pelos nazistas em 1943 e negado pelos soviéticos depois da guerra. ZAWODNY, J. A. *Death in the Forest*. Paris, Notre Dame/Imprensa da Universidade de Notre Dame, 1962.

soviética no dia 17 de setembro é um caso à parte, ainda que relacionado ao evento do ataque alemão –, não seria possível diante dos limites de um ensaio.

A ideia geral desta pesquisa ainda em seu início é problematizar as narrativas do periódico *Diário de Pernambuco* sobre os eventos que abalaram o mundo entre 1939 e 1945. Para tanto, nosso objetivo é mapear os debates e os discursos relacionados ao conflito mundial nas páginas do jornal, de modo a problematizar essas narrativas e compreender as relações entre imprensa, geopolítica e guerra no contexto político da vigência do Estado Novo no Brasil.

As representações e os discursos sobre a guerra nas páginas da imprensa são fontes que podem produzir novas leituras sobre acontecimentos históricos. Essas novas leituras podem contribuir para a historiografia das guerras, da imprensa e das relações internacionais, no sentido de problematizar determinadas visões sobre os eventos históricos.

Narrativa, História e Política em Walter Benjamin: notas sobre um aspecto do neofascismo contemporâneo¹

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento.²

A longa epígrafe acima ilustra, em nossa análise, de maneira particular, a ideia geral da filosofia da história do pensador alemão Walter Benjamin (1892-1940). São partes de suas “teses sobre o conceito de história”, de 1940, ano de sua trágica morte por meio de um suicídio cometido após a tentati-

1. Este ensaio foi redigido como um dos requisitos parciais para a obtenção da aprovação na disciplina: *Narrativa, Memória e Política*, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (nível mestrado e doutorado, 4 créditos) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ministrada pela professora doutora Cláudia Luiza Caimi.

2. BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, v.1. 3 ed. São Paulo, 1987, p. 224.

va fracassada de fuga da Gestapo (polícia política nazista) da França de Vichi.³ São reflexões realizadas diante de um quadro desolador: a ocupação nazista fazia-se triunfante na Europa Ocidental, ameaçando a civilização com a barbárie e o obscurantismo intrínseco da proposta fascista. Símbolo sinistro do cortejo dos vencedores que a história lhe apresentava.

O ensaio se refere aos temas: narrativa e história a partir das reflexões de Walter Benjamin. O objetivo é, a partir da análise de textos selecionados do autor, indicar as formas como se pode articular os referidos temas numa perspectiva de pensar os aspectos filosóficos e políticos dessas reflexões. História, narrativa e política em Benjamin se encontram articuladas em sua crítica à modernidade, ao traço teológico marcante do seu pensamento, ao caráter messiânico e ao projeto de transformação revolucionária do materialismo histórico.

As formas de ação política institucional, assim como os discursos, que expressam valores e ideias, têm na narrativa e na história dois aportes muito importantes. Nessa perspectiva, torna-se possível pensar como o bolsonarismo tem na narrativa conservadora e numa interpretação pessoal – assumidamente ideológica de extrema direita – da história política e cultural brasileira, principalmente de 1964, ano do Golpe de Estado, até à ascensão do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2003, dois elementos importantes para a análise de sua trajetória e articulação.

Pensamento nessas e em outras questões, nosso propósito com o capítulo é pensar, a partir da diferenciação entre *narrativa* e *história* efetuada pelo filósofo e crítico literário alemão Walter Benjamin (1898-1940), como narrativa e história são dois pilares que podem explicar as formas de ascen-

3. Após a ocupação alemã a França em 1940 o país foi dividido em duas zonas: uma sobre “administração direta” (incluindo a capital Paris) e outra sobre “administração indireta” num regime cuja capital era a cidade de Vichy.

são do neofascismo contemporâneo, que, no Brasil, assumiu maior institucionalização com o bolsonarismo e a consequente vitória de Jair Bolsonaro, nas Eleições de 2018.

A historiografia europeia “tardou” em absorver Benjamin ao seu quadro teórico. A historiografia brasileira, em particular, somente a partir de meados dos anos 1970 começou a adotar as teses do autor,⁴ visto muitas vezes como “pessimista” ou mesmo “romântico”, numa época que a historiografia brasileira, inspirada no marxismo, ainda se agarrava a uma visão estritamente científica que se arrogava com o monopólio da verdade sobre o sentido da história rumo à revolução inexorável – ideia que Benjamin rejeitava.

O texto que se segue é estruturado em duas partes: na primeira, irei apontar como o ato de *narrar* o processo histórico, na visão de Benjamin, é articulado a um conceito de *história* com forte caráter político de defesa não apenas dos vencidos no presente, mas principalmente dos vencidos já mortos do passado, que não estariam seguros se o inimigo (o fascismo pujante no seu tempo) vencesse e ele não “cessava de vencer”.

Na segunda parte do ensaio, meu objetivo é pensar o aspecto filosófico da teoria da história presente nas famosas *teses sobre o conceito de história* (1940), numa perspectiva de apontar como o catastrofismo teleológico tem um profundo sentido político de alerta: a modernidade e a técnica não são fios condutores apenas da emancipação e da liberdade, mas podem conduzir à barbárie e à destruição.

É evidente que um ensaio⁵ não pode esgotar tais questões

4. NUNES, Clarice. Walter Benjamin: os limites da razão. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). *Pensadores sociais e História da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 87-98.

5. Chamo o meu texto de ensaio, pois, longe de ser apenas uma “forma”, é também um tipo de texto com um aspecto epistemológico e político específico, que não se circunscreve ao mero aspecto estético e estilístico. Sobre o ensaio nesta perspectiva que adoto, ver: ADORNO, Theodor W. O ensaio

propostas, afinal, narrativa, história e política, como reflexões articuladas em torno da filosofia da história de Walter Benjamin, necessitariam de um estudo bem mais profundo e fundamentado em muitos outros textos. No ensaio em questão, a leitura que eu faço é basicamente de textos como: “O narrador” (1936), “Experiência e pobreza” (1933), “Teses sobre o conceito de história” (1940) e *Passagens* (1927-1940).

Narrar o passado para proteger os mortos

A história, como disciplina, tem na narração uma dimensão fundamental. As várias formas de narrar a história demonstram a pluralidade de concepções sobre o próprio saber histórico e os seus usos sociais e políticos. Esta parte do ensaio buscou fixar algumas ideias sobre a narração em história a partir das reflexões de Benjamin, conforme ele mesmo: a capacidade de “contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas”.⁶

Um historiador de ofício é aquele que consegue se utilizar de conceitos claros para elucidar os problemas históricos que se propõe a investigar. Isso é um princípio básico da “operação historiográfica”:⁷ o historiador estrutura os conceitos que escolheu em uma narrativa, buscando encadear os processos históricos em uma sequência lógica e coerente, via de regra linear e etapista.

Existem vários problemas quanto a isso. Um dos mais recorrentes é a tentação de narrar eventos históricos de tempos bem mais recuados, utilizando-se de conceitos criados

como forma. In: *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2003.

6. BENJAMIN, Walter. *op. cit.*, 1987, p. 205.

7. CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

para e gestados em períodos e contextos bem mais recentes, muito posteriores aos eventos em questão. Trata-se do problema do anacronismo na narrativa.

Aquilo que os historiadores fazem é, antes de tudo, um trabalho de escrita. A forma como a escrita do historiador se faz nem sempre é pensada no sentido teórico, epistemológico e estético. Desde a disciplinarização da história no século XIX, a historiografia, para ser considerada científica, precisava adotar a forma cartesiana e kantiana do tratado.⁸ Discutir a questão da narrativa, ou mesmo do aspecto estético e poético do texto historiográfico,⁹ é muito problemático, quando não toma o sentido da polêmica.

Narrar não é explicar. Não teria a narração o aspecto próprio da historiografia, que é a explicação das causas do evento histórico. Estas ideias de Benjamin são provocativas quando lidas ou evocadas no campo dos historiadores, que, em geral, não são instruídos a pensar na narrativa que o historiador – ele mesmo, antes de tudo, um escritor de histórias – deverá articular para apresentar suas pesquisas.

É sintomático pensar que, a partir de Benjamin, o ato de situar historicamente a narrativa na tradição da experiência significa, conseqüentemente, inseri-la na decadência que acomete tal tradição. Sobre isso, convém citar um trecho interessante de Benjamin sobre a crescente incapacidade de narrar a experiência depois da Primeira Guerra Mundial.

Em “Experiência e pobreza”, de 1933, ele afirmou:

Não, está claro que as ações da experiência estão em baixa, e isso numa geração que entre 1914 e 1918 viveu uma das mais terríveis

8. Forma que Walter Benjamin problematizou no texto que não foi aceito em 1925 como tese de habilitação na Universidade de Frankfurt (BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 50.

9. Sobre isso, convém citar: WHITE, Hayden. *Tropics of Discourse*. Essays in Cultural Criticism. Baltimore: John Hopkins University Press, 1978.

experiências da história. Talvez isso não seja tão estranho como parece. Na época, já se podia notar que os combatentes tinham voltado silenciosos do campo de batalha. Mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos.¹⁰

Em “O narrador”, texto de 1936, essas ideias são retomadas. Walter Benjamin enfatizou:

Com a guerra mundial tornou-se manifesto um processo que continua até hoje. No final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável. [...] Não havia nada de anormal nisso. Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadoras [...].¹¹

Essa mudez que incapacita a narração é sintomática da experiência da guerra, que reintroduziu na lógica do silêncio um trauma que ficou como que um entrave à fala. A oralidade, que é o fundamento da narração, tem um bloqueio com a desumanização da guerra. A narrativa não pode intercambiar as experiências das trincheiras por uma espécie de déficit entre o vivido e o narrável.

Afinal, se a narração não explica, se ela não possui um caráter informativo – mas sim um caráter pedagógico de instrução, numa aproximação da ideia de história “magistral vitae” –, mas é livre da interpretação ou da fixação da causalidade, não se pode narrar a experiência da guerra, pois o que se interpreta não pode ficar no âmbito da narrativa, mas sim no da história. Os vencedores¹² da história têm sua narrativa petrifi-

10. BENJAMIN, Walter. *op. cit.*, 1987, p. 114-115.

11. *Ibid.*, p. 198.

12. Evidentemente, o termo “vencedor” não se refere, aqui, às batalhas ou às guerras comuns, mas à guerra de classes, em que um dos campos, a classe dominante, não cessou de levar vantagem sobre os oprimidos – desde Spartacus, o gladiador rebelde, até a *Spartakusbund* (Liga Espartaquista) de Rosa Luxem-

cada na história escrita.

É interessante precisar a ideia de história e sua relação com a narrativa. Em “O narrador”, parece que Benjamin desassocia ambas. A história não “narra”, ela explica, fixa os dados e os “interpreta”. A história seria, como texto, conhecimento fechado, longe do aspecto livre da narrativa, que mesmo se repetindo, não deixa de causar espanto permanente naquele que toma contato com ela.

Sobre este ponto, a narrativa do historiador grego Heródoto é sintomática desse caráter da *narrativa que não informa*, apenas narra acontecimentos:

O primeiro narrador grego foi Heródoto. No capítulo XIV do terceiro livro de suas *Histórias* encontramos um relato muito instrutivo. Seu tema é Psammenit. Quando o rei Psammenit foi derrotado e reduzido ao cativo pelo rei persa Cambises, este resolveu humilhar seu cativo. Deu ordens para que Psammenit fosse posto na rua em que passaria o cortejo triunfal dos persas. Organizou esse cortejo de modo que o prisioneiro pudesse ver sua filha degradada à condição de criada, indo ao poço com um jarro, para buscar água. Enquanto todos os egípcios se lamentavam com esse espetáculo, Psammenit ficou silencioso e imóvel, com os olhos no chão; e, quando logo em seguida viu seu filho, caminhando no cortejo para ser executado, continuou imóvel. Mas, quando viu um dos servidores, um velho miserável, na fila dos cativos, golpeou a cabeça com os punhos e mostrou os sinais do mais profundo desespero. Essa história nos ensina o que é a verdadeira narrativa. A informação só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele. Muito diferente é a narrativa. Ela não se entrega. Ela conserva suas forças depois de muito tempo ainda é capaz

burgo, e desde o Império romano até o *Tertium Imperium* hitlerista. LÖWI, Michel. “A contrapelo”. A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 25/26, p. 20-28, 2011, p. 21.

de se desenvolver.¹³

O que a citação nos diz? Afirma que a narrativa mais mostra e causa espanto a toda vez que ocorre a narração do que explica ou diz. Não há nenhuma “explicação” sobre a guerra dos persas com os egípcios, descrição de batalhas e motivos econômicos e políticos que “causaram” o conflito, não existe condenação ou absolvição do horror persa – apenas a narrativa crua. A capacidade da narrativa reside justamente no seu aspecto irredutível em relação ao caráter causal e explicativo a que a história, como ciência, particularmente o historicismo alemão de sua época, tem a pretensão de deter e de mostrar no texto historiográfico.

Pertinente pensar que Benjamin sustentou que o declínio da narrativa é o sintoma do resultado da experiência desumanizadora da guerra e do quase desaparecimento da poesia oral – matéria onde residia a narração na Europa pré-moderna – e o surgimento da prosa escrita do romance. Sobre esse ponto, o que pode ser interpretado como uma “nostalgia romântica” da parte de Benjamin, interpretação que reduz a força verdadeira revolucionária de seu pensamento, embora certamente o romantismo opere no *narrador* com uma dimensão política inovadora, também pode ser interpretado como o objetivo que visava explodir o *continuum* da história.

Assim como a obra de arte na era da sua reproduzibilidade técnica, a erosão e o progressivo desaparecimento da arte (no sentido grego de *techné*, fundada no saber oral) da *narração* é a perda da áurea da narrativa. Sua obsolescência cada vez mais patente se relaciona ao processo histórico de surgimento da modernidade e da escrita do romance moderno. O desmoronar do mundo medieval e da oralidade do narrador que contava histórias é parte direta desse desencantamento

13. BENJAMIN, Walter. *op. cit.*, 1987. p. 203-204.

do mundo que a modernidade representa.

A narrativa sobre a origem – nos termos de Benjamin, o *ursprung*¹⁴ – é já parte do passado. O *tempo interrompido*¹⁵ da modernidade aponta para uma descontinuidade que não deve ser interpretada como uma guinada rumo ao progresso inexorável. Aqui, política, narração e escrita da história se entrecruzam, como apontou Jeanne Marie Gabnebin:¹⁶ a teoria da narração de Benjamin indicava principalmente uma ruptura na ordem do tempo, na teleologia do progresso e na profanação da sacralidade da *narrativa que em muito se diferencia da história enquanto conceito e enquanto processo*.

A urgência de narrar o passado tem uma profunda significação política: os mortos (os vencidos) não estarão seguros se o inimigo (o fascismo) vencer, e ele “não cessa de vencer”.¹⁷ O que isso significa? Dentre outras coisas, podemos interpretar como a ideia de que dentro de um processo histórico nada é complementemente inscrito, tudo pode ser transformado a partir das pressões do presente, por isso a urgência de um conceito de história que capture isso.¹⁸

14. O *Ursprung* é, possivelmente, um dos conceitos mais importantes de seu trabalho crítico, peça central do prefácio epistemológico que abre o livro *Origem do drama trágico alemão* (RIBEIRO, 2013, p. 33).

15. Sobre isto ver: IZABEL, Tomaz Amorim Fernandes. *Franz Kafka e Walter Benjamin: contar do tempo interrompido*. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2018. p. 229 e *passim*.

16. GABNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

17. BENJAMIN, Walter. *op. cit.*, 1987, p. 225.

18. Na tese VIII, Benjamin afirma que “A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade”. *Ibid.*, p. 226.

A filosofia da história benjaminiana: catastrofismo e crítica da modernidade

Como Walter Benjamin afirmou: “[...] nada que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”.¹⁹ Então, retornar ao passado para quê? É uma pergunta central para os historiadores. Porém, cabe outra indagação: quanto de passado não existe em nosso presente? Afinal, se a história é um tempo “saturado de agoras”,²⁰ a operação historiográfica deve ir além do vício da retrodição e do mito das origens que o constitui e revitalizar o presente por meio de múltiplos olhares sobre o passado, como nos propõe Benjamin. Entretanto, o que propõe Walter Benjamin para a filosofia da história? Podemos encontrar dois eixos que compõem, além de outros, suas teses sobre o conceito de história: a ideia de catástrofe e a sua crítica da modernidade.

Sobre isso, o pesquisador especialista em Walter Benjamin, Helano Ribeiro, argumenta:

Walter Benjamin irá denominar de salto tigrino ao passado toda apropriação do mesmo não saudosista, mas, sim, dialético, de modo que o presente não seja mais o mesmo. Ele propõe outra concepção do tempo que não é o tempo “homogêneo e vazio” das ciências históricas e naturais. A ideia de progresso histórico é rechaçada, e em seu lugar, sugere que tomemos o tempo como algo que permite instantes de ruptura, de iluminações contínuas. O *Jetztzeit*, tempo de agora, possibilita aos oprimidos que mudem o discurso consagrado, dos grandes nomes, da história

19. *Ibid.*, p. 223.

20. *Ibid.*, p. 229. No livro *Passagens* Benjamin afirma que “[...] cada agora é o agora de uma determinada cognoscibilidade”. BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte/São Paulo: UFMG/Imep, 2006. Ou seja, cada tempo histórico o presente é vivido de distintas maneiras pelas diversas classes e grupos sociais, ou seja, não existe um “tempo homogêneo e vazio” vivenciado por todos ao mesmo tempo num determinado tempo.

tradicional.²¹

Não há progresso predeterminado que assegure de antemão um futuro de bem-aventurança, nem mesmo o materialismo histórico²² – malgrado o marxismo vulgar – se define por um mecanicismo sem a práxis humana, até porque são os homens que fazem a história e ela não se faz sozinha, de maneira automática. A própria história europeia inclusive estaria a mostrar falência de todos os fatalismos, principalmente o culto ao progresso.²³

Nas suas “Teses sobre o conceito de história” (1940), mais precisamente na tese IX, há uma imagem o autor concatena o romantismo alemão, o materialismo histórico e o messianismo da teologia²⁴ judaica, que, de acordo com Löwi,²⁵ estrutura sua filosofia da história.

Convém citá-la integralmente:

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas

21. RIBEIRO, Helano. Um pulo benjaminiano a origem. *Boletim de Pesquisa NELIC*, v. 13, n. 49. p. 29-46, 2013.

22. “[...] o materialismo histórico aniquilou a ideia de progresso”. BENJAMIN, Walter. *op. cit.*, 2006, p. 502.

23. Conforme o historiador Jose D’Assunção Barros: “O que a Modernidade capitalista estaria entendendo como progresso, para Benjamin, corresponderia na verdade a uma “evolução para a catástrofe”, e somente a revolução poderia irromper esta evolução fatídica, que é na verdade uma “involução”, uma precipitação que conduziria a barbárie. BARROS, José D’Assunção. *Teoria da História III: Os paradigmas revolucionários*. 2 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011, p. 244.

24. Nas *Passagens*, Benjamin chega a afirmar que: “Meu pensamento está para a teologia como o mata-borrão está para a tinta”. BENJAMIN, Walter. *op. cit.*, 2006, p. 513.

25. LÖWI, Michel. *Walter Benjamin: um aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.

asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é que chamamos de progresso.²⁶

É interessante como aqui temos um pensamento que, passando pela crítica do progresso, pela ideia de continuidade histórica e por uma crítica política da ingênua noção de que a história, sempre “avança” para melhor. Walter Benjamin opera uma *revolução copernicana do pensamento histórico*, que se traduz em descolar o progresso como elemento central da história e colocar no centro do processo histórico seu caráter descontínuo e catastrófico.

Quando realizamos uma leitura das teses na ordem em que estão dispostas, podemos entender que opera nelas uma tensão que gira em torno de dois eixos que se articulam: a melancolia e a revolução.²⁷ Porém, longe de emitir apenas um diagnóstico pessimista sobre o tempo vivido e a história que demonstrava sem cessar o desmoronar da utopia progressista da socialdemocracia alemã de sua época, Benjamin iria realizar uma série de associações entre: *Monumento histórico e barbárie, concepção de tempo homogêneo e vazio (que seria a base epistemológica do historicismo e da socialdemocracia) e a narrativa progressista da historiografia historicista alemã de*

26. BENJAMIN, Walter. *op. cit.*, 1987, p. 226.

27. Sobre isto tomamos como base o ensaio: ABENSOUR, M. *Walter Benjamin entre mélancolie et révolution – Passages Blanqui*. In: WISMANH, H. (org.). *Walter Benjamin et Paris*. Paris: Cerf, 1986.

seu tempo, conceito de história e fascismo e história dos vencedores e história dos vencidos.

Na tese I, o materialismo histórico deve “tomar a seu serviço” a teologia; na tese II, a história transforma em “coisa sua” a imagem²⁸ do passado. Na tese III, a temática da redenção, num sentido teológico e histórico, é ligada à apropriação do passado, que na tese IV só emergiria por um estranho heliotropismo. O passado só se deixa fixar como “imagem que relampeja”, diz Benjamin, na tese V, o que indica uma crítica à noção de recuperação dos fatos integralmente como a historiografia historicista pretendia e que ele criticava diretamente, apenas uma imagem que relampeja é o que o historiador pode captar, conforme a tese VI.²⁹

Ainda de acordo com essa tese: “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”.³⁰ O aspecto político das teses se encontra em todas, como uma espécie de fundamento que assenta uma crítica não aos modos de fazer história, mas à noção de história que se “assombra” com o fato de que o fascismo imperava na época.

Na tese VII, a empatia do historicismo com os vencedores da história e a indiferença com o fato de que o cortejo triunfal dos vencedores passava por cima dos corpos dos

28. O conceito de imagem do passado é central em Benjamin, no livro *Passagens* ele afirma que: Não é que o passado lança luz sobre o presente ou que o presente lança luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo”. [...] “A imagem dialética é uma imagem que lampeja”. BENJAMIN, Walter. *op. cit.*, 2006, p. 504 e 515. O historiador não captura o passado como ele foi, apenas imagens que relampejam. BENJAMIN, Walter. *op. cit.*, 1987, p. 224.

29. *Ibid.*, p. 222-223.

30. *Ibid.*, p. 224-225.

vencidos, levaram Benjamin a pensar os monumentos culturais³¹ (o patrimônio histórico simbolizando o espólio dos vencedores históricos) como documentos da barbárie.³² Daí a necessidade de se escovar a história a contrapelo,³³ escrevendo uma história que seja a dos vencidos, das revoluções massacradas e abortadas e não a progressão a partir de uma temporalidade homogênea e vazia (numa visão pontilista do tempo histórico), que narra o progresso inevitável, fruto da ação dos vencedores.

A narrativa histórica autêntica deve buscar agrupar as imagens do passado, nas centelhas que eles aparecem em tudo aquilo que o homem toca, apontando para a violência do processo histórico, buscando explodir com o *continuum* histórico (por meio do salto dialético da revolução redentora) e romper com a cadeia de eventos que marcam sucessivamente as épocas que esmagam os vencidos.³⁴

A exceção fascista era a reatualização de outros quadros históricos passados e, portanto, a tarefa de “reconstruir um conceito de história que corresponda a essa verdade³⁵ era uma tarefa não apenas teórica, mais ética e política. A recusa em qualquer cumplicidade com o fascismo, o conformismo social-democrata³⁶ tudo isso era rejeitado pelo pensamento benjaminiano como uma excrescência que só um pensamento que rejeitasse toda e qualquer injustiça, como era o dele, não poderia tolerar.

31. Nas *Passagens* ele afirma que “A barbárie está inserida no próprio conceito de cultura [...]”. BENJAMIN, Walter. *op. cit.*, 2006, p. 509.

32. . BENJAMIN, Walter. *op. cit.*, 1987, p. 226

33. *Ibid.*, p. 225.

34. “A consciência de fazer explodir o *continuum* da história é própria às classes revolucionárias no momento da ação”. . BENJAMIN, Walter. *op. cit.*, 1987, p. 230.

35. *Ibid.*, p. 226.

36. *Ibid.*, p. 227-228.

Afinal, se, conforme a tese XII: “O sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida. Em Marx ela aparece como a última classe escravizada, como a classe vingadora que consome a tarefa de libertação em nome das gerações derrotadas”.³⁷ Não se pode vacilar diante da tarefa de reativar a ideia de luta e da práxis revolucionária, para tanto, conforme a tese XIII, a crítica ao tempo homogêneo e vazio era fundamental.

Na tese XIV, ele afirmou que “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio [...],³⁸ mas um tempo de possibilidades”. Não é um lugar fechado onde se encontra a verdade, mas um espaço de possibilidades que, segundo Benjamin, deveria o historiador materialista arrancar as imagens que pudessem ser reinscritas, pois nem mesmo os mortos estão a salvo.

O salto dialético da revolução funcionaria como a redenção do Messias, que não iria apenas pôr um ponto final na história repleta de catástrofes e massacres, como também iria redimir a humanidade por meio de outra história que seria iniciada. Daí a diferença entre o tempo homogêneo e vazio e o tempo prenhe de possibilidade e de um futuro que, como novidade, poderia novamente reinscrever do passado a felicidade que é marcadamente temporal, filha de sua época.

Neste ponto, seria interessante refletir sobre a questão da memória e do esquecimento. Em Walter Benjamin, parece estar interligada a noção de história como uma narrativa que não pode se colocar a serviço das classes dominantes, não apenas por uma opção teórica materialista, mas também como uma tarefa de reinscrever na historiografia a memória dos que foram vencidos, para que eles não se percam no tempo, que fetichiza o passado como um contínuo de alegrias e grandes feitos.

37. *Ibid.*, p. 228.

38. *Ibid.*, p. 229.

Não se pode esquecer de Spartucus na Roma Antiga, de Blanqui da Revolução pensada no Oitocentos, de Rosa Luxemburgo do final da década de 1910, enfim, dos corpos que foram dilacerados pela fúria dos vencedores. Nisso tudo que o historiador historicista se compraz, o materialista deve ter ojeriza.

Considerações finais

Mesmo considerando a citação de Benjamin de que “[o]s tempos são mais interessantes que os homens” (Honoré Balzac),³⁹ o ensaio teve como objetivo analisar os temas da narração, da história e sua relação com a política a partir de textos selecionados de Walter Benjamin. A ideia central foi articular narrativa e história no que ela tem de articulação com a crítica da modernidade e da situação política vigente a época de Benjamin.

Convém mencionar que o ensaio é escrito em um ambiente político bastante forte, com a onda neofascista avançando sobre o Brasil atual. A escolha do autor e da temática abordada não foi ao acaso ou descuidada em relação ao atual cenário político, parecendo ter sido escrito não em 1940, mas nos tempos atuais. A teoria da narração de Walter Benjamin explora a relação entre narrativa, memória e oralidade, expondo o crescente decréscimo da capacidade narrativa do homem moderno em virtude da desagregação do modo de vida da Europa pré-capitalista. O fim da capacidade de elaborar uma narrativa é também o declínio da experiência (*Erfahrung*) que provoca o fim da arte de contar, visível nos soldados que, após a Grande Guerra (1914-1918), simplesmente não conseguiam traduzir em linguagem as imagens desumanizadoras que as trincheiras produziram e fixaram em seus espíritos.

39. Citado em: BENJAMIN, Walter. *op. cit.*, 2006, p. 499.

A teoria da história, ou o novo conceito de história que explora a descontinuidade, a crítica ao progresso e a catástrofe (assim como “Estado de Exceção”, não como excepcionalidade, mas como regra histórica) forma o eixo central de suas teses sobre o conceito de história. A história não nos levaria automaticamente ao inevitável progresso, mas sim à catástrofe – se o trem dos vencedores não fosse parado, pois a rua é de mão única, rumo ao desastre.

Aqui parece que Benjamin profeticamente antecipa o que viria depois, o Holocausto, as bombas nucleares e todas as perversidades que, sem os recursos técnico-científicos, seriam impossíveis. Vivemos tempos sombrios e a tarefa não é somente teórica, mas passar a limpo nosso conceito de história pode ser uma arma contra o neofascismo contemporâneo a triunfar diante de nós.

ESTA OBRA FOI COMPOSTA EM MINION E IMPRESSA PARA A
EDITORIA CANCIONEIRO EM SETEMBRO DE 2024.